

# **Interdisciplinaridade, inclusão e excelência no ensino, na pesquisa e na extensão:**

uma perspectiva sobre os  
**20 anos da UFABC**

Fernanda Graziella Cardoso  
Charles Morphy D. Santos  
(Organização)





FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO  
CHARLES MORPHY D. SANTOS  
(organizadores)

**Interdisciplinaridade, inclusão e excelência  
no ensino, na pesquisa e na extensão:**  
uma perspectiva sobre os 20 anos da UFABC



Interdisciplinaridade, inclusão e excelência no ensino, na pesquisa e na extensão: uma perspectiva sobre os 20 anos da UFABC  
Copyright © 2026 by Fernanda Graziella Cardoso e Charles Morphy D. Santos (Organizadores)

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer meio de comunicação para uso comercial sem a permissão escrita dos proprietários dos direitos autorais. A publicação ou partes dela podem ser reproduzidas para propósito não-comercial na medida em que a origem da publicação, assim como seus autores, seja reconhecida. Os textos e as figuras são de responsabilidade dos autores.

Coordenação editorial: Fernanda Graziella Cardoso e Charles Morphy D. Santos

Preparação e Revisão: Fernanda Graziella Cardoso e Charles Morphy D. Santos

Capa, projeto gráfico e diagramação: Patricia Kiss

Imagem da capa: Patricia Kiss

ISBN: 978-65-5719-105-7

Métis Produção Editorial  
Rua Eça de Queiroz, 446, sl. 21, Vila Mariana, 04011-032 – São Paulo – SP  
[www.metiseditorial.com.br](http://www.metiseditorial.com.br)  
@metiseditorial



#### Catálogo na Publicação

I61 Interdisciplinaridade, inclusão e excelência no ensino, na pesquisa e na extensão : uma perspectiva sobre os 20 anos da UFABC / Fernanda Graziella Cardoso, Charles Morphy D. Santos (organizadores). – São Paulo : Métis Produção Editorial, 2026.  
1 recurso online : il.

ISBN 978-65-5719-105-7 (epub)

1. Universidade Federal do ABC. 2. Graduação. 3. Pós-graduação.  
4. Bacharelado interdisciplinar. 5. Licenciatura interdisciplinar.  
I. Cardoso, Fernanda Graziella. II. Santos, Charles Morphy D.

CDD 378





# Sumário

Prefácio

Introdução: uma perspectiva sobre os 20 anos da UFABC

1. A evolução da política de ingresso na UFABC: duas décadas de inclusão com excelência

2. A Pós-Graduação na UFABC: duas décadas de interdisciplinaridade, excelência e inclusão

3. A Extensão e a Cultura na UFABC: duas décadas de interação com a sociedade

4. A Pesquisa na UFABC: avanços concretos, infraestrutura, apoio e perspectivas

5. A evolução da política de permanência na UFABC: duas décadas de compromisso com a inclusão

6. Políticas afirmativas, trajetórias estudantis, inclusão e formação interdisciplinar sob a ótica do egresso

Sobre as autoras e os autores dos capítulos

## Prefácio

A Universidade Federal do ABC (UFABC) chega aos 20 anos de sua criação extrapolando a condição de “um projeto inovador de universidade” para se apresentar, convictamente, como uma Universidade inovadora, consolidada, robusta, resiliente e comprometida com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural da região e do país, e com a sustentabilidade da vida no planeta.

Com as atividades iniciadas em 2006, a comunidade UFABC soube aproveitar os anos de bonança no âmbito das políticas governamentais, período em que as condições materiais e políticas eram favoráveis à educação superior no país e respaldadas pelas demandas regionais da classe trabalhadora que, por anos, e contando com importante participação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, clamou por acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade na região.

Tais condições foram fundamentais e muito bem aproveitadas para dar início à construção de uma infraestrutura física excelente para a Universidade e, sobretudo, para a constituição de seu corpo de servidoras e servidores altamente qualificado, inclusive com a totalidade do corpo docente formada por doutoras e doutores, em regime de dedicação integral e exclusiva para o ensino, a pesquisa e a extensão. Colocou-se à disposição da sociedade brasileira um padrão de educação superior pública de excelência, além do compromisso com a inclusão do corpo discente, independentemente da condição socioeconômica, racial, de credo ou orientação sexual, por meio de políticas afirmativas e da promoção da cidadania com equidade. A excelência foi traduzida, desse modo, no estabelecimento das condições materiais e humanas para o desenvolvimento de pesquisa científica de alta qualidade e na efetivação de reservas de vagas para pessoas pretas e pardas, antes mesmo da legislação federal, de 2012 - tudo articulado por um projeto pedagógico interdisciplinar e inovador para o ensino superior brasileiro.

Tudo junto e misturado. Foi assim que o Bacharelado em Ciência e Tecnologia - o nosso BC&T - já contava com pessoas pretas e pardas nas suas primeiras turmas de ingressantes, que a pesquisa e a pós-graduação na Universidade já se desenvolviam com vigor desde a chegada do corpo docente e técnico e que o primeiro título de mestre em química foi outorgado em 2009, antes mesmo dos primeiros diplomas de graduação serem entregues, em 2010. Hoje, a UFABC dispõe de cotas para pessoas com deficiência, pessoas refugiadas e pessoas transgênero.

Incluindo desde o primeiro dia, pesquisando desde o primeiro dia e inovando desde o primeiro dia. Foi a partir dessa coragem, irreverência, criatividade e responsabilidade social e científica que a UFABC se materializou com um ambiente universitário efervescente, plural e de excelência.

Em meio ao cimento e aos tijolos que forjaram as primeiras edificações, com as intensas chuvas e as enchentes do rio Tamandateí, em Santo André, e com as fortes ventanias e a larga amplitude térmica no decorrer dos dias de trabalho em São Bernardo do Campo, foram se erguendo os espaços da UFABC, e dentro deles se constituiu, com o esforço de muitas e diferentes pessoas e categorias, a gestão acadêmica do projeto pedagógico que segue sendo uma experiência completamente nova na trajetória da educação superior brasileira.

Diferentes profissionais, das Engenharias à Filosofia, da Economia à Física, das Biomédicas às Artes, da Pedagogia à Farmácia, da Biologia à Arquitetura, das Ciências da Computação à Música, e mais tantas outras trajetórias interagem cotidianamente nos três Centros Interdisciplinares, sem as amarras departamentais clássicas, tanto para a oferta dos cursos interdisciplinares de ingresso, que são a marca reconhecida do projeto pedagógico da UFABC, como para os cursos de formação específica e para os programas de pós-graduação. Nesse ambiente institucional, o exercício da pesquisa científica e tecnológica e da extensão universitária, na relação com a sociedade, encontrou novas e amplas possibilidades para buscar as respostas para os dilemas sociais, econômicos e ambientais do Brasil. Assim, pessoas, ideias, processos e compromissos amalgamados pelo projeto pedagógico da UFABC estabeleceram, ao longo de vinte anos de atuação, laços comunitários que salvaguardam a novidade estabelecida na sua origem.

A arquitetura curricular dos cursos e da organização em Centros Interdisciplinares cria, sem dúvida, ambiente propício ao exercício da interdisciplinaridade, e igualmente do multiuso da infraestrutura, outra premissa definidora do projeto da UFABC. As várias políticas de gestão acadêmica

têm avançado no aprofundamento e na preservação dessa arquitetura, e os relatos neste livro de alunas e alunos egressos ilustram suas potencialidades e sistematizam resultados concretos e animadores, que mostram o poder do projeto pedagógico em formar não somente excelentes profissionais, mas sobretudo pessoas exercendo cidadania consciente de seu papel transformador na sociedade.

A pesquisa científica, que sem dúvida se apoia numa pós-graduação forte, desde o primeiro dia tem alimentado um ambiente acadêmico que se faz internacionalizado, tanto pela presença de pesquisadoras e pesquisadores estrangeiros no corpo docente, quanto pelo incentivo à formação pós-doutoral desse corpo docente em ambientes internacionais. Não é ocasional a presença da jovem UFABC nos principais rankings internacionais, com destaque absoluto para a produção científica e a internacionalização, ao mesmo tempo que a qualidade das pessoas formadas segue progressivamente sendo reconhecida pelo mercado de trabalho, quando comparada com instituições de ensino centenárias. Quando o recorte de análise são as instituições com menos de 50 anos, a UFABC é destaque nacional e internacional. Ademais, desde muito cedo, a UFABC concebe a inovação como estímulo à pesquisa e a relação com os setores produtivos, tendo criado um Núcleo de Inovação já em 2010 e a Política Institucional de Inovação Tecnológica em 2019.

As entidades empreendedoras, bem como os movimentos sociais, as entidades esportivas e os coletivos culturais, apoiados por diferentes pró-reitorias, têm se mostrado instrumento didático-pedagógico potente na formação do corpo discente, além de importante vetor de articulação com a sociedade civil, desdobrando de muitas formas o compromisso da UFABC com os territórios onde se insere e atua.

De grande importância também têm sido as entidades de representação discente, docente e de técnicas e técnicos administrativos, que têm participação ativa na vida universitária e, em conjunto com os conselhos superiores e as diferentes comissões, constroem a democracia universitária.

A interdisciplinaridade possui como premissa a superação das visões fragmentadas dos saberes ao mesmo tempo que se propõe a construir perspectivas holísticas da realidade. O projeto pedagógico interdisciplinar da UFABC é um convite permanente à criação e à ampliação de redes de conhecimento e reciprocidade que atuam no sentido de compreender, explicar e buscar soluções para problemas reais complexos. Este é um processo ainda em construção na Universidade - é importante reconhecer esta de-

manda permanente - e ainda carece de aprofundamento e avanços, sobretudo no contínuo desenvolvimento de metodologias ativas, com a intensa cooperação entre docentes, entre docentes e discentes, e de todas essas pessoas com o corpo técnico da UFABC, no exercício diário da articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Os anos de 2016, 2018 e 2020 foram marcos decisivos para uma mudança significativa do ambiente em que diversas políticas públicas vinham sendo implantadas: o golpe parlamentar contra uma presidenta eleita, a eleição de um governo reacionário e negacionista e o advento da pandemia da Covid-19, nesta ordem, produziram efeitos brutais para a população brasileira, e em especial para a educação superior pública. Em um curto período de tempo, a UFABC se deparou com a fragilização da sustentação das universidades públicas, com cortes orçamentários profundos, com a ameaça constante à imagem e ao papel dessas instituições, com ataques à sua autonomia e à própria ciência, e com o início, em nível mundial, de uma pandemia sem precedentes no último século, que paralisou o planeta e exigiu mudanças drásticas em todas as interações humanas - dos afetos pessoais às questões econômicas, sociais, culturais e institucionais.

Em março de 2020, em todos os lugares do mundo, as pessoas passaram do contato real a uma vivência virtual ou mediada por álcool em gel e máscaras de proteção, em um ambiente de absoluta incerteza e medo pela perda de vidas humanas. A UFABC tomou ali, nesse momento tão crucial para a vida no planeta, a decisão de se reconectar rapidamente em uma tentativa de preservar o necessário distanciamento físico, porém de manter as relações sociais e institucionais mediadas pelas tecnologias, aproximando no virtual as pessoas da instituição a partir de um ideário comum, justamente sem abrir mão dos princípios orientadores do projeto pedagógico. Normativas de gestão acadêmica e administrativa foram adaptadas rapidamente; projetos nas mais diferentes áreas de combate aos efeitos da Covid-19 foram apoiados institucionalmente; o engajamento da comunidade logo se avolumou, tanto nas campanhas contra o negacionismo científico e de incentivo à vacinação, quanto no apoio ao funcionamento do hospital de campanha no campus Santo André; e tudo ao mesmo tempo em que a Universidade resistia aos ataques e ao sufoco orçamentário. Brasileiras e brasileiros precisaram enfrentar a perda de suas pessoas queridas (mais do que a média mundial), no entanto, a pandemia e o “pandemônio” foram enfrentados e vencidos por cada uma dessas pessoas, na Universidade e em todos os lugares do país.

A UFABC saiu desses terríveis anos e reencontrou a vontade de sonhar. Tem um novo Plano de Desenvolvimento Institucional para os próximos dez anos, construído coletivamente, recuperou o apoio governamental e, o que mais importa, mantém uma comunidade ativa e irrequieta, que preserva sua capacidade de se indignar diante das injustiças e de “esperançar” para a construção de um mundo novo, onde educação, ciência e tecnologia podem ser partes fundamentais da tarefa civilizatória. Como disse o Senhor Presidente da República: “Isso aqui é daquelas coisas que a gente sonha, que a gente imagina que é possível fazer, e a gente conseguiu fazer a tão sonhada Universidade Federal do ABC. Essa universidade foi sonhada e foi criada para ser uma das mais importantes universidades do Brasil” (Luiz Inácio Lula da Silva, na UFABC, em 10 de abril de 2026).

Dácio Roberto Matheus

Reitor da UFABC (2018 a 2026)

Vice-Reitor (2014-2017)

Mônica Schröder

Vice-reitora da UFABC (2022 a 2026)

Pró-Reitora de Planejamento e  
Desenvolvimento Institucional (2018-2022)

# Introdução: uma perspectiva sobre os 20 anos da UFABC

Fernanda Graziella Cardoso  
Charles Morphy D. Santos

A Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC) completa 20 anos em 11 de setembro de 2026. Para compreendermos a origem desta história, para além da promulgação de sua lei de criação em 2005 (Lei nº 11.107, de abril de 2005), é importante conhecer a formação socioeconômica da região do Grande ABC, protagonista do processo de industrialização brasileiro no século XX.

A Universidade não surge descolada de seu território. É justamente o território que lhe confere força, sentido e legitimidade. Força porque foi resultado da luta da classe trabalhadora da região, nacionalmente conhecida pela organização sindical, da qual emerge o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cujo primeiro governo foi criada a UFABC. Sentido porque se constitui com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento da região, que sente o impacto da desindustrialização precoce do país, intensificado no final do século XX. E legitimidade porque se apresenta como uma instituição que visa atender preponderantemente os jovens, filhos e filhas, da classe trabalhadora do Grande ABC.

A UFABC nasce inovadora, com seu projeto pedagógico institucional ousado, incentivado pela Academia Brasileira de Ciências. É a primeira universidade no país a adotar o ingresso na graduação exclusivamente por meio de cursos interdisciplinares. Uma aposta, que em 2006 parecia arriscada, em 2026 se mostra como certa. Em um mundo em constante transformação, com inovações tecnológicas revolucionárias ocorrendo em ritmo cada vez mais acelerado, e sujeito a impactos ambientais crescentes por conta da ação humana, a formação interdisciplinar (e crítica) se apresenta como um grande trunfo para o desenvolvimento de ações criativas e urgentes.

Este livro tem como objetivo contar a história dos 20 anos da UFABC sob a perspectiva de autores e autoras que a acompanharam de perto e atuaram diretamente em sua construção. São seis capítulos que abordam como os três pilares da missão institucional da UFABC – interdisciplinaridade, inclusão e excelência – se consolidaram no ensino, na pesquisa e na extensão ao longo das últimas duas décadas.

O capítulo 1 detalha a trajetória das políticas de ingresso na graduação da UFABC ao longo de suas duas décadas, enfatizando a inclusão e excelência. A instituição destaca-se pelo pioneirismo em ações afirmativas, como a reserva de vagas para escolas públicas e para pretos, pardos e indígenas (PPI) antes mesmo da aprovação da Lei de Cotas, além de cotas específicas para pessoas com deficiência, refugiados e pessoas transgêneras. O capítulo descreve a transição do vestibular próprio para a adesão integral ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) em 2009 e a criação de novas formas de admissão, como os editais voltados às chamadas “Vagas Olímpicas”, o Programa de Ingresso para Egressos de Escolas Públicas do Grande ABC (PROEP-ABC) e processos seletivos para pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiárias de políticas humanitárias. O capítulo aponta ainda para a necessidade perene da graduação da UFABC acompanhar as mudanças demandadas pela contemporaneidade e também antever os horizontes próximos, adaptando-se e reagindo rapidamente aos novos cenários.

O segundo capítulo analisa o crescimento da pós-graduação na UFABC, que passou de seis programas de pós-graduação *stricto sensu* iniciais em 2008 para 29 programas *stricto sensu* e 11 cursos *lato sensu* em 2026. Também na pós-graduação estão presentes diferenciais estratégicos da universidade, como a interdisciplinaridade e a forte conexão com o ecossistema produtivo e de inovação por meio de programas como o Doutorado Acadêmico Industrial e o Mestrado Acadêmico para Inovação. O capítulo também ressalta o sucesso da política de internacionalização da UFABC, representado especialmente pelo desempenho da instituição nos editais CAPES-PrInt e CAPES Global.Edu, pelo estabelecimento de acordos de cooperação internacional e por iniciativas como o Mestrado Estratégico Temático - SPRING. Há também uma análise do amadurecimento acadêmico da pós-graduação da instituição, evidenciado pelo alcance do patamar de excelência em diversos programas na duas últimas Avaliações Quadrienais da CAPES (2021-2022 e 2025) e pelo histórico de participações da Universidade em prêmios CAPES de tese.

No capítulo 3, o livro aborda a extensão e a cultura da UFABC como eixos de interação transformadora entre a universidade e a sociedade, fundamentados no princípio constitucional da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa. O capítulo recupera a história da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, listando projetos estratégicos, como a Escola Preparatória, que prepara estudantes para os processos seletivos universitários; o programa “UFABC para Todos”, que, anualmente, recebe escolas e a comunidade externa; e o Coro da UFABC, além de ações voltadas aos direitos humanos e à divulgação e popularização das ciências, como a Revista Conectadas e o evento Conexão. Um ponto central da discussão é o processo de curricularização da extensão, que, desde 2023, permitiu reorganizar os cursos de graduação, reservando, no mínimo, 10% da carga horária para atividades extensionistas, fortalecendo a formação cidadã do corpo discente e a interação dialógica da universidade com a comunidade e seu território.

O capítulo 4 descreve a pesquisa como pilar estruturante da UFABC desde sua fundação, em 2006, com foco na construção de um ecossistema que une infraestrutura de ponta e governança transparente. A universidade adotou um modelo inovador de Centrais Experimentais Multiusuário, que foi expandido para incluir a Central de Biodiversidade e Conservação, a Central Computacional e a Central de Criação e Experimentação em Biomodelos. Essa organização permite à UFABC otimizar recursos, promovendo a interdisciplinaridade ao compartilhar equipamentos de alta complexidade entre diferentes grupos de pesquisa e instituições parceiras. Além da infraestrutura física e computacional, a pesquisa na UFABC destaca-se por programas de formação inovadores, como o “Pesquisando Desde o Primeiro Dia”, voltado a discentes ingressantes, e por um robusto programa de Iniciação Científica. Ao longo da história da Universidade, o apoio administrativo ao pesquisador foi consolidado como atribuição da Pró-Reitoria de Pesquisa. Ainda no que tange à pesquisa, o capítulo reforça a atuação da Agência de Inovação na proteção da propriedade intelectual e na transferência de tecnologia.

No capítulo 5 é apresentada a evolução da política de permanência estudantil na UFABC, a partir de suas bases normativas, do seu caráter prioritário no orçamento e de sua trajetória histórica. São destacadas e analisadas diversas resoluções que estruturam os programas e ações de permanência estudantil. Comprova-se a priorização da permanência estudantil no orçamento da UFABC por meio da avaliação da distribuição das despesas de custeio da universidade ao longo do tempo. Por fim, o capítulo apresenta

uma análise histórica da evolução da política de permanência da UFABC relacionando-a com as mudanças na legislação brasileira no período.

O capítulo 6 parte de entrevistas com egressos e discentes da UFABC para discutir o impacto das políticas institucionais da Universidade, apresentando-a como um espaço de “ruptura biográfica” para muitas e muitos jovens de primeira geração universitária. Por meio de relatos, exploram-se tensões e descobertas do modelo pedagógico interdisciplinar, que permite múltiplas trajetórias antes da escolha profissional definitiva. Para isso, são de vital importância as políticas de permanência estudantil e o acolhimento da diversidade, incluindo pessoas transgêneras, refugiados, solicitantes de refúgio e discentes trabalhadores, que têm particularidades e idiossincrasias que precisam ser respeitadas. Ao completar vinte anos, a UFABC apresenta-se como um espaço em que experiências e vivências se cruzam e se transformam mutuamente, tornando-a um ambiente acadêmico singular no panorama do ensino superior brasileiro.

# 1. A evolução da política de ingresso na UFABC: duas décadas de inclusão com excelência

Fernanda Graziella Cardoso  
Rail Ribeiro Filho  
Marcelo Salvador Caetano  
Cesar Monzu Freire

## Introdução

A UFABC é resultado da luta histórica da classe trabalhadora da região do Grande ABC. A região foi protagonista do processo de desenvolvimento industrial do país durante o século XX. Este contexto socioeconômico foi propício à emergência de sindicatos de trabalhadores organizados, notadamente o dos metalúrgicos. Conforme Silva, Coelho e Nascimento (2026), as lutas sociais (ABC das Lutas) e as lutas pedagógicas (ABC das Ciências) concorreram para o processo de elaboração e consolidação do projeto da UFABC, “cuja história exemplifica um paradigma de participação social local e de fortalecimento regional da democracia”.<sup>1</sup>

Considerando este contexto histórico de lutas, a UFABC nasce com o compromisso de ser uma instituição de ensino vinculada ao seu território. Surge, por isso, como uma possibilidade de acesso ao Ensino Superior público e de excelência justamente para as filhas e os filhos da classe trabalhadora. E, considerando os impactos socioeconômicos do processo de desindustrialização precoce do Brasil, observado no início do século XXI, a Universidade também assume, como missão mais ampla, o compromisso de contribuir para o desenvolvimento do ABC Paulista (o ABCDMRR): Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Ademais, considerando o pioneirismo de seus fundadores, seu Projeto Pedagógico Institucional é o primeiro no país a adotar o modelo de ingresso exclusivamente por meio de um curso interdisciplinar. O compromisso de transformação social da Universidade, impresso desde a primeira versão de seu Projeto Pedagógico Institucional (UFABC, 2006) foi também demarcado pela oferta de, pelo menos, metade das vagas de ingresso para o turno noturno e de metade das vagas de ingresso voltadas para egressos de escolas públicas, dentro das quais existia ainda o recorte para pretos, pardos e indígenas (PPI). De acordo com o seu projeto original de 2006:

A UFABC está comprometida com ações voltadas para a inclusão social, que tenham por objetivo assegurar que todos os segmentos da sociedade estejam nela representados. Essas ações não se esgotam no âmbito do processo de admissão com sistema de cotas de recorte socioeconômico e racial, que está em discussão no Congresso Nacional. O processo pedagógico deve repudiar a postura elitizante em favor da integração social do estudante, levando-o a se debruçar sobre a História para compreender o mundo em que vivemos numa perspectiva pluralista (UFABC, 2006, p. 6).

A inclusão, por sua vez, esteve sempre aliada à excelência, com o objetivo de devolver à sociedade cidadãos e cidadãs científica e tecnicamente competentes. De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional de 2017:

Só é efetivamente incluído o aluno que conclui seu curso e se apropria dos conhecimentos de forma a se tornar um profissional reconhecido em sua área. Ou seja, a inclusão é consolidada na saída, após ter sido assegurado o acesso justo e democrático no ingresso ao ensino superior. Por esse princípio, torna-se evidente que não existe dicotomia entre inclusão social e excelência acadêmica, ou seja, uma reforça a outra (UFABC, 2017, p. 30).

Ousadia, mas sempre com responsabilidade. Esta é uma boa forma de descrever a postura estratégica da UFABC nos processos seletivos de ingresso na graduação ao longo de seus primeiros 20 anos de existência. O seu pioneirismo nas iniciativas para o ingresso na graduação foi reafirmado neste período. A Universidade possuía reservas de vagas para oriundos de escolas públicas e para pretos, pardos e indígenas antes da Lei de Cotas e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD) antes da inclusão destas pessoas na Lei de Cotas<sup>2</sup>. Assim, sob esta perspectiva de pioneirismo e sem temer as dificuldades trazidas pelas novidades, a UFABC implementou, em curto período, três ações afirmativas próprias para o ingresso

na graduação: 1) em 2013, reserva de vagas para Pessoas com Deficiência independentemente de origem de Escola Pública<sup>3</sup>; 2) em 2018, reserva de vagas para Pessoas Refugiadas ou Solicitantes de Refúgio<sup>4</sup>; e 3) em 2019, reserva de vagas para Pessoas Transgêneras, Transexuais e Travestis<sup>5</sup>. Além das ações afirmativas voltadas à inclusão, a UFABC foi ainda uma das primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) a ter processo seletivo para laureados(as) em Olimpíadas do Conhecimento, as chamadas Vagas Olímpicas, desde 2020.

A Universidade, que iniciou em 2006 com 1.500 vagas e apenas um curso interdisciplinar de ingresso (Bacharelado em Ciência e Tecnologia - BC&T), 20 anos depois oferece 2.176 vagas e cinco cursos interdisciplinares de ingresso (Bacharelado em Ciência e Tecnologia - BC&T; Bacharelado em Ciências e Humanidades - BC&H; Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas - LCNE; Licenciatura em Ciências Humanas - LCH; e Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes - LEILA).

Considerando as mudanças da UFABC ao longo dos seus 20 anos, este capítulo tem como objetivo destacar a vocação de inclusão social com excelência da UFABC por meio da apresentação do histórico de mudanças da política de ingresso nos cursos interdisciplinares da graduação. As seções 2 e 3 estão dedicadas aos processos de ingresso em cursos interdisciplinares: a seção 2 apresenta o processo de adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e a combinação com políticas afirmativas próprias para além da Lei de Cotas e da Nova Lei de Cotas; e a seção 3 apresenta o histórico de surgimento e consolidação de outros três processos seletivos desenvolvidos recentemente. Por fim, nas considerações finais, argumenta-se sobre a confirmação e o fortalecimento do viés de inclusão com excelência assumido pela UFABC desde o seu primeiro vestibular.

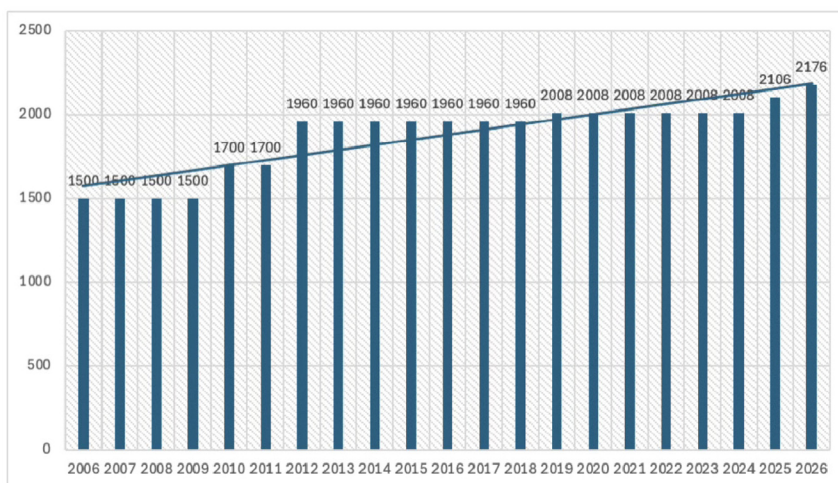
## 2. O primeiro vestibular, a adesão ao SiSU e políticas afirmativas próprias

Mantendo-se coerente aos seus pilares de Interdisciplinaridade, Inclusão e Excelência, desde o início da Universidade houve uma série de decisões refletidas, mas que se caracterizam por escolhas arrojadas. Dentre elas, destacamos: a abertura de 1.500 vagas no primeiro ingresso em 2006 (escalonado em três entradas quadrimestrais); a reserva de 50% das vagas de ingresso para egressos de escolas públicas e, dentre estas, aproximadamente 28% para PPI<sup>6</sup>; a adesão ao SiSU em seu ano de lançamento, 2009, naquele

momento já se constituindo como única forma de ingresso na UFABC; a adesão com 100% das vagas à Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) no primeiro ano, quando havia a possibilidade de aderir escalonadamente com 25% das vagas por ano; e a diversidade de ações afirmativas próprias.

Com relação ao crescimento das vagas e dos cursos ofertados no ingresso da graduação, a observação de dados quantitativos evidencia, de forma mais clara, a postura ativa, porém sem movimentos tempestivos. O Gráfico 1 mostra o quantitativo de vagas de ingresso na graduação ofertadas de 2006 a 2026. É possível notar que o incremento de vagas de ingresso nestes 20 anos foi de 45%, o que corresponde a um aumento linear de cerca de 2% ao ano.

Gráfico 1. Quantidade de vagas de ingresso por ano na graduação da UFABC (2006-2026)



Fonte: DDE-ProGrad (UFABC)

Este aumento gradual de vagas mostra que a UFABC, consciente de seu papel de formação, especialmente em sua região de inserção, tem pautado seu crescimento em função tanto das demandas da sociedade quanto da disponibilidade de recursos financeiros e de infraestrutura. Levar a disponibilidade de recursos ao seu limite significa otimizá-los, a bem da sociedade, considerando a sua relevância para as candidatas e os candidatos que buscam acessar um ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Como mencionado anteriormente, o Projeto Pedagógico Institucional

original da UFABC (2006) previa apenas um curso de ingresso, o BC&T. Este curso interdisciplinar, que permanece como o maior em número de vagas da Universidade, estava associado, desde o início, a 17 Cursos de Formação Específica, que os alunos e as alunas podiam acessar por meio de processo interno<sup>7</sup>.

Os três primeiros processos seletivos (2006/7, 2007/8 e 2009) foram realizados por meio de provas de vestibular elaboradas, aplicadas e corrigidas pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP). No primeiro semestre de 2009, enquanto se iniciavam os contatos com a VUNESP para o vestibular de 2010, o Ministério da Educação (MEC) divulgou para as instituições da rede federal de ensino superior o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que viria a utilizar a nota obtida pelas candidatas e pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no processo seletivo para o acesso ao ensino superior.

Esta mudança foi complementar à mudança no formato do ENEM, então denominado “novo ENEM”, com mais questões em cada eixo temático, dois dias de aplicação de provas e a possibilidade de comparação de desempenho entre provas de edições diferentes, por meio da elaboração das provas com a metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI).

Na UFABC, em reunião realizada em 29 de abril de 2009, o Conselho de Ensino e Pesquisa (ConsEP) decidiu pela adesão da Universidade ao SiSU com base nos resultados do novo ENEM. Consequentemente, a UFABC deixou de realizar exame vestibular próprio, conforme edital publicado no Diário Oficial da União (DOU, seção 3, p. 42, 17 de junho de 2009), tornando pública a adesão ao novo ENEM. Em primeiro de julho de 2009, o então ConsEP aprovou a sua Resolução nº 32, que dispunha que “o processo seletivo para o acesso aos cursos de graduação da UFABC para 2010 dar-se-á pelo Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação – MEC”<sup>8</sup>. É também neste momento que ocorre o aumento de 200 vagas no ingresso, vagas estas destinadas ao primeiro ingresso do BC&H. De imediato, a adesão ao SiSU aumentou significativamente a relação candidato por vaga para ingresso na graduação, que naquele momento ainda ocorria exclusivamente pelo BC&T.

Dez anos mais tarde, em 2019, foram criadas as licenciaturas interdisciplinares (LCH e LCNE), que começaram a receber candidatas e candidatos a partir do processo de ingresso de 2020. Assim, 210 vagas foram abertas nas licenciaturas interdisciplinares, realocadas a partir do BC&H (equivalentes às 50 vagas do curso de formação específica de Licenciatura

em Filosofia) e do BC&T (equivalentes às 160 vagas das quatro licenciaturas de formação específica a ele vinculadas, quais sejam, Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química).

Finalmente, em 2025, foi criada a mais recente licenciatura interdisciplinar, a Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes (LEILA), com 50 vagas referentes às novas vagas aprovadas para o Curso de Formação Específica a ela associado, a Licenciatura em Pedagogia.

Hoje, em 2026, a graduação da UFABC é formada por cinco Cursos Interdisciplinares de Ingresso e 29 Cursos de Formação Específica, totalizando 2.176 vagas de ingresso<sup>9</sup>. Destas, 2.074 vagas (ou seja, 95% do total) estão vinculadas ao SiSU, demonstrando o compromisso da Universidade com a política de ingresso implementada pelo MEC em 2009.

## 2.1. A Lei de Cotas

Já em seu primeiro ingresso, a UFABC previa a reserva de 50% do total de vagas ofertadas para oriundos do Ensino Médio de escolas da rede pública de ensino. E, dentro deste percentual, vagas para grupos étnicos formados por pretos, pardos e indígenas (PPI).

Quando o Congresso Nacional aprovou, em outubro de 2012, a Lei nº 12.711, criando a reserva de pelo menos 50% de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para candidatas e candidatos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas<sup>10</sup>, as Instituições Federais de Ensino (IFES) que ofertavam vagas de educação superior deveriam implementar, no mínimo, 25% da reserva de vagas a cada ano. O prazo-limite para o cumprimento integral do disposto na Lei foi 30 de agosto de 2016.

Na UFABC, as servidoras e os servidores envolvidos no processo seletivo para ingresso na graduação sugeriram, com o respaldo da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), implementar a política integralmente no ingresso de 2013 pelo SiSU, pelo qual a UFABC ofertou a totalidade de suas 1.960 vagas para os BC&T e BC&H. Assim, já no edital de ingresso aos cursos interdisciplinares que regulamentou o processo seletivo de 2012/13, a Universidade ofertou 981 vagas reservadas para egressos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas<sup>11</sup>.

No início da implementação da política de cotas na UFABC, a inscrição na modalidade de ingresso PPI dava-se por autodeclaração. A partir do ingresso de 2019, assim como ocorreu com outras IES brasileiras, a Universidade passou

a ter uma Comissão para Heteroidentificação de Autodeclaração Étnico-Racial, responsável por bancas de aferição da conformidade das autodeclarações.

Posteriormente, a Lei de Cotas de 2012 foi complementada pela Lei nº 13.409/2016, que acrescentou subcotas para PcD à subcota já existente para PPIs nos grupos de renda média familiar per capita inferior a 1,5 salários mínimos (identificados como grupos de vulnerabilidade econômica) e de qualquer outra renda média familiar.

Naquele momento, a UFABC já tinha estabelecido sua primeira ação afirmativa própria, também voltada ao ingresso de pessoas com deficiência sem qualquer outro condicionante. Nos anos seguintes, antes da pandemia da COVID-19, duas outras ações afirmativas próprias foram aprovadas pelo Conselho Universitário (ConsUni): em 2018, a reserva de vagas para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio; e, em 2019, a reserva de vagas para pessoas transgêneras. Estas três políticas afirmativas próprias são detalhadas a seguir.

## 2.2. Políticas afirmativas próprias vinculadas ao SiSU

A oferta de vagas pelo SiSU prevê a possibilidade das IES estabelecerem políticas afirmativas próprias, desde que respeitados os parâmetros gerais da Lei de Cotas. Assim, a UFABC, reafirmando seu viés inclusivo, foi constituindo políticas de ingresso com essa característica, alocando vagas de ampla concorrência para o desenho de novas estratégias para promover inclusão e diversidade no ingresso. Esta seção apresenta as três políticas afirmativas próprias com ingresso vinculado ao SiSU.

### 2.2.1 Reserva de vagas para Pessoas com Deficiência

A demanda por cotas para PcD advinha de diversos setores da sociedade, de políticas do Estado brasileiro, como a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência de 1989, e de políticas da própria UFABC, como a de “ampliar as ações afirmativas com o estabelecimento das cotas para pessoas com deficiência, criando as condições objetivas para o sucesso escolar deste grupo, com recursos humanos e tecnologias assistivas apropriadas, e a sensibilização da comunidade para a remoção das barreiras atitudinais” (UFABC, 2013, p. 81).

Como citado anteriormente, a UFABC criou uma reserva de vagas, extraídas das vagas de ampla concorrência, destinadas às pessoas com deficiência, independentemente de qualquer outra condição de vulnerabilidade.

Assim como as demais ações afirmativas próprias, estas vagas, reservadas a partir do ingresso de 2014, foram retiradas das vagas de ampla concorrência, em cada curso/campus e turno.

Esta política visava atender ao leque de demandas já mencionado e sua abrangência, para além das candidatas e candidatos oriundos(as) de escolas públicas, tinha relação próxima com essas demandas. Desta forma, a decisão de adotar uma política de escopo amplo estava relacionada, por exemplo, às questões enfrentadas por pessoas com deficiência auditiva, que não encontravam nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio a infraestrutura de apoio necessária. Desta forma, independentemente da condição socioeconômica, estes estudantes com deficiência, sempre que possível, cursavam instituições privadas.

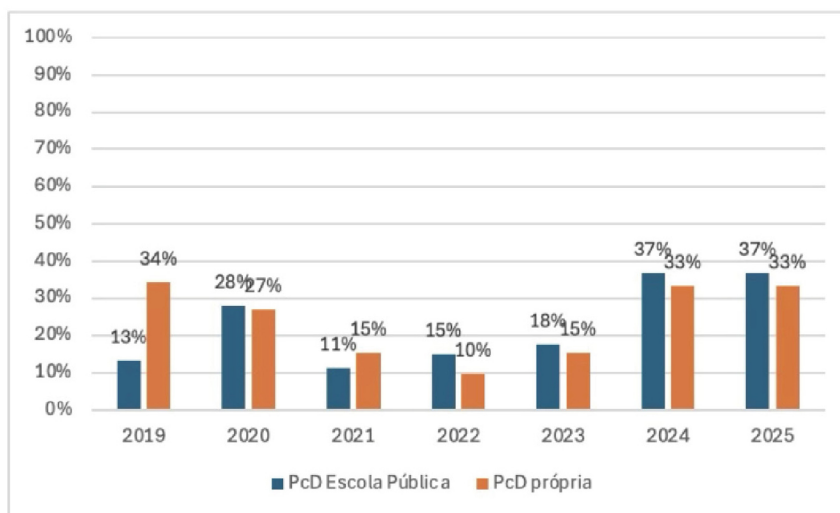
Institucionalmente, a UFABC, que na época tinha acabado de completar sete anos, começou a perceber que algumas ações afirmativas próprias poderiam destinar-se a pessoas substancialmente diferentes daquelas favorecidas por políticas compensatórias mais amplas do Estado brasileiro. Vale reforçar que o conceito de Pessoa com Deficiência envolve uma grande variedade de condições, que, por sua vez, estão associadas a uma ampla gama de diferentes estratégias.

Rapidamente, a proposta levada pela ProGrad à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), teve o apoio e comprometimento da Reitoria da UFABC, materializando-se em uma proposta de resolução levada ao Conselho Universitário. A resolução ConsUni nº 121/2013, que aprovou a reserva de vagas para PcD, dispôs que esta ocorreria de forma escalonada ao longo de um período de 5 anos, começando com 1% do total de vagas, até atingir o limite de 5% do total de vagas de graduação.

A promulgação da Lei nº 13.409/2016, que dispôs sobre a reserva de vagas para PcD nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino (IFEs), suscitou um breve debate interno sobre a conveniência ou não de se manter a ação afirmativa própria. Os argumentos pela manutenção superaram os contrários, embasados principalmente na necessidade, prevista na lei federal, de que a candidata ou o candidato tivesse cursado todo o Ensino Médio em escolas públicas.

O Gráfico 2<sup>12</sup> apresenta a ocupação das vagas destinadas às modalidades de ingresso para PcD desde 2019, comparando a taxa de ocupação de vagas destinadas a egressos de escolas públicas com a ocupação de vagas destinadas a PcD independentemente de outras condições.

Gráfico 2. Ocupação das vagas destinadas às modalidades de ingresso para PcD (%) - 2019-2025



Fonte: Repositório de Dados da UFABC

A evolução dos últimos dois anos aponta para uma recuperação da taxa de ocupação nas modalidades de ingresso destinadas a PcD, chegando a patamares superiores a 30% em ambos os casos. Não obstante, ainda há dificuldades prévias ao acesso, como a pequena procura por vagas, que precisam ser enfrentadas.

### 2.2.2. Reserva de vagas para Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio

Da mesma forma que com outras iniciativas, esta resultou de uma combinação de demandas. Neste caso, porém, a maior demanda foi verificada internamente. Embora a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) tenha sido institucionalizada apenas em 2020, por meio da resolução Consuni nº 206/2020,<sup>13</sup> a Cátedra já atuava como um grupo organizado desde março de 2014. Por meio desta atuação junto a grupos vulneráveis de refugiados e da parceria com a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2017 chega ao Consuni a demanda por uma reserva de vagas de ingresso específica para este grupo de pessoas.

A Resolução Consuni nº 182, de 19 de julho de 2017<sup>14</sup>, estabeleceu

reservas de vagas para refugiados e solicitantes de refúgio nos cursos interdisciplinares da UFABC e criou a Comissão Especial para Refugiados ou Solicitantes de Refúgio (CER). É importante ressaltar que, neste momento, a UFABC tinha 11 anos e estava em seu oitavo ano de SiSU, que até então era a única porta de entrada nos cursos interdisciplinares de ingresso na graduação. Assim, nada mais natural que a nova modalidade de reserva fosse incorporada ao processo seletivo ENEM/SiSU, com a realocação de vagas por curso/campus/turno da ampla concorrência. A política previa a reserva de duas vagas para cada curso interdisciplinar, por campus e turno de oferta, para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, sendo que 50% destas vagas seriam destinadas a refugiados ou solicitantes de refúgio em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nos quatro ingressos da primeira oferta desta reserva, entre 2019 e 2024, observou-se uma baixa procura,<sup>15</sup> relacionada a relatos frequentes de dificuldades dos candidatos, tais como prestar o ENEM nas mesmas condições de competitividade de estudantes lusófonos e a ocorrência de outras situações de vulnerabilidade de pessoas estrangeiras que não necessariamente o refúgio. A primeira dificuldade relatada era esperada, uma vez que o domínio do idioma requerido para as longas questões dissertativas do ENEM certamente seria maior do que a fluência necessária para o curso universitário. A segunda dificuldade passou a ser observada empiricamente após a criação da política de reserva de vagas, por meio do recebimento de consultas de pessoas estrangeiras residentes no Brasil em situações diversas que a de refúgio. Especialmente nos últimos anos, com o agravamento de crises humanitárias, como na Síria e na Venezuela, por exemplo, a procura por pessoas migrantes deixou de ser incomum.

Cientes dessas duas considerações, representantes da já institucionalizada CSVM e da ProGrad levaram ao ConsUni a demanda pela revisão da resolução ConsUni nº 182/2017 que contemplasse as dificuldades identificadas. Esta nova política de ingresso, agora desvinculada do SiSU, será apresentada mais à frente. Por fim, como ateste da relevância desta ação, mesmo com os limitantes já indicados, vale mencionar que já tivemos discentes formados que por ela ingressaram<sup>16</sup>.

### 2.2.3. Reserva de vagas para Pessoas Transgêneras

Em 2018, foi aprovada a reserva de vagas para pessoas transgêneras no ingresso da graduação da UFABC, definindo a terceira política afir-

mativa própria com ingresso via SiSU. Para a definição desta política, no entanto, é importante descrever o seu contexto prévio.

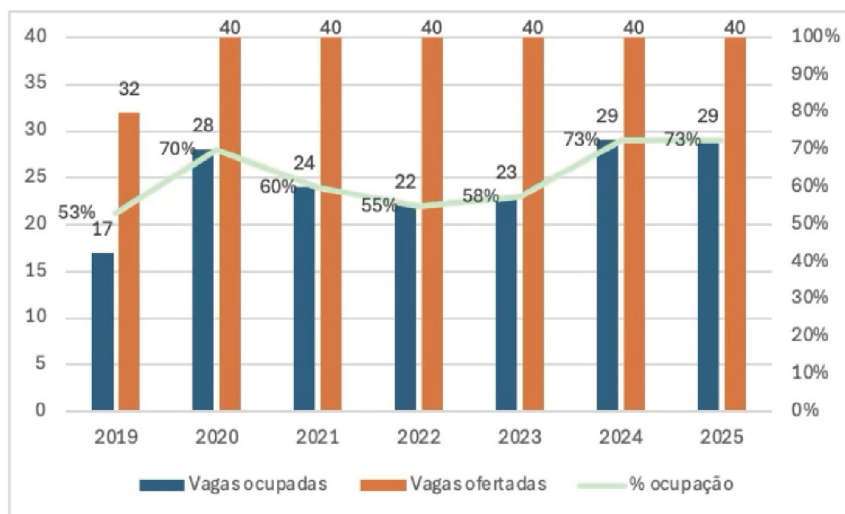
Em 2016, uma funcionária trans em situação de terceirização foi impedida de utilizar o banheiro feminino. A situação gerou intenso debate, tendo sido iniciada, por parte do Coletivo LGBTQIAP+ Prisma Dandara dos Santos, a luta pela regulamentação da utilização dos sanitários na UFABC, que foi normatizada pela Portaria nº 261 de 31 de julho de 2017<sup>17</sup>. Tal portaria regulamentou o uso de banheiros, vestiários e espaços segregados por gênero na instituição de acordo com a identidade de gênero.

No final de 2017, mais um passo foi dado com a aprovação da reserva de vagas para pessoas trans no acesso às vagas da Escola Preparatória da UFABC<sup>18</sup>. Finalmente, no ano de 2018, a ProAP foi procurada por movimentos sociais e estudantis da UFABC, dentre os quais o Coletivo Prisma, a fim de debater a importância e a urgência da implementação de reserva de vagas para pessoas transgêneras. Entre os argumentos estava a necessidade de considerar as vulnerabilidades destas pessoas, uma vez que muitas têm seus direitos cerceados e negados, sofrem preconceitos diversos, têm dificuldade de acesso à educação formal e ao mercado de trabalho, e são sujeitas e expostas a diversas violências.

Em sessão do ConsUni ocorrida em 23 de outubro de 2018, a nova política afirmativa de ingresso foi aprovada e regulamentada pela Resolução ConsUni nº 190/2018<sup>19</sup>. Foi estabelecida a reserva de 1,5% do total das vagas para cada curso interdisciplinar de ingresso, considerando o campus e o turno de oferta anual pela UFABC, para pessoas que se autodeclararem transgêneras. Além disso, no mínimo 50% das vagas estipuladas foram destinadas para pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E, assim como nos demais casos de políticas afirmativas próprias, as vagas reservadas foram realocadas a partir das destinadas à ampla concorrência no SiSU.

O Gráfico 3<sup>20</sup> mostra a evolução da ocupação das vagas por esta modalidade de ingresso desde sua primeira oferta em 2019. Desde sua primeira oferta, pelo menos metade das vagas foi ocupada. Nos últimos dois anos, a ocupação tem se mantido em patamar superior a 70%, demonstrando a efetividade da política de ingresso implementada.

Gráfico 3. Ocupação de vagas destinadas às modalidades de ingresso para pessoas transgêneras (2019-2025)



Fonte: Repositório de Dados da UFABC

A UFABC foi a primeira universidade pública do estado de São Paulo a aderir às cotas para pessoas trans e uma das primeiras do país a adotá-las. Em complemento, vale mencionar que, em 2022, o ConsUni aprovou a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal do ABC, com foco na promoção da igualdade e equidade de gênero e no combate às violências contra as mulheres e as pessoas LGBTQIAP+<sup>21</sup>.

### 2.3. A Nova Lei de Cotas

Após o encerramento do período de enfrentamento da pandemia, os poderes executivo e legislativo federais procederam à revisão da Lei nº 12.711/2012, que previa, em seu artigo 7º, que, após 10 anos, haveria uma reavaliação da política afirmativa de acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas (posteriormente também às PcD), bem como daqueles que tivessem cursado o Ensino Médio em escolas públicas. A premissa era a de que o eventual investimento na rede pública de educação, atrelado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, especialmente na infraestrutura das escolas, na remuneração e na formação dos professores, possibilitaria aos(as) estudan-

tes dela egressos um desempenho médio equivalente ao dos egressos das escolas privadas.

Isso não se efetivou, de modo que o Congresso Nacional aprovou, em 13 de novembro de 2023, a Lei nº 14.723, que manteve a reserva de vagas para oriundos de escolas públicas no acesso às IFES. A revisão da Lei ampliou sua abrangência, ao incluir também o acesso ao Ensino Médio oferecido pelos Institutos Federais aos oriundos do ensino fundamental público, além de trazer alterações pontuais importantes, como a redução do recorte de vulnerabilidade de renda para um salário mínimo per capita no grupo familiar, além da reformulação nos subgrupos das cotas, que passaram a contemplar separadamente as condições de PPI, PcD e a inclusão de nova cota com reserva de vagas para quilombolas. A UFABC, já no processo de ingresso de 2024, aderiu às novas regras para o ingresso via SiSU, mantendo até o momento as demais políticas afirmativas próprias antes citadas<sup>22</sup>, assim como os processos seletivos simplificados que serão apresentados adiante, feitos de maneira apartada do SiSU.

### 3. Expansão das formas de ingresso nos cursos interdisciplinares: diversificação e aprofundamento do viés de inclusão

A despeito do bom desempenho histórico no preenchimento de vagas via SiSU, a UFABC, confirmando seu perfil inovador, manteve-se atenta a outras possibilidades de ingresso, inspirando-se na experiência de outras instituições e também por meio da avaliação crítica das possibilidades vigentes. Nesta seção, apresentamos as três formas de ingresso além do SiSU para ingresso nos cursos interdisciplinares que se constituíram a partir de 2019.

#### 3.1. Reserva de vagas para premiados em Olimpíadas de Conhecimento e Competições Científicas

Como vimos anteriormente, a UFABC tem se destacado pela adoção de processos seletivos e de ações afirmativas próprias para o ingresso nos cursos de graduação que privilegiam a diversidade e a inclusão com excelência. Até o ingresso de 2019, todas as vagas e, por conseguinte, todas as políticas afirmativas próprias estavam vinculadas ao SiSU.

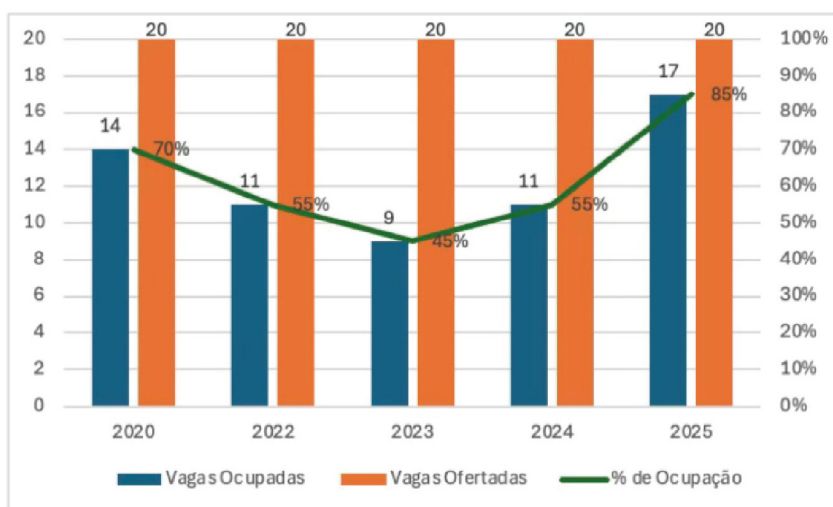
Entretanto, esse roteiro começou a mudar em 2019. Inspirada em uma

iniciativa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) implantada em 2018, com oferta de vagas em cursos de graduação para estudantes concluintes do Ensino Médio premiados em Olimpíadas do Conhecimento e Competições Científicas, a UFABC resolveu adotar esta nova forma de ingresso, com vistas a atrair candidatas e candidatos com presumível perfil de excelência.

A ideia foi submetida ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) da UFABC, sendo aprovada por meio da Resolução ConsEPE nº 235/2019<sup>23</sup>. Esta nova forma de ingresso simplificada para laureadas e laureados em Olimpíadas do Conhecimento e Competições Científicas – ou, simplesmente, as Vagas Olímpicas –, possibilita o acesso direto aos Cursos Interdisciplinares de Ingresso da graduação da UFABC. As 20 vagas disponibilizadas foram realocadas a partir da modalidade de Ampla Concorrência do SiSU. Cada Curso Interdisciplinar de Ingresso teve, pelo menos, uma vaga por campus e turno reservada para esta modalidade. Caso a vaga não fosse preenchida, voltaria a ficar disponível para preenchimento via ampla concorrência no SiSU.

O primeiro Edital foi lançado para o ingresso em 2020, que ocorreu de forma concomitante, porém independente, ao processo seletivo pelo SiSU. O Gráfico 4<sup>24</sup> mostra como tem sido a ocupação de vagas por esta modalidade de ingresso desde sua primeira oferta.

Gráfico 4. Ocupação das vagas destinadas à modalidade de ingresso “Vagas Olímpicas” - 2020 a 2025



Fonte: DDDE-ProGrad (UFABC)

Ano a ano, vão sendo acrescentadas competições a essa política de ingresso, mediante processo de solicitação, análise pela ProGrad e homologação pela Comissão de Graduação. As competições precisam atender aos requisitos de alcance nacional e de conteúdo avaliativo equivalente ao do Ensino Médio.

Por fim, vale destacar que, embora esta forma de ingresso não se restrinja a egressos de escolas públicas, os editais deste processo seletivo preveem que, em caso de empate, o egresso de escola pública tem preferência na ocupação da vaga.

### 3.2. Programa de Ingresso para Egressos de Escolas Públicas do Grande ABC

O Programa de Ingresso para Egressos de Escolas Públicas do Grande ABC (PROEP-ABC) é uma nova forma de ingresso, inaugurada na UFABC em 2025, voltada para egressos de escolas públicas dos sete municípios que compõem o ABC Paulista (o ABCDMRR). Trata-se de uma política de reserva de vagas para egressos que cursaram integralmente o Ensino Médio de escolas públicas (estaduais e municipais) do ABCDMRR vinculadas às Secretarias de Educação, utilizando a nota do ENEM, levando em consideração os parâmetros de nota mínima de ingresso estabelecidos pelo ConsEPE<sup>25</sup> e o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse)<sup>26</sup> correspondente à localização de cada escola.

A nova forma de ingresso foi aprovada pelo ConsUni e normatizada pela Resolução ConsUni n° 237 de 2024<sup>27</sup>, assim como pela Resolução ConsEPE n° 271 de 2024<sup>28</sup>. A nova política atendia, ainda, à recomendação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2033, uma vez que “Essa ação, além de dar oportunidade a estudantes de cada uma das escolas públicas do entorno, auxilia na popularização e conhecimento da universidade pública no território em que está inserida” (UFABC, 2024, p. 97).

A quantidade mínima de vagas a ser ofertada anualmente para ingresso via PROEP-ABC corresponde ao número de Cursos de Formação Específica vigentes, considerando ambos os turnos, diurno e noturno. As vagas, assim como nos demais casos de processo seletivo simplificado, são retiradas da parcela da modalidade de Ampla Concorrência do SiSU.

O PROEP-ABC teve como fonte de inspiração o Programa de Formação Interdisciplinar Superior (PROFIS), implantado em 2011 na UNICAMP. O PROFIS é um curso de formação superior de dois anos de du-

ração, com 120 vagas de ingresso, sendo que cada vaga é reservada para egressos de cada uma das 120 escolas públicas de Ensino Médio do município de Campinas, SP. Ao término deste Curso Sequencial<sup>29</sup>, o estudante poderá acessar um curso de graduação da UNICAMP, também por meio de vagas reservadas<sup>30</sup>.

A UFABC reconheceu no PROFIS uma oportunidade de implementação de uma nova política de ingresso, focada na região do ABCDMRR, e foi além. Mais do que uma oportunidade de promover maior capilaridade da Universidade no território em que se insere, o PROEP seria uma forma direta de acesso aos Cursos Interdisciplinares de Ingresso da UFABC e levaria em consideração aspectos socioeconômicos, caracterizando-se como uma política afirmativa.

A questão da capilaridade envolvia também a representatividade dos sete municípios do ABCDMRR. Os dados de residência de origem dos estudantes que ingressaram na UFABC entre 2017 e 2023 revelaram que a grande maioria do corpo discente da instituição era proveniente do ABC Paulista. No entanto, quando comparada a proporção de formados no Ensino Médio de cada um dos sete municípios do ABCDMRR com a proporção de ingressantes na UFABC de cada um deles, notou-se que alguns municípios, como São Caetano do Sul, estavam super-representadas nesta população de ingressantes, enquanto outros, como Mauá, estavam sub-representadas. Dessa forma, na definição do PROEP-ABC foi levada em consideração essa proporção de egressos do Ensino Médio em cada município da região para determinar o número mínimo de vagas reservadas às escolas de cada município, de modo a diminuir a distorção regional de acesso e ingresso na UFABC.

Essa distorção, ademais, seria um sintoma da desigualdade socioeconômica observada entre as sete cidades da região e em cada uma delas. Ao considerar o Inse, a nova política de ingresso visa oportunizar o acesso às vagas aos estudantes egressos das escolas de regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, entendemos que o ingresso de alunas e alunos oriundos de escolas de regiões mais socioeconomicamente vulneráveis também funcionaria como forma de romper a barreira simbólica que indica que a universidade pública não é para todos. Ao viabilizar o acesso por uma forma de ingresso específica (ou mais palpável), é possível estimular que estudantes de escolas públicas vejam a universidade como um caminho viável, gerando um círculo virtuoso.

Um aspecto extremamente importante do PROEP-ABC é a parceria es-

tabelecida entre a UFABC e as Diretorias Regionais de Ensino para divulgar esta nova oportunidade de ingresso na Universidade. Esta parceria permitiu a realização de encontros entre a Universidade e os diretores e diretoras de cada escola pública de Ensino Médio da região, que levaram às suas unidades a informação de que há uma universidade pública, gratuita e de qualidade no ABC Paulista e que a UFABC aguarda a inscrição de suas egressas e egressos no processo seletivo especialmente elaborado para esse público-alvo.

Considerando a limitação da quantidade de vagas ofertadas no ingresso frente à quantidade de escolas elegíveis para o Programa, estudantes que sejam classificados para ingresso via PROEP-ABC, mas que não foram contemplados com vagas nos Cursos Interdisciplinares de Ingressos, têm uma vaga reservada para ingresso na Escola Preparatória da UFABC, que é um projeto de extensão oferecido pela Universidade e que prepara os estudantes para os processos seletivos universitários do ano seguinte.

Em 2025, os primeiros ingressantes via PROEP-ABC chegaram à UFABC. Este primeiro processo seletivo foi um grande sucesso. A UFABC preencheu 93% das vagas ofertadas pelo PROEP-ABC<sup>31</sup>. Para os próximos anos, com a consolidação dessa política, espera-se aumentar gradativamente o número de vagas disponibilizadas para esta forma de ingresso, idealmente atingindo um número equivalente ao de escolas elegíveis existentes nas cidades do Grande ABC.

### 3.3. Reserva de vagas para Pessoas Refugiadas, Solicitantes de Refúgio e Migrantes Beneficiárias de Políticas Humanitárias do Estado Brasileiro

Conforme explicado anteriormente, a forma de ingresso para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio via SiSU enfrentou desafios no preenchimento de vagas desde que passou a ser oferecida. No entanto, considerando a importância e a pertinência dessa política, e levando em conta o contexto geopolítico e climático atual, a já citada CSVN, em conjunto com a ProGrad, apresentou proposta de nova política de ingresso para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, incluindo pessoas migrantes beneficiárias de políticas humanitárias do Estado brasileiro.

Considerando pertinente a mudança de estratégia, em que o ingresso passou a ser por meio de processo seletivo próprio (e não mais via SiSU), o ConsUni aprovou o que veio a ser a quarta forma de ingresso anual da UFABC, a terceira fora do SiSU. A nova política foi normatizada pela Reso-

lução ConsUni n° 245/2025<sup>32</sup> e pela Resolução ConsEPE n° 276 de 2025<sup>33</sup>. As vagas, assim como nos demais casos de processo seletivo simplificado, são oriundas da parcela da modalidade de Ampla Concorrência do SiSU, e correspondem a um mínimo de uma vaga por Curso Interdisciplinar de Ingresso, considerando turno e campus, e um número máximo de vagas correspondente ao número de Cursos de Formação Específica<sup>34</sup>.

#### 4. Considerações finais: duas décadas de inclusão com excelência

Inclusão sem perder o foco na excelência. O aumento gradual de práticas inclusivas no ingresso não afetou o nível de excelência do corpo discente. Além disso, o uso de notas mínimas em todos os cursos<sup>35</sup>, modalidades e formas de ingresso, tem garantido que o conhecimento mínimo da pessoa ingressante fique bem acima da média nacional. E isso tem acontecido com o preenchimento de praticamente todas as vagas ofertadas. Em 2025, por exemplo, foram preenchidas todas as vagas de ingresso via SiSU, 87% das vagas via Vagas Olímpicas e 93% das vagas via PROEP-ABC, chegando à ocupação de 99,7% das vagas ofertadas no ingresso<sup>36</sup>.

No que diz respeito ao ingresso na graduação, a UFABC, nesses 20 anos de existência, caracterizou-se pela busca de formas diversificadas de manter sua atratividade, tanto por meio do seu Projeto Pedagógico Institucional inovador quanto pelo compromisso em ampliar a diversidade no seu acesso. É fato que a pandemia da COVID-19 e a rápida evolução tecnológica, especialmente o avanço crescente das ferramentas de inteligência artificial, trouxeram mudanças ainda não compreendidas, em sua totalidade, nas relações sociais e produtivas. Naturalmente, esses fatores têm um impacto muito grande na educação formal, seja nas expectativas de quem a procura, seja nos modelos de quem a oferta. Ademais, vivenciamos um contexto socioeconômico de elevada desigualdade, que se mostra ainda mais recrudescido por outras interseccionalidades, como o recorte étnico-racial. Desse modo, manter a disposição para ampliar as formas de acesso, na direção de maior diversidade e inclusão, é uma escolha institucional acertada, contribuindo para a missão institucional e social da UFABC de ser um agente transformador da sociedade brasileira.

Assim, acreditamos que, para além de procurar acompanhar as mudanças – tarefa complexa considerando a velocidade com que tais mudanças ocorrem –, é importante que a UFABC tente antever os horizontes próximos,

além de se adaptar e reagir rapidamente aos novos cenários que se impõem. Neste sentido, acreditamos na importância de prosseguir diversificando e fortalecendo as ações afirmativas no ingresso, criando novas entradas para públicos específicos, tais como para pessoas indígenas e para pessoas com mais de 60 anos, por exemplo. Estas novas portas de acesso aos Cursos Interdisciplinares de Ingresso poderiam ser criadas na forma de processos seletivos exclusivos, com ofertas iniciais de poucas vagas retiradas da ampla concorrência do SiSU. Desta forma, um eventual resíduo de vagas não ocupadas por estas ações afirmativas próprias poderia ser revertido para o processo principal, que a médio prazo ainda permaneceria sendo o SiSU.

Por fim, e não menos importante, ressaltamos a efetividade do SiSU e o compromisso da UFABC com esta política nacional de ingresso nas IES implementada a partir de 2009. A Lei de Cotas e a Nova Lei de Cotas são marcos fundamentais para compreendermos a revolução observada no Ensino Superior, notadamente na rede federal de ensino, desde sua implementação. Não à toa, a principal forma de ingresso na UFABC continua sendo o SiSU. Para o ingresso de 2026, a proporção de vagas ofertadas via SiSU foi de 95,83%.

A universidade ganha sentido e legitimidade social desde que cumpra sua missão de transformação, de espaço de geração de conhecimento e de troca de saberes, que atendem e respondem aos anseios e às necessidades da sociedade, notadamente do território em que se localiza, e também considerando a sua diversidade étnico-racial, socioeconômica e cultural. Assim, quanto mais diverso for o público que ingressa na instituição, mais nos aproximamos do sentido de ser Universidade. Conforme apresentado neste texto, a UFABC vem cumprindo seu papel, aliando inclusão à excelência e sendo vanguardista no desenho e implementação de ações afirmativas de acesso ao Ensino Superior.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Saeb 2023: Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) – Nota Técnica. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/indicador\\_nivel\\_socioeconomico\\_saeb\\_2023\\_nota\\_tecnica.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2023_nota_tecnica.pdf). Acesso em: 20 de abril de 2026.

SILVA, Sidney Jard; BARBOSA, Orlando Coelho; NASCIMENTO, Eliane Cristina da Silva. UFABC 20 Anos: As Lutas Locais por uma Universidade Pública na Perspectiva dos

seus Principais Protagonistas. **PesquisABC**, nº 40 - Edição Especial UFABC 20 anos, 2026. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/divulgacao-cientifica/pesquisabc/edicao-n-40-janeiro-de-2026/ufabc-20-anos-as-lutas-locais-por-uma-universidade-publica-na-perspectiva-dos-seus-principais-protagonistas>. Acesso em: 20 de abril de 2026.

UFABC. **Projeto Pedagógico Institucional de 2006**. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/imagens\\_a\\_ufabc/projetopedagogico.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projetopedagogico.pdf). Acesso em: 20 de abril de 2026.

UFABC. **Projeto Pedagógico Institucional de 2017**. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/imagens\\_a\\_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf). Acesso em: 20 de abril de 2026.

UFABC. **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2013-2022**. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro\\_pdi-2013.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro_pdi-2013.pdf). Acesso em: 20 de abril de 2026.

UFABC. **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2024-2033**. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro\\_pdi\\_2025.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro_pdi_2025.pdf). Acesso em: 20 de abril de 2026.

## Notas:

[1] Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/divulgacao-cientifica/pesquisabc/edicao-n-40-janeiro-de-2026/ufabc-20-anos-as-lutas-locais-por-uma-universidade-publica-na-perspectiva-dos-seus-principais-protagonistas> [acesso em 06 de abril de 2026].

[2] Lei 13.409/2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

[3] Resolução ConsUni n. 121/2013, cria a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência no ingresso na graduação da UFABC. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resoluo\\_consuni\\_121\\_-\\_cria\\_a\\_reserva\\_de\\_vagas\\_para\\_pessoas\\_com\\_deficiencia\\_na\\_ufabc\\_e\\_define\\_as\\_condies\\_de\\_permanncia\\_destes\\_estudantes\\_revogada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resoluo_consuni_121_-_cria_a_reserva_de_vagas_para_pessoas_com_deficiencia_na_ufabc_e_define_as_condies_de_permanncia_destes_estudantes_revogada.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026].

[4] Resolução ConsUni n. 182/2017, cria a reserva de vagas para Refugiados e Solicitantes de Refúgio no ingresso na graduação da UFABC. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resoluo\\_consuni\\_182\\_-\\_vagas\\_para\\_refugiados\\_e\\_comisso\\_especial\\_para\\_refugiados\\_revogada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resoluo_consuni_182_-_vagas_para_refugiados_e_comisso_especial_para_refugiados_revogada.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026].

[5] Por meio da Resolução ConsUni n. 190/2018, que cria a reserva de vagas para Pessoas Transgêneras no ingresso na graduação, a UFABC foi a primeira universidade do Estado de SP a adotar cotas para pessoas transgêneras e uma das primeiras do Brasil. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resoluo\\_consuni\\_190\\_-\\_estabelece\\_reservas\\_de\\_vagas\\_para\\_pessoas\\_transgneras\\_nos\\_cursos\\_interdisciplinares\\_da\\_ufabc\\_e\\_cria\\_a\\_cept\\_alterada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resoluo_consuni_190_-_estabelece_reservas_de_vagas_para_pessoas_transgneras_nos_cursos_interdisciplinares_da_ufabc_e_cria_a_cept_alterada.pdf). [acesso em 20 de abril de 2026].

[6] Essa proporção era condizente à metodologia do censo realizado pelo IBGE, considerando a população do Estado de São Paulo assim autodeclarada no último recenseamento publicado.

[7] Eram os seguintes cursos: Engenharia Ambiental e Urbana, Engenharia Aeroespacial, Bioengenharia, Engenharia de Energia, Engenharia de Gestão, Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica, Engenharia de Materiais; Engenharia de Informação, Bacharelado em Biologia, Bacharelado em Ciências de Computação, Bacharelado em Física, Bacharelado em Matemática; Bacharelado em Química; Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Química. Vale notar que Bioengenharia, posteriormente, passou a ser denominado de Engenharia Biomédica. O Edital de Ingresso de 2006 está disponível em: [https://prograd.ufabc.edu.br/images/pdf/edital\\_vestibular2006.pdf](https://prograd.ufabc.edu.br/images/pdf/edital_vestibular2006.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026].

[8] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao\\_32\\_-\\_normatiza\\_o\\_processo\\_seletivo\\_para\\_ingresso\\_nos\\_cursos\\_de\\_graduacao\\_2010.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_32_-_normatiza_o_processo_seletivo_para_ingresso_nos_cursos_de_graduacao_2010.pdf) [acesso em 16 de abril de 2026].

[9] Além dos cursos de oferta regular, atualmente a UFABC tem uma licenciatura de oferta única, Licenciatura em Educação do Campo, vinculada à CAPES, via Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade).

[10] A Escola Pública é definida como a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público, nos termos do inciso I, do art. 19, da Lei nº 9.394/1996, conforme Art 2º, inciso II da Portaria Normativa MEC nº18, de 11 de Outubro de 2012.

[11] Edital de Ingresso de 2012/2013 disponível em: [https://prograd.ufabc.edu.br/images/pdf/edital\\_153\\_2012.pdf](https://prograd.ufabc.edu.br/images/pdf/edital_153_2012.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026].

[12] Disponível em: <https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas>, ver planilha Prograd 01. [acesso em 21 de abril de 2026].

[13] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao\\_consuni\\_206\\_-\\_institucionalizacao\\_da\\_ctedra\\_srgio\\_veiera\\_de\\_mello\\_ufabc\\_assinada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao_consuni_206_-_institucionalizacao_da_ctedra_srgio_veiera_de_mello_ufabc_assinada.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026].

[14] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao\\_consuni\\_182\\_-\\_vagas\\_para\\_refugiados\\_e\\_comisso\\_especial\\_para\\_refugiados\\_revogada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao_consuni_182_-_vagas_para_refugiados_e_comisso_especial_para_refugiados_revogada.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026]. Conforme será explicado adiante, esta resolução foi revogada e substituída pela Res. ConsUni n. 245/2025.

[15] Em 2019, foram ocupadas 4 das 12 vagas; em 2020, foram ocupadas 3 das 20 vagas; em 2021, apenas 1 das 20 vagas foi preenchida; de 2022 a 2024, nenhuma vaga foi ocupada; e em 2025, foram 5 vagas preenchidas das 20 disponíveis. Para mais informações, ver <https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas> [acesso em 20 de abril de 2026].

[16] No capítulo final deste livro, dedicado aos egressos, um dos estudantes entrevistados ingressou por esta modalidade de reserva.

[17] Ver pp. 6-8 do Boletim de Serviço da UFABC de 01 de agosto de 2017. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim\\_servico\\_ufabc\\_671.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_671.pdf) [acesso em 21 de abril de 2026].

[18] A Escola Preparatória da UFABC (EPUFABC) começou suas atividades em 2010 como um projeto de extensão idealizado por alunos de graduação da Universidade Federal do ABC. Desde o início, buscou-se promover o acesso das comunidades populares da

região do ABC ao ensino superior de qualidade, oferecendo um curso preparatório gratuito voltado ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para mais informações, ver: <https://epufabc.proec.ufabc.edu.br/sobre/> [acesso em 21 de abril de 2026].

[19] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao\\_consuni\\_190\\_-\\_estabelece\\_reservas\\_de\\_vagas\\_para\\_pessoas\\_transgeneras\\_nos\\_cursos\\_interdisciplinares\\_da\\_ufabc\\_e\\_cria\\_a\\_cept\\_alterada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao_consuni_190_-_estabelece_reservas_de_vagas_para_pessoas_transgeneras_nos_cursos_interdisciplinares_da_ufabc_e_cria_a_cept_alterada.pdf) [acesso em 21 de abril de 2026].

[20] Disponível em: <https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas>, ver planilha Prograd 01 [acesso em 21 de abril de 2026].

[21] Resolução ConsUni n. 223/2022. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao\\_consuni\\_223\\_-\\_estabelece\\_a\\_politica\\_de\\_diversidade\\_sexual\\_e\\_de\\_genero\\_da\\_universidade\\_federal\\_do\\_abc.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao_consuni_223_-_estabelece_a_politica_de_diversidade_sexual_e_de_genero_da_universidade_federal_do_abc.pdf) [acesso em 21 de abril de 2026].

[22] Como será explicado adiante, a reserva de vagas para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio passou a ser, a partir de 2026, realizada de forma separada do SiSU.

[23] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao\\_235\\_-\\_normatiza\\_o\\_processo\\_seletivo\\_para\\_acesso\\_aos\\_cursos\\_interdisciplinares\\_de\\_ingresso\\_da\\_ufabc\\_revoga\\_e\\_substitui\\_a\\_resolucao\\_consep\\_n\\_70\\_tachada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_235_-_normatiza_o_processo_seletivo_para_acesso_aos_cursos_interdisciplinares_de_ingresso_da_ufabc_revoga_e_substitui_a_resolucao_consep_n_70_tachada.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026]. Vale notar que esta resolução foi revogada e substituída por resoluções subsequentes, por conta da implementação de novas formas de ingresso. O normativo vigente de ingresso é a Resolução ConsEPE n. 276/2025.

[24] O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) da UFABC suspendeu temporariamente, e apenas para o processo seletivo para acesso aos cursos interdisciplinares de ingresso da UFABC em 2021, por meio de seu Ato Decisório nº 200/2020, a seleção de alunos a partir do desempenho em olimpíadas científicas e demais competições de conhecimento, disponibilizando naquele ano a totalidade de suas 2008 vagas para ingresso via SiSU. Em 2022 o processo de ingresso pelas Vagas Olímpicas foi retomado e não mais interrompido.

[25] Conforme Ato Decisório ConsEPE n. 309/2025, disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos\\_decisorios/ato\\_decisrio\\_309\\_-\\_aprova\\_as\\_notas\\_e\\_os\\_pesos\\_do\\_enem\\_para\\_os\\_cursos\\_interdisciplinares\\_-\\_assinado\\_-\\_com\\_anexo.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos_decisorios/ato_decisrio_309_-_aprova_as_notas_e_os_pesos_do_enem_para_os_cursos_interdisciplinares_-_assinado_-_com_anexo.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026].

[26] O Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) das escolas de educação básica do país foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb). Conforme nota técnica do INEP, “Desenvolvido na edição do Saeb de 2019, o Inse do Saeb foi formado pela combinação de escolaridade dos pais e posse de bens, sem envolvimento de informações ocupacionais. Esse índice permite posicionar o estudante frente aos seus colegas quanto à sua condição econômica e social, bem como contribuir para a formulação, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação com base em informações socioeconômicas das famílias e do contexto em que o processo educativo se materializa” (BRASIL, 2025, p. 10).

[27] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao\\_conuni\\_237\\_-\\_estabelece\\_politica\\_de\\_ingresso\\_interdisciplinaresufabc\\_discentes\\_de\\_escolas\\_publicas\\_dos\\_municipios\\_do\\_assinada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao_conuni_237_-_estabelece_politica_de_ingresso_interdisciplinaresufabc_discentes_de_escolas_publicas_dos_municipios_do_assinada.pdf). [acesso em 20 de abril de 2026].

[28] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao\\_271\\_-\\_normatiza\\_o\\_processo\\_seletivo\\_para\\_cursos\\_interdisciplinares\\_de\\_ingresso\\_rev\\_subst\\_resolucao\\_264\\_revogada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_271_-_normatiza_o_processo_seletivo_para_cursos_interdisciplinares_de_ingresso_rev_subst_resolucao_264_revogada.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026]. Esta Resolução foi revogada e substituída pela Resolução ConsEPE n. 276/2025, em virtude da aprovação de nova forma de ingresso.

[29] Câmara de Educação Superior/CNE, Resolução 1/2017.

[30] Para mais informações, ver: <https://www.prg.unicamp.br/profis/sobre/> [acesso em 21 de abril de 2026].

[31] Para mais informações, ver Boletim de Graduação n. 2/2025, disponível em: <https://prograd.ufabc.edu.br/boletim-da-graduacao/educacao-2> [acesso em 20 de abril de 2026].

[32] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao\\_consuni\\_245\\_-\\_estabelece\\_politica\\_de\\_ingresso\\_e\\_acolhimento\\_para\\_pessoas\\_refugiadas\\_revoga\\_e\\_substitui\\_resolucao\\_consuni\\_182\\_-\\_assinado.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao_consuni_245_-_estabelece_politica_de_ingresso_e_acolhimento_para_pessoas_refugiadas_revoga_e_substitui_resolucao_consuni_182_-_assinado.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026].

[33] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao\\_276\\_-\\_normatiza\\_acesso\\_cursos\\_interdisciplinares\\_revoga\\_consepe\\_271\\_-\\_assinada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_276_-_normatiza_acesso_cursos_interdisciplinares_revoga_consepe_271_-_assinada.pdf) [acesso em 26 de abril de 2026].

[34] As expectativas para o preenchimento de vagas desta modalidade de reserva são boas para o ingresso de 2026. 22 pessoas com o perfil do público-alvo se inscreveram para esta modalidade.

[35] As notas mínimas são regulamentadas pelo Ato Decisório ConsEPE n. 309/2025, disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos\\_decisorios/ato\\_decisorio\\_309\\_-\\_aprova\\_as\\_notas\\_e\\_os\\_pesos\\_do\\_enem\\_para\\_os\\_cursos\\_interdisciplinares\\_-\\_assinado\\_-\\_com\\_anexo.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos_decisorios/ato_decisorio_309_-_aprova_as_notas_e_os_pesos_do_enem_para_os_cursos_interdisciplinares_-_assinado_-_com_anexo.pdf) [acesso em 20 de abril de 2026].

[36] Para mais informações, ver Boletim de Graduação n. 2/2025, disponível em: <https://prograd.ufabc.edu.br/boletim-da-graduacao/educacao-2> [acesso em 20 de abril de 2026].

## 2. A Pós-Graduação na UFABC: duas décadas de interdisciplinaridade, excelência e inclusão

Charles Morphy D. Santos  
João Paulo Gois

### 1. Introdução

A Universidade Federal do ABC (UFABC) foi criada em 2006 no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A região metropolitana de São Paulo, onde se localizam o Grande ABC e os campi da UFABC, tem importância histórica para a industrialização do Brasil (Oreiro e Feijó, 2010). Isso evidencia a importância do ecossistema no qual a UFABC está instalada como âncora para o desenvolvimento regional.

Sob a alçada da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFABC estão os Programas de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* (doravante, PPGs s.s.), com cursos de Mestrado e Doutorado, e os cursos de *lato sensu* (Especialização, doravante, cursos l.s.). Tendo em vista sua missão de concentrar a excelência acadêmica em pesquisa e ensino do Grande ABC, os PPGs s.s. foram prioridade na concepção das atividades científicas da Universidade, com início em 2007, logo após a criação da UFABC.

Inicialmente, foram aprovados seis PPGs, dos quais três já incluíam o Doutorado. Atualmente, a UFABC conta com 29 PPGs s.s., 20 deles com cursos de Mestrado e Doutorado, seis apenas com Mestrado no momento e três Mestrados Profissionais. Entre os PPGs, há um número significativo de programas de excelência internacional segundo a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Quanto aos cursos de especialização, no aniversário de 20 anos da UFABC, há 11 cursos *lato sensu* abertos ao público.

Este capítulo propõe uma análise da evolução da pós-graduação na UFABC, articulando suas bases normativas e sua trajetória histórica. Iniciamos pela exposição das diretrizes políticas que regem as modalidades *stricto sensu* e *lato sensu*, seguida de um resgate cronológico que percorre desde os primeiros passos, em 2007, até os períodos de consolidação e expansão recentes. Além de detalhar os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos programas, o texto destaca os diferenciais estratégicos da instituição, como a interdisciplinaridade, a forte inserção em inovação e internacionalização (por meio do DAI, MAI, METS, CAPES-PrInt e PDSE) e as parcerias de fomento. Por fim, o capítulo aborda o compromisso com a inclusão e a permanência estudantil, culminando em uma análise do desempenho histórico da universidade nas avaliações quadrienais da CAPES, o que evidencia a maturidade acadêmica alcançada pela pós-graduação ao longo de suas quase duas décadas de existência.

## 2. Diretrizes da política institucional de pós-graduação

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC (2024a) coloca a Pós-Graduação entre os pilares da formação de talentos humanos, com olhar voltado aos grandes desafios contemporâneos, interdisciplinares e de âmbito regional, nacional e mundial. Conforme consta do PDI, a formação de pesquisadoras e pesquisadores em sólidas bases éticas e científicas se dá pela atuação destacada de seus corpos docente e discente em investigações e projetos, com incentivo à participação em atividades de pesquisa desde a graduação.

### 2.1 Pós-graduação *stricto sensu*

Em conexão com sua missão, definida no PPI, como de “promover o avanço do conhecimento através de ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo como fundamentos básicos a interdisciplinaridade, a excelência e a inclusão social” e considerando que a pesquisa de excelência ocorre, de forma preponderante, nos Programas de Pós-Graduação (PPGs), a UFABC estimula constantemente que seus PPGs se alinhem ao estado da arte na ciência e às demandas e necessidades da sociedade contemporânea.

Desde o princípio, a UFABC investe na qualidade da formação de pós-graduandos e pós-graduandas, bem como na excelência na construção do conhecimento científico, tecnológico e de processos de inovação, alinhados

às demandas nacionais e globais. No entanto, o crescimento e o desenvolvimento da universidade e da sociedade geram novas necessidades que precisam ser observadas, avaliadas e acolhidas, de modo que a evolução em pesquisa, desenvolvimento e inovação seja um processo contínuo.

Entre as políticas institucionais para a pós-graduação, também têm sido trabalhados mecanismos de incentivo para que o corpo discente da pós-graduação se envolva em projetos de inovação tecnológica e de empreendedorismo. Paralelamente, pós-doutorandas, pós-doutorandos, recém-doutoras e recém-doutores devem ser incentivados a permanecer no ambiente acadêmico, mantendo-se em atividade nos grupos de pesquisa existentes e criando novos grupos conforme a expansão da massa crítica em diferentes áreas.

Desde o início de suas atividades em 2007, a pós-graduação *s.s.* da UFABC tem enfrentado inúmeros desafios. Como discutido neste capítulo, soluções para muitos deles foram propostas e implementadas, mas ainda há questões cruciais que precisam ser superadas e processos a serem aperfeiçoados. Particularmente na última década, a pós-graduação buscou fortalecer seus PPGs, focando na melhoria de seus indicadores qualitativos e quantitativos, na maior atração de discentes, na permanência, na internacionalização e na abertura de cursos de Doutorado nos PPGs que possuem apenas o Mestrado.

## 2.2. Pós-graduação *lato sensu*

A pós-graduação *lato sensu* da UFABC é composta por cursos de especialização destinados a pessoas diplomadas em graduação, com o objetivo de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais.

Na UFABC, os cursos de especialização têm duração mínima de 360 horas, não incluindo o tempo de estudo individual ou em grupo, o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso ou da monografia, nem os estágios, quando pertinentes.

Como política institucional para a pós-graduação *l.s.*, nos cursos de especialização da UFABC são observados, obrigatoriamente: a qualidade do ensino, da investigação científica e tecnológica ofertada; a flexibilidade curricular, que conduza ao amplo aprimoramento e atualização constante nas áreas de conhecimento; o comprometimento com a realidade regional e nacional, para que os discentes da especialização possam contribuir com

o desenvolvimento científico, cultural, econômico e social a partir da sua formação no nível de especialização; e a utilização de bibliografia atualizada e estratégias pedagógicas adequadas.

Assim como nos PPGs *s.s.*, os cursos de *l.s.* da UFABC reservam vagas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, pessoas com deficiência, pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, pessoas transgêneras e quilombolas.

Até 2017, os cursos de Pós-Graduação *l.s.* estavam sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) da UFABC. A partir de então, a gestão dessas especializações foi transferida para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Como primeira medida dessa transição, elaborou-se o novo Regimento da Pós-Graduação *lato sensu* da UFABC, aprovado pelo Conselho Universitário em março de 2019 e atualizado em 2024 (UFABC, 2024b). Além de regulamentar aspectos pedagógicos fundamentais, como a carga horária mínima e as diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o documento estabeleceu um fluxo estruturado para a proposição de novos cursos e para a renovação de ofertas existentes. Essa nova tramitação conferiu maior dinamismo às especializações, permitindo que a modalidade acompanhasse com agilidade as práticas e os saberes contemporâneos.

Desde que a PROPG assumiu a gestão dos cursos de especialização em 2018, foram ofertados os seguintes: Ciência e Tecnologia; Educação em Direitos Humanos; Educação Especial e Inclusiva; Ensino de Ciências - Ciência é Dez; Estudos Africanos e Afro-brasileiros; Formação Continuada: Ensino de Química; Formação das Infâncias em Territórios Periféricos; Geoprocessamento; Gestão Lean 4.0 In-company; História, Ciências, Ensino e Sociedade; Inovação na Educação Mediada por Tecnologias; e Tecnologias e Sistemas de Informação. Parte destes cursos conta com financiamento externo à UFABC. Atualmente, o principal financiador dos cursos de especialização é a Universidade Aberta do Brasil, vinculada à CAPES.

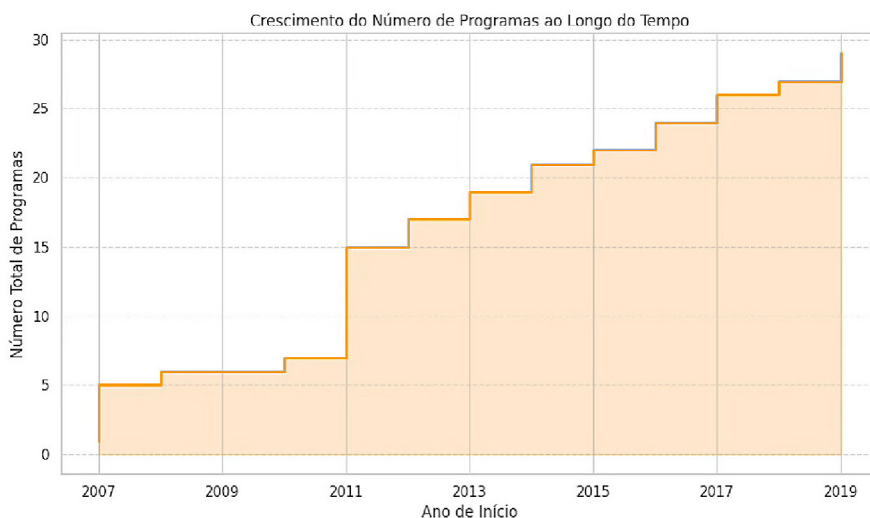
### 3. A trajetória da Pós-Graduação *s.s.* na UFABC

A história da pós-graduação na Universidade Federal do ABC (UFABC) é marcada por um crescimento acelerado e por uma estruturação estratégica em torno das áreas avaliadas pela CAPES (Gráfico 1)<sup>1</sup>. Embora a universidade esteja completando apenas 20 anos, a consolidação de seus programas reflete um compromisso com a pesquisa interdisciplinar e a excelência científica.

Até 2025, a UFABC havia titulado 5.022 discentes de pós-graduação.

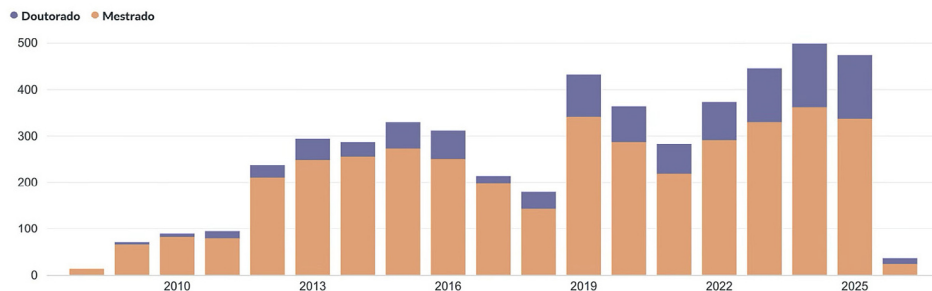
Foram 4.005 mestres e 1.017 doutores egressos dos PPGs entre 2008 e 2025 (Gráfico 2). O primeiro mestre diplomado, do PPG Ciência e Tecnologia/Química, apresentou sua dissertação em fevereiro de 2009. Já o primeiro doutor, do PPG em Energia, defendeu sua tese em setembro de 2011.

**Gráfico 1. Crescimento do número de Programas de Pós-Graduação (PPGs) na UFABC**



Fonte: CAPES

**Gráfico 2. Total de discentes de pós-graduação titulados na UFABC entre 2008 e 2025.**



Fonte: CAPES

### 3.1 Os primeiros passos (2007-2008)

O marco inicial da pós-graduação da UFABC ocorreu em 2007, com a criação simultânea de programas que hoje constituem alguns dos pilares da instituição. O PPG em Nanociências e Materiais Avançados, que hoje detém a maior nota da instituição (7), foi criado neste ano, iniciando suas atividades com cursos de Mestrado e Doutorado. Também o PPG em Física, que se consolidou ao longo dos anos até atingir a nota 6 na Avaliação Quadrienal mais recente, divulgada em janeiro de 2026. No mesmo ano, iniciaram-se as atividades do PPG em Ciência e Tecnologia/Química, que também seguiu uma trajetória ascendente de nota 4 para a atual nota 6. Outros pioneiros de 2007 incluem Energia e Engenharia da Informação, ambos fundamentais para a identidade tecnológica da universidade.

Em 2008, a expansão continuou com o início das atividades de outro PPG: Matemática (inicialmente denominado Matemática Aplicada).

### 3.2 Diversificação (2010-2012)

Entre 2010 e 2012, a UFABC diversificou sua atuação na pós-graduação. O PPG em Biosistemas foi criado em 2010. Em 2011, a universidade fortaleceu-se com o PPG em Neurociência e Cognição e também viu o nascimento dos PPGs em Ciência da Computação, Ensino e História da Ciência e da Matemática (anteriormente chamado de Ensino, História e Filosofia da Ciência e Matemática), Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, além dos PPGs em Planejamento e Gestão do Território e em Ciências Humanas e Sociais.

O biênio 2010-2012 também marcou a abertura de programas que dialogam com as ciências biológicas, com a criação dos PPGs em Biotecnologia e em Engenharia Biomédica.

### 3.3 Expansão e consolidação (2013-2019)

A partir de 2013, houve foco na criação de programas em áreas ambientais, de engenharia, humanidades e ciências sociais aplicadas. Os PPGs em Evolução e Diversidade e Políticas Públicas iniciaram suas trajetórias no período, assim como Ciência e Tecnologia Ambiental e Filosofia.

Programas mais recentes, como Ciência e Engenharia de Materiais, Engenharia e Gestão da Inovação, Economia, Economia Política Mundial, Engenharia de Produção e Relações Internacionais demonstram a matu-

ridade da UFABC como importante partícipe do ecossistema de pesquisa e ensino de pós-graduação, abrangendo quase todas as grandes áreas do conhecimento, incluindo Mestrados Profissionais (Matemática em Rede Nacional, Ensino de Física e Filosofia), associados a outras Instituições de Ensino Superior do Brasil. A Tabela 1 apresenta todos os PPGs da UFABC e suas respectivas Áreas de Avaliação da CAPES.

Tabela 1. Distribuição dos PPGs da UFABC por Áreas de Avaliação da CAPES

| Área de Avaliação da Capes                    | Programa de Pós-Graduação                            |
|---|--|
| Astronomia / Física                           | Física   |
| Biodiversidade                                | Evolução e Diversidade                               |
| Biotecnologia                                 | Bioteconociência                                     |
| Computação                                    | Ciência da Computação                                |
| Ciência Política e Relações Internacionais    | Políticas Públicas                                   |
|   | Relações Internacionais                              |
| Ciências Ambientais                           | Ciência e Tecnologia Ambiental                       |
| Ciências Biológicas II                        | Biossistemas   |
| Ciências e Humanidades para a Educação Básica | Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física   |
|   | Mestrado Profissional em Filosofia                   |
|   | Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional |
| Economia                                      | Economia   |
| Engenharias II                                | Ciência e Engenharia de Materiais                    |
| Engenharias III                               | Engenharia Mecânica                                  |
|   | Engenharia de Produção                               |
| Engenharias IV                                | Engenharia Biomédica                                 |
|   | Engenharia Elétrica*                                 |
|   | Engenharia da Informação                             |
| Ensino  | Ensino e História das Ciências e da Matemática       |
| Filosofia                                     | Filosofia  |
| Interdisciplinar                              | Ciências Humanas e Sociais                           |
|   | Economia Política Mundial                            |
|   | Energia  |
|   | Engenharia e Gestão da Inovação                      |
|   | Nanociências e Materiais Avançados                   |
|   | Neurociência e Cognição                              |
| Matemática / Probabilidade e Estatística      | Matemática   |
| Planejamento Urbano e Regional / Demografia   | Planejamento e Gestão do Território                  |
| Química                                       | Ciência e Tecnologia / Química                       |

Fonte: CAPES.

## 4. Diferenciais da pós-graduação da UFABC

### 4.1 Doutorado Acadêmico Industrial e Mestrado Acadêmico para Inovação

A ideia de implementar, na UFABC, um programa com as características de um doutorado acadêmico industrial surgiu em setembro de 2011, quando o CNPq sugeriu a criação de um programa no qual o tema da tese resultaria de uma passagem por laboratórios industriais de pesquisa e desenvolvimento. A Reitoria, à época, entendeu que este desafio se adequava às características da UFABC e apoiou integralmente a iniciativa. Foi então criado pelo CNPq o Projeto Piloto do Doutorado Acadêmico Industrial (DAI).

Desde seus primeiros passos, o DAI teve como objetivo fomentar a produção de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico que representasse contribuição inédita, abrangendo o referencial conceitual dos programas de pós-graduação com atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) em indústrias e empresas. Os projetos deveriam priorizar o desenvolvimento de novos produtos, tais como materiais, aparelhos, equipamentos, técnicas, ferramentas, dispositivos, procedimentos, metodologias, softwares ou algoritmos que fizessem convergir o interesse acadêmico da pós-graduação com as necessidades e demandas do setor industrial.

O primeiro edital de processo seletivo do DAI na UFABC foi publicado em 21 de junho de 2013. A interação com as empresas evoluiu gradualmente à medida que os primeiros convênios começaram a ser formalizados. As preocupações quanto à propriedade intelectual foram resolvidas por meio de termos de sigilo e de confidencialidade negociados com cada empresa. A adesão de grandes empresas com uso intensivo de tecnologia, em particular a Mercedes-Benz, contribuiu para estreitar relações com potenciais parceiros industriais e convencê-los das vantagens dessa nova forma de colaboração.

A partir do segundo semestre de 2014, a coordenação do DAI passou a atuar junto ao corpo docente e discente da UFABC e às empresas. Os coordenadores dos programas de pós-graduação da instituição foram convidados a reforçar a proposta de credenciamento de docentes ao DAI. A divulgação do DAI e de seus processos seletivos passou a contar com palestras realizadas na própria UFABC e em eventos, como o “Workshop sobre Doutorados Industriais”, realizado em 2015, organizado pela EURAXESS Links Brazil na Embaixada da França, as Arenas de Inovação e a Semana de Ciência, Tecnologia e Inovação do Grande ABC, promovidas pela Agência de Inovação da universidade.

Houve diversificação das áreas de atuação das empresas credenciadas no DAI à medida que o número de visitas e de apresentações do programa aumentava. Além das empresas que já haviam celebrado acordos ou convênios com a UFABC, as empresas dos polos industriais do ABC também foram contatadas. Nos anos de 2014 e 2015, foram credenciadas 11 novas empresas. Nesse período, o foco foi nos principais segmentos econômicos da região do Grande ABC (automobilístico, metal-mecânico, químico, de borracha e de plástico).

Em 2018, os resultados obtidos no DAI impulsionaram a Reitoria da UFABC e o CNPq a ampliar a abrangência da interação entre o setor produtivo e a universidade. Um novo programa foi proposto e implementado a partir de 2019: o Mestrado Acadêmico para Inovação (MAI), que, para além de grandes empresas do setor industrial, também possibilitou o estabelecimento de acordos com empresas de médio e pequeno porte e com *startups*. O MAI passou a prever o apoio de dois bolsistas do CNPq de iniciação tecnológica para cada bolsa de mestrado implementada.

Assim como o DAI, o MAI foi concebido como uma modalidade de ingresso aos cursos de pós-graduação da UFABC, agora no nível de Mestrado, visando fortalecer a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação nas empresas, em especial as localizadas na Grande São Paulo. Além de um orientador acadêmico, o aluno conta com um supervisor junto à empresa à qual o projeto está vinculado, nos mesmos moldes do DAI. O MAI visa contribuir não apenas para a formação científica e tecnológica do aluno, mas também para proporcionar a oportunidade de desenvolver habilidades comportamentais (*soft skills*), por meio da relação e da vivência estabelecidas na empresa.

Está entre as perspectivas do DAI e do MAI da UFABC, para o curto e médio prazo, o fomento de parcerias com companhias alocadas no Brasil, mas que tenham centros de ciência, tecnologia e inovação fora do país. Isso facilitará a realização de doutorados-sanduíche, de visitas técnicas ou de estágios no exterior, agregando experiência internacional aos pós-graduandos. No DAI e no MAI está previsto o desenvolvimento de projetos nos quais parte das atividades do pós-graduando possa ser executada na sede da empresa, quando localizada no exterior.

Para além dos resultados de formação de talentos humanos e da produção científica, diretamente derivada das teses e dissertações, o modelo de sucesso do MAI/DAI também pode ser inferido a partir da iniciativa do CNPq, que publicou um edital nos moldes dos programas da UFABC, aberto a outras universidades brasileiras. Com o objetivo de fortalecer a

pesquisa, o empreendedorismo e a inovação das instituições científicas, tecnológicas e de inovação brasileiras, o CNPq lançou, em julho de 2018, o Doutorado Acadêmico para Inovação (CNPq, 2018). Posteriormente, o CNPq lançou a primeira chamada nacional para o MAI (CNPq, 2020).

## 4.2 CAPES-PrInt, CAPES Global.Edu e ações voltadas à internacionalização

A pesquisa na pós-graduação também é um espaço fundamental para a expansão das fronteiras da universidade. Somando-se às ações e parcerias dos inúmeros grupos de pesquisa da UFABC com instituições estrangeiras e à constante mobilidade discente no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), financiado pela CAPES, a aprovação da proposta coordenada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade no edital CAPES-PrInt (2018-2024) impulsionou fortemente a internacionalização de diversos PPGs com cursos de doutorado. A proposta da UFABC organizou-se em torno de quatro eixos interdisciplinares:

1. Biosistemas e ferramentas biotecnológicas;
2. Avanços em nanociências, estrutura da matéria, física quântica e materiais avançados;
3. Desafios da sustentabilidade para o século XXI: energia, tecnologia, desenvolvimento e combate à desigualdade;
4. Tecnologias da informação e comunicação, sistemas complexos e aplicações inteligentes.

Além de internacionalizar as atividades acadêmico-científicas de discentes da pós-graduação, o CAPES-PRINT possibilitou a atração de pesquisadoras e pesquisadores do exterior para colaboração em pesquisa com a universidade e estimulou a formação de recursos humanos de perfil internacional. No período de vigência do projeto, foram implementadas 61 bolsas de Doutorado Sanduíche, 23 bolsas de Professor Visitante, 14 bolsas de Capacitação e 32 bolsas de Professor Visitante no Brasil. Ainda foram realizadas dezenas de missões curtas ao exterior.

Infelizmente, devido a mudanças intempestivas na CAPES entre 2019 e 2022, especialmente por conta da emergência sanitária global causada pela COVID-19, as ações do CAPES-PRINT precisaram ser repensadas e redistribuídas no cronograma de atividades inicialmente concebido, o que afetou sobremaneira todas as instituições do país envolvidas no programa. Mesmo assim, o resultado final foi positivo para a UFABC.

Ainda no quesito internacionalização, uma importante ação recente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação foi a criação do Mestrado Estratégico Temático - SPRING (METS). O SPRING, sigla em inglês de “Planejamento Espacial para Regiões em Economias em Crescimento”, é um programa internacional de mestrado coordenado pela Technische Universität Dortmund (TU Dortmund), na Alemanha, que integra uma rede de universidades do Sul Global. Estruturado como um curso de dois anos, o programa tem como objetivo capacitar profissionais para atuar no planejamento espacial e no desenvolvimento regional sustentável em contextos de economias emergentes. O SPRING oferece uma formação interdisciplinar ampla, abrangendo planejamento urbano e regional, políticas públicas, governança, infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico. No primeiro ano, realizado na TU Dortmund, os discentes adquirem uma sólida base teórica e formação técnica em planejamento espacial. No segundo ano, cursado em uma das universidades parceiras, desenvolvem uma pesquisa aplicada com foco em desafios concretos de regiões e cidades em desenvolvimento. Na UFABC, discentes do SPRING cursam, no segundo ano do mestrado, disciplinas ministradas em inglês, recebem orientação e realizam a banca de defesa.

O programa SPRING funciona na UFABC desde 2020, tendo recebido 37 discentes estrangeiros até 2025, a maioria proveniente de países do Sul Global e com bolsa DAAD (sigla em alemão para Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), selecionados por meio de um processo seletivo anual conduzido pela TU-Dortmund com a participação das cinco universidades da rede (University of the Philippines, Ardhi University na Tanzânia, Universidad Austral de Chile, UFABC, KNUST em Gana).

Em meados de 2025, a Pró-reitoria de Pós-Graduação – juntamente com as coordenações do SPRING da UFABC e dos PPGs em Políticas Públicas e em Planejamento e Gestão do Território – decidiu pela criação do METS. Essa iniciativa permite que discentes ingressantes no SPRING, cujo processo seletivo é realizado pela rede na qual a UFABC se insere, ingressem nos PPGs da Universidade como discentes regulares. A criação do METS flexibilizou a entrada e o percurso dos discentes nos PPGs existentes na UFABC, reforçando o aspecto de excelência internacional dos nossos programas em Políticas Públicas e em Planejamento e Gestão do Território.

No início de 2026, a UFABC teve aprovada sua proposta no Programa Redes para Internacionalização Institucional - CAPES-Global.Edu, a maior iniciativa de internacionalização da história da CAPES. A proposta

coordenada pela UFABC, intitulada “Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Tecnológico: Internacionalização com Interiorização - DESATII”, inclui cinco outras instituições associadas: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade de Pernambuco (UPE) e Universidade Federal do Acre (UFAC). O valor total aprovado para a rede foi de R\$ 54.543.846,00, a ser distribuído ao longo de quatro anos (2026, 2027, 2028, 2029).

O valor aprovado será utilizado majoritariamente para bolsas (Doutorado-Sanduíche no Exterior; Professor visitante sênior; Professor visitante júnior; Capacitação em cursos de curta duração; Professor visitante no Brasil; Jovem talento com experiência no exterior; Pós-doutorado no Brasil), além de missões no exterior e de ações institucionais.

Todos os PPGs acadêmicos da UFABC fazem parte da Rede, que se organiza em três grandes eixos temáticos interdisciplinares:

1. Sistemas biológicos, biotecnológicos, nanociências e desenvolvimento de materiais avançados inovadores.
2. Ciência básica e aplicada para o desenvolvimento de modelos econômicos, políticos, sociais, educacionais e tecnológicos sustentáveis.
3. Biomassas, processos de transformação, políticas energéticas, de conservação da biodiversidade e de resiliência climática.

A aprovação da Rede DESATII no Programa CAPES Global.Edu consolida a pós-graduação da UFABC como referência global e de excelência na produção de conhecimento interdisciplinar social, ambientalmente referenciado e alinhado às necessidades da contemporaneidade, abrindo portas para novas colaborações e parcerias internacionais.

### 4.3 Participação em editais institucionais voltados à pesquisa e à pós-graduação

A participação em chamadas públicas de financiamento, incluindo bolsas, custeio e equipamentos, é uma ação perene da pós-graduação da UFABC. Essa estratégia busca expandir o ensino e a pesquisa, ampliando os mecanismos de captação de recursos e gerando impacto positivo na produtividade acadêmico-científica e na atuação dos egressos.

Particularmente nos últimos oito anos, a UFABC tem participado de todas as chamadas da CAPES e do CNPq voltadas à pós-graduação (Tabela 2).

Tabela 2. Projetos institucionais aprovados pela Pró-Reitoria em chamadas públicas da CAPES e do CNPq entre 2019 e 2025

| Chamada   | Ano  | Título do Projeto   | Financiador | Valor total       |
|---|------|---|-------------|-------------------|
| Programa Institucional de Internacionalização – CAPES - PrInt - Edital nº 41/2017   | 2018 | CAPES PrInt - UFABC   | CAPES       | R\$ 13.952.036,48 |
| Chamada Pública CNPq nº 01/2019 - Apoio à Formação de Doutores em Áreas Estratégicas  | 2019 | Desafios interdisciplinares em Energia para o século XXI: produção, transformação e eficiência        | CNPq        | R\$ 1.202.760,00  |
| Chamada CNPq nº 69/2022 - Bolsas de Mestrado e Doutorado - PIBPG 2022   | 2022 | Desafios para o desenvolvimento científico no século XXI: uma abordagem interdisciplinar              | CNPq        | R\$ 2.218.944,00  |
| Chamada CNPq nº 35/2023 - Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação: Bolsas de Formação - Mestrado e Doutorado | 2023 | Explorando fronteiras interdisciplinares na ciência, tecnologia, educação e inovação                  | CNPq        | R\$ 2.198.649,60  |
| Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG)  | 2023 | Conectando Saberes: um programa extensionista interdisciplinar na pós-graduação da UFABC              | CAPES       | R\$ 453.050,00    |
| Chamada Pública CNPq nº 50/2024 - Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) - Ciclo 2025                    | 2024 | Interfaces interdisciplinares para o desenvolvimento científico e tecnológico na Pós-Graduação        | CNPq        | R\$ 2.541.638,39  |
| Programa CAPES Pró-Equipamentos   | 2024 | Pró-Equipamentos para a Pós-Graduação da UFABC  | CAPES       | R\$ 728.000,00    |
| Chamada CNPq / nº 009/2024 - Programa de Mestrado e Doutorado para Inovação MAI/DAI - 2024                                  | 2024 | Doutorado Acadêmico Industrial / Mestrado Acadêmico para Inovação                                     | CNPq        | R\$ 1.700.000,00  |
| Chamada Pública CNPq nº 12/2025 - Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) - Ciclo 2026                    | 2025 | Eixos interdisciplinares de excelência: fomentando o avanço científico e tecnológico na Pós-Graduação | CNPq        | R\$ 2.380.000,00  |
| Programa Redes para Internacionalização Institucional – CAPES-Global.Edu  | 2025 | Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Tecnológico: Internacionalização com Interiorização    | CAPES       | R\$ 54.543.846,00 |

Fonte: CAPES e CNPq.

#### 4.4 Inclusão e permanência na pós-graduação

A pós-graduação no Brasil historicamente enfrentou o desafio de não apenas atrair talentos, mas também de garantir que discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica ou pertencentes a grupos sociais

sub-representados pudessem concluir suas pesquisas com dignidade e excelência. Na UFABC, esse compromisso adquiriu forma institucional definitiva com a aprovação da Política de Permanência da Pós-Graduação s.s. (UFABC, 2023). Essa política não surgiu de forma isolada, mas sim como reflexo de um amadurecimento institucional que reconhece o ensino superior como um direito condicionado à justiça social.

A partir da aprovação da política de ações afirmativas e reserva de vagas na pós-graduação (UFABC, 2021), que visou ao aumento do acesso de discentes negros (pretos e pardos), pessoas com deficiência, pessoas transgêneras, indígenas, quilombolas, refugiados e solicitantes de refúgio, nos quadros dos PPGs da UFABC, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação liderou um movimento, que contou com a colaboração decisiva da Associação de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos (APG) da Universidade, bem como de outras pró-reitorias, que culminou na aprovação da Política de Permanência da Pós-Graduação s.s. no Conselho Universitário, em novembro de 2023.

Esta política tem como finalidade valorizar os discentes da pós-graduação, promover a igualdade de oportunidades de acesso e permanência, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente em situações de retenção e evasão. As ações têm caráter permanente, integrado e participativo, organizadas em três eixos estruturantes: (1) Acesso; (2) Permanência e Acolhimento; e (3) Apoio à Pesquisa.

A implementação e elaboração da Política de Permanência da Pós-Graduação s.s. é de responsabilidade da Pró-reitoria de Pós-Graduação, mas, dada suas características transversais, também conta com o apoio de outras áreas da UFABC, em especial das Pró-Reitorias de Pesquisa, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, do Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas, da Assessoria de Relações Internacionais, da Assessoria de Comunicação e Imprensa, do Núcleo de Tecnologia da Informação e da Prefeitura Universitária.

Em linhas gerais, os eixos da Política de Permanência da Pós-Graduação s.s. englobam diferentes ações e políticas institucionais, tais como: política de bolsas institucionais de Mestrado e Doutorado; ações relativas ao enfrentamento, no âmbito da UFABC, às formas de assédio moral, assédio moral institucional e assédio sexual; a supramencionada política de ações afirmativas de acesso e permanência na pós-graduação s.s.; política de concessão de auxílio a discentes da pós-graduação para participação em eventos e publicações de natureza acadêmico-científica, financiada com recursos da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFABC, dos Programas

de Apoio à Pós-Graduação (PROAP-CAPES) e de Excelência Acadêmica (PROEX-CAPES); e a política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal do ABC, com foco na promoção da igualdade e equidade de gênero e no combate às violências contra as mulheres e as pessoas LGBTQIA+. Além das ações já em curso nos últimos anos, a política de permanência também propõe outras ações de acesso, permanência, acolhimento e apoio à pesquisa para discentes dos Mestrados e Doutorados da UFABC.

## 5. UFABC nas Avaliações Quadrienais da CAPES

Periodicamente, a CAPES avalia os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* vinculados ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), atribuindo a cada PPG uma nota na escala de 1 a 7. A avaliação tem ocorrido a cada quatro anos, no que ficou popularmente conhecido como Quadrienal. Nos últimos oito anos, o SNPG passou por duas avaliações quadrienais, uma em 2021-2022, referente ao quadriênio 2017-2020, e a mais recente em 2025, referente ao quadriênio 2021-2024.

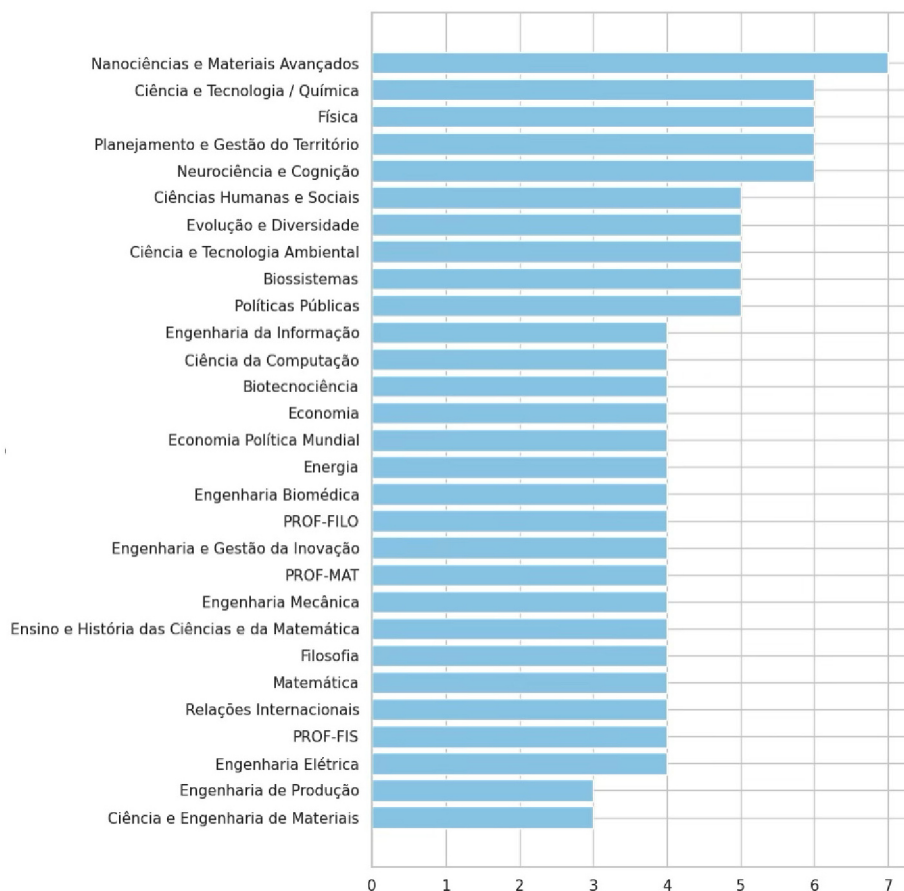
### 5.1 Avaliação Quadrienal 2025: desempenho histórico

Na Quadrienal 2021-2022, os PPGs da UFABC tinham, no geral, alcançado ótimas notas, tendo dois deles alcançado, pela primeira vez, a condição de Programas de Excelência Internacional, ambos recebendo a nota 6. Na avaliação quadrienal da CAPES 2025, os PPGs da UFABC tiveram desempenho marcante, com a pós-graduação da Universidade conquistando posições no SNPG sem precedentes em nossa história de quase duas décadas.

Dos nossos vinte e seis PPGs acadêmicos *stricto sensu*, 40% subiram de nota. Cinco dos PPGs atingiram o patamar de excelência internacional conforme os critérios da CAPES, sendo quatro com a nota 6 (Ciência e Tecnologia / Química, Física, Planejamento e Gestão do Território, Neurociência e Cognição) e um com a nota máxima 7 (Nanociências e Materiais Avançados). Além destes, a UFABC teve cinco PPGs com a nota 5 (Biossistemas, Evolução e Diversidade, Ciências Humanas e Sociais, Políticas Públicas, Ciência e Tecnologia Ambiental), considerados como elegíveis para a excelência no próximo ciclo avaliativo. Onze PPGs mantiveram a nota 4. Tivemos também três PPGs que ascenderam da nota 3 à 4 (Relações Internacionais, Engenharia e Gestão da Inovação, Engenharia Mecânica), o que

os habilita a solicitar a implementação do curso de Doutorado na abertura da Avaliação de Propostas de Novos Cursos (APCN). Apenas dois PPGs permaneceram com a nota 3. Dos vinte e seis PPGs acadêmicos avaliados nesta Quadrienal mais recente, nenhum teve queda de nota. O Gráfico 3 apresenta a distribuição de notas dos PPGs após a divulgação dos resultados da Avaliação Quadrienal 2025.

Gráfico 3. Notas dos PPGs, com base nos resultados da última Avaliação Quadrienal da CAPES (2025), referentes ao quadriênio 2021-2024.

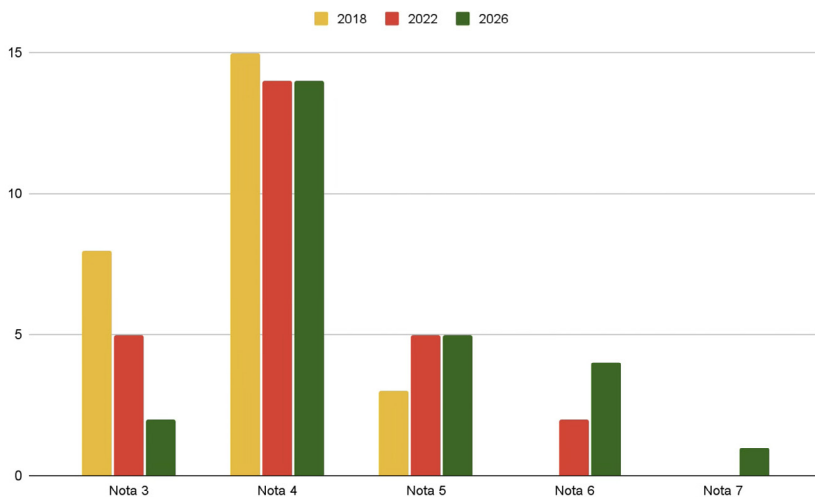


Fonte: CAPES

Em 2018, a pós-graduação da UFABC não tinha nenhum PPG avaliado na faixa de excelência. Entre nossos 26 PPGs acadêmicos, apenas três tinham a nota 5, quinze com a nota 4 e oito com a nota 3. Eram apenas quinze cursos de Doutorado. Seguindo uma política de expansão contínua

da qualidade da pós-graduação, nos últimos oito anos, cinco novos cursos de Doutorado foram aprovados, totalizando 20. O resultado da Quadrienal mais recente reforça o sucesso dessa política, como mostra a Gráfico 4, que apresenta a evolução das notas dos PPGs *stricto sensu* da UFABC entre 2018 e 2026.

Gráfico 4. Evolução das notas dos Programas de Pós-Graduação da UFABC entre 2018 e 2026, segundo a avaliação da CAPES.



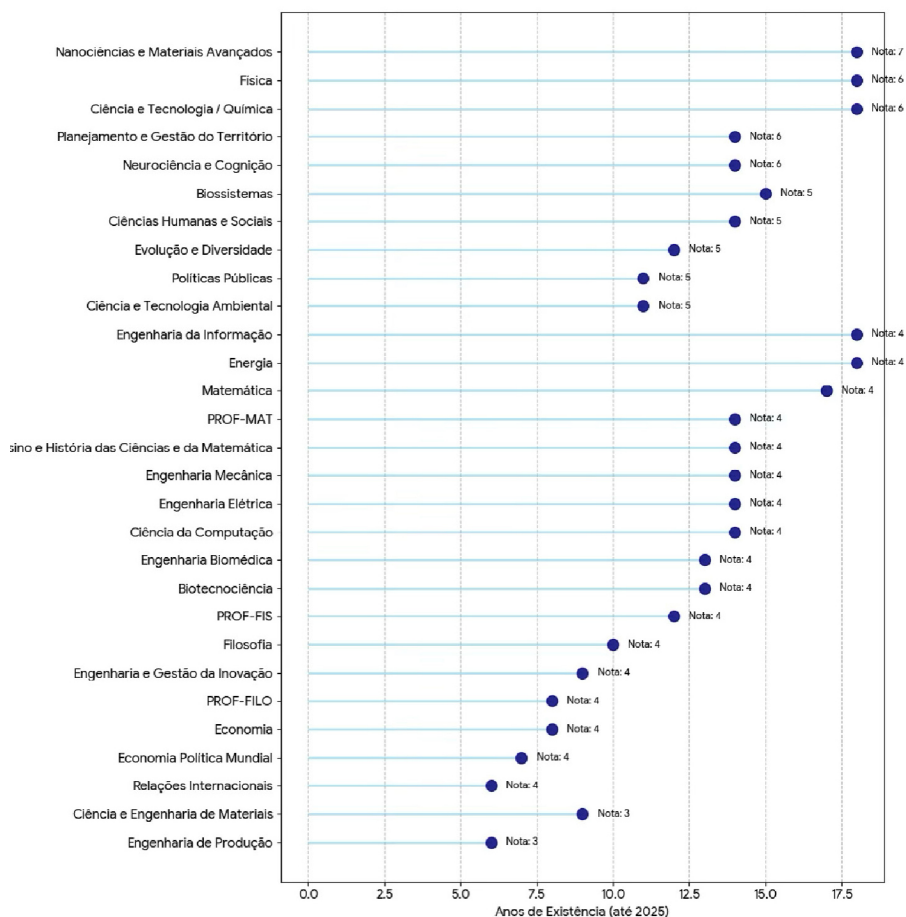
Fonte: CAPES

Com os resultados da última Avaliação Quadrienal da CAPES, a UFABC entrou em um seleto número de universidades com programas de pós-graduação considerados referências globais em suas áreas, com grande capacidade de formação de talentos humanos de ponta em diferentes áreas do conhecimento e de excelência na produção de conhecimento interdisciplinar alinhado às necessidades da contemporaneidade.

## 5.2 Da relação entre tempo de existência e avaliação

A longevidade dos PPGs é um dos principais preditores de sua excelência. Desde a criação dos primeiros programas em 2007 até os resultados da última Avaliação Quadrienal da CAPES, divulgados em janeiro de 2026, observa-se um movimento consistente de melhoria nas notas (Gráfico 5).

Gráfico 5. Relação entre o tempo de existência dos PPGs da UFABC e as notas obtidas na Avaliação Quadrienal da CAPES.



Fonte: CAPES

Os PPGs que atingiram os patamares de excelência internacional também são alguns dos mais antigos da UFABC. O programa de Nanociências e Materiais Avançados destaca-se como o expoente, tendo recebido a Nota 7 – máxima na Avaliação da CAPES – em 2025. Este programa iniciou seu Mestrado e Doutorado simultaneamente em 2008, evoluindo de nota 4 (2013) para 6 (2021) e, finalmente, ao topo da escala.

Logo em seguida, com Nota 6, figuram os PPGs Física – um dos pioneiros da Universidade, com Mestrado e Doutorado iniciados em 2007 –, que manteve nota 5 por dois ciclos (2017-2021) antes de subir para 6; Ciência e Tecnologia / Química – também iniciado em 2007 em ambos os níveis, demonstrou um crescimento linear: nota 4 (2013), 5 (2017) e consolidando-se em 6 desde 2021; Neurociência e Cognição – iniciado em 2010, teve um salto expressivo de nota 4 (2017) para 6 (2025); e Planejamento e Gestão do Território – iniciando suas atividades em 2011 com nota 4, consolidou-se com nota 5 em 2021 e atingiu a Nota 6 em 2025.

Um grupo robusto de PPGs demonstra que a maturidade de cerca de 15 anos tem sido suficiente para atingir a nota 5 ou superior. Destacam-se aqui os PPGs Biosistemas – iniciado em 2010 (M/D), subiu de 4 para 5 em 2021 –, Ciências Humanas e Sociais – com Mestrado em 2011 e Doutorado em 2014, atingiu a nota 5 em 2021; Evolução e Diversidade – iniciado em 2013 com nota 4, atingiu 5 em 2025; Políticas Públicas – iniciou suas atividades com o Mestrado em 2013, expandindo para o Doutorado em 2015, e, desde nota 3 em 2017, iniciou uma curva ascendente, alcançando 4 em 2021 e 5 em 2025.

A área de Engenharias e Tecnologia apresenta uma base sólida de PPGs com nota 4, com casos recentes de evolução para nota 5, como o de Ciência e Tecnologia Ambiental (Mestrado iniciado em 2014, Doutorado em 2024). Outros PPGs, como Engenharia da Informação, Energia e Engenharia Elétrica, todos iniciados entre 2007 e 2012, mantêm-se estáveis na nota 4, demonstrando solidez em seus respectivos campos.

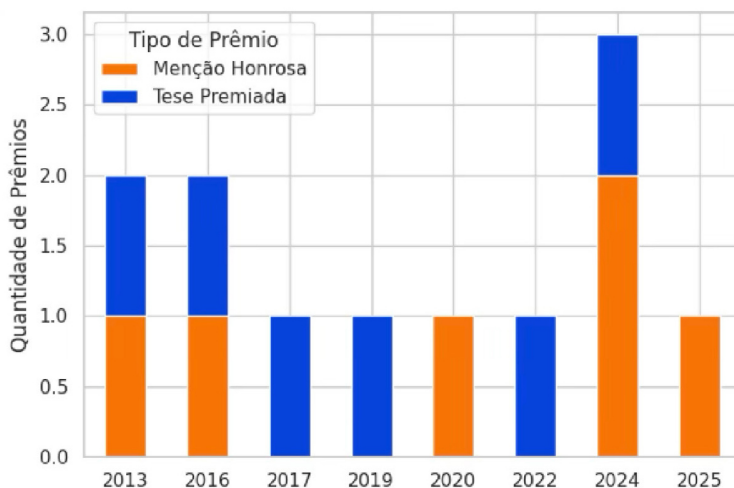
Programas mais jovens, com menos de 10 anos de funcionamento, foram avaliados pela CAPES majoritariamente com notas 3 e 4. É o caso de Ciência e Engenharia de Materiais (início em 2016, nota 3) e de Economia (Mestrado em 2017, nota 4 em 2021). O programa de Relações Internacionais (início em 2019) é um exemplo positivo de evolução recente, tendo alcançado a nota 4 em 2025, após apenas um ciclo avaliativo completo.

### 5.3. A UFABC nos Prêmios CAPES de tese

Criado em 2005, o Prêmio CAPES de Tese reconhece, anualmente, os melhores trabalhos de conclusão de doutorado defendidos em programas de pós-graduação brasileiros. A pós-graduação s.s. da UFABC teve um to-

tal de 12 reconhecimentos (entre teses premiadas e menções honrosas) no período de 2013 a 2025 (Gráfico 6)<sup>2</sup>.

Gráfico 6. Prêmios CAPES de tese por ano para os PPGs da UFABC



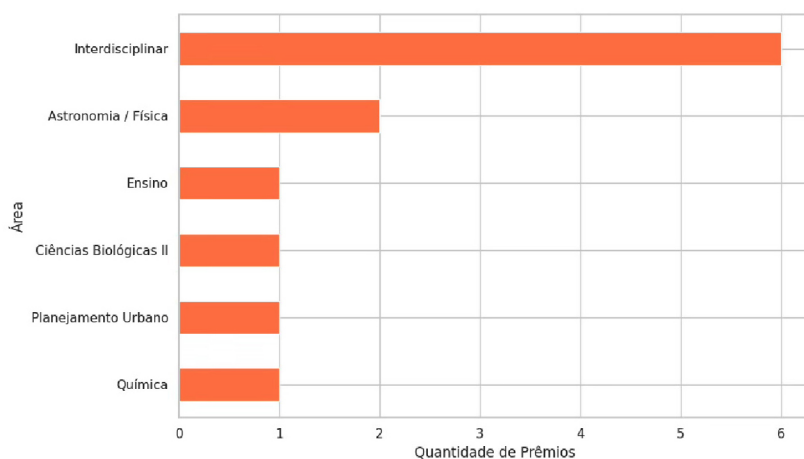
Fonte: CAPES

A partir de 2019, as teses dos PPGs da Universidade têm sido consistentemente premiadas pela CAPES. O ano de 2024 foi particularmente marcante nessa história de quase duas décadas de pós-graduação na UFABC, com a obtenção de três prêmios simultâneos (uma tese premiada e duas menções honrosas).

Os PPGs em Nanociências e Materiais Avançados e em Neurociência e Cognição tiveram, até o momento, três prêmios no total. O PPG de Física também se destaca por duas teses premiadas (em 2013 e 2017), o que demonstra uma tradição consolidada na área.

A característica interdisciplinar da UFABC fica evidente nos prêmios da CAPES: a área “Interdisciplinar” (na qual a UFABC conta com seis PPGs, entre os quais Nanociências e Materiais Avançados, e Neurociência e Cognição) é a que mais recebeu premiações. Vale mencionar também que as áreas mais recentes no rol de premiações, como Biosistemas (2024) e Ensino (2025), indicam a diversificação da excelência acadêmica da instituição (Gráfico 7).

Gráfico 7. Distribuição dos prêmios CAPES de tese da UFABC por área de avaliação dos PPGs, considerando o histórico de premiações entre 2013 e 2025.



Fonte: CAPES

## 6. Considerações finais

A trajetória de quase duas décadas da pós-graduação na UFABC revela uma instituição que consolidou sua maturidade acadêmica por meio de um crescimento acelerado e estrategicamente planejado de Mestrados, Doutorados e cursos de especialização.

A evolução dos PPGs s.s. da instituição, iniciada em 2007, culminou em um desempenho histórico na Avaliação Quadrienal da CAPES de 2025, com programas atingindo os níveis de excelência internacional. Com isso, a universidade reafirma sua vocação para a pesquisa interdisciplinar e para a formação de talentos humanos de ponta, solidificando-se como uma partícipe importante do desenvolvimento científico e tecnológico regional e nacional.

Além da excelência acadêmico-científica, o modelo de pós-graduação da UFABC diferencia-se pelo compromisso com a inclusão social e pela integração ao setor produtivo. Iniciativas pioneiras, como o Doutorado Acadêmico Industrial (DAI) e o Mestrado Acadêmico para Inovação (MAI), integraram com sucesso a academia às demandas das indústrias, empresas e *startups*, servindo inclusive de modelo para políticas nacionais do CNPq. Paralelamente, a institucionalização de políticas de ações afirmativas e de

permanência estudantil na pós-graduação assegura que o avanço do conhecimento ocorra em um ambiente plural e democrático.

A UFABC projeta sua pós-graduação para o futuro com uma estrutura robusta e organizada, preparada para enfrentar os desafios contemporâneos de forma sustentável e socialmente referenciada

## Referências Bibliográficas

CNPq. Chamada Pública CNPq Nº 23/2018 - Programa Doutorado Acadêmico para Inovação - DAI, 2018. Disponível em: <http://resultado.cnpq.br/7452547352698458>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

CNPq. Chamada CNPq Nº 12/2020 - Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação - MAI/DAI, 2020. Disponível em: <http://resultado.cnpq.br/7624153959361319>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, p. 219–232, 2010.

UFABC. Política de Ações Afirmativas de acesso e permanência nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFABC. Resolução da Comissão de Pós-Graduação nº 78/2021. Disponível em: <https://propg.ufabc.edu.br/site/wp-content/uploads/resolucao-78-2021-cpg.pdf>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2026.

UFABC. Política de Permanência da Pós-Graduação *stricto sensu* da UFABC. Resolução do Conselho Universitário nº 233/2023. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/atos\\_decisorios/resolucao\\_consuni\\_233\\_-\\_institui\\_a\\_politica\\_de\\_permanencia\\_da\\_ps-\\_graduacao\\_stricto\\_sensu\\_da\\_ufabc\\_revoga\\_e\\_substitui\\_a\\_resolucao\\_consuni\\_n\\_95\\_assinada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/atos_decisorios/resolucao_consuni_233_-_institui_a_politica_de_permanencia_da_ps-_graduacao_stricto_sensu_da_ufabc_revoga_e_substitui_a_resolucao_consuni_n_95_assinada.pdf). Acesso em: 26 de fevereiro de 2026.

UFABC. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2033, 2024a. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro-pdi\\_2025.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro-pdi_2025.pdf). Acesso em: 26 de fevereiro de 2026.

UFABC. Regimento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal do ABC. Ato Decisório do Conselho Universitário nº 261/2024, 2024b. Disponível em: [https://propg.ufabc.edu.br/site/wp-content/uploads/Ato-Decisorio-Consuni\\_261\\_Novo-Regimento-CoE.pdf](https://propg.ufabc.edu.br/site/wp-content/uploads/Ato-Decisorio-Consuni_261_Novo-Regimento-CoE.pdf). Acesso em: 26 de fevereiro de 2026.

## Notas

[1] Desde o início da Universidade, com a criação dos cinco primeiros PPGs até o estado atual, duas décadas depois, com 29 PPGs, sendo 26 acadêmicos e 3 profissionais.

[2] Foram 6 teses premiadas e 6 menções honrosas.

### 3. A Extensão e a Cultura na UFABC: duas décadas de interação com a sociedade

Edson Pinheiro Pimentel  
Lidia Pancev Daniel Pereira

#### Introdução

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012; Brasil, 2018).

No âmbito da UFABC, o conceito de extensão universitária foi definido pela resolução CEC nº 12, de 24 de novembro de 2021, em seu Art. 1º, como sendo:

Art. 1º Definir as atividades de Extensão Universitária como processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a UFABC e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e/ou a pesquisa<sup>1</sup>.

São diretrizes básicas das atividades de Extensão Universitária: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social.

As ações de extensão da UFABC devem contemplar as diretrizes descritas no Art. 1º da Resolução CEC nº 12, priorizando a interdisciplinaridade, o protagonismo discente sob orientação docente e vincular-se a uma das áreas temáticas preconizadas pela Política Nacional de Extensão Univer-

sitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho (FORPROEX 2012; Brasil, 2018).

Como uma importante dimensão associada à extensão, as ações culturais são ações que promovem, incorporam, estimulam, possibilitam e/ou transmitem expressões culturais e artísticas individuais ou coletivas. A ação cultural pode ser um fim em si mesma ou contribuir para a produção e/ou o acesso de bens e serviços culturais.

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar a trajetória da extensão universitária e das ações culturais na UFABC ao longo de suas duas décadas de existência, evidenciando os processos de institucionalização, os marcos normativos, os mecanismos de fomento e as principais iniciativas desenvolvidas. Busca-se, ainda, discutir o papel da extensão na promoção da interação dialógica entre universidade e sociedade, bem como seu impacto na formação discente e na transformação social. Por fim, o capítulo examina o processo de curricularização da extensão na UFABC, destacando seus avanços, desafios e perspectivas, à luz das políticas nacionais de educação superior.

## 2. Um pouco de História da Extensão e Cultura na UFABC

A UFABC, cuja implantação iniciou em 2006, é uma universidade totalmente urbana e sua criação foi fruto de décadas de luta de grupos sociais organizados na região do Grande ABC. A Constituição, em seu Art. 207, declara que o Ensino Superior Brasileiro deve estar alicerçado no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Uma universidade recém-criada, com um projeto pedagógico inovador, concebido de forma a propiciar a formação integral das pessoas discentes, tinha por obrigação construir uma Extensão de forma responsável e equânime.

Desde o início da sua implantação houve uma cobrança da sociedade de que a universidade tivesse suas atividades voltadas para o território bem como que acolhesse seus grupos sociais, cuja experiência na luta por direitos e seu potencial para a Inovação Tecnológica, muito poderia contribuir para a construção da Instituição. Vislumbrou-se na extensão universitária, como não poderia deixar de ser, o caminho para a interação universidade - sociedade utilizando-se do conhecimento acadêmico e do saber não acadêmico e não científico para a solução de problemas sociais. A Pró-Reitoria de Extensão nasceu como PROEX e, mais tarde, incorporou a Cultura no seu nome, tornando-se PROEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Quando da criação da UFABC, o Brasil vivia um momento histórico na educação superior federal. Por meio do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), houve um aumento significativo da presença de novas universidades fora dos grandes centros e, neste contexto, o Fórum de Pró-reitores de Extensão da Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que em 2006 já contava com quase duas décadas de existência<sup>2</sup>, estava atento à criação de novas universidades. Por meio da UNIFESP, os precursores da extensão na UFABC tiveram contato com documentos orientativos produzidos pelo FORPROEX os quais tiveram importante contribuição na estruturação da Pró-Reitoria de Extensão da UFABC tais como: Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão (FORPROEX, 2006); e Avaliação Nacional da Extensão Universitária (FORPROEX, 2001). Além destes documentos, o diálogo com as Pró-Reitorias de Extensão da UFSCar e da UNICAMP foi importantíssimo nos primeiros anos da Extensão na UFABC.

Ao longo destes 20 anos a interação da PROEC-UFABC com as demais Instituições de Ensino Superior por meio do FORPROEX foi constante, reconhecendo-o como espaço de articulação, definição e consolidação da Política Nacional de Extensão, além da troca de experiências e boas práticas. A PROEC da UFABC, ao longo destes anos teve uma participação ativa no FORPROEX, com os seguintes destaques:

1. Sediou os XXVIII e XXXIX Encontros do FORPROEX, em 2010 e 2016 respectivamente;
2. O Professor Daniel Pansarelli (Pró-Reitor de Extensão e Cultura entre março de 2014 e abril de 2018) foi vice-presidente do FORPROEX Nacional entre 2016 e 2017; e Presidente do FORPROEX Nacional entre 2017 e 2018;
3. O técnico administrativo Silas Araújo Leite de Oliveira atuou como secretário do FORPROEX no período de 2017 a 2021;
4. O Professor Leonardo Steil foi coordenador do FORPROEX - Região Sudeste entre 2021 e 2022.

Na estrutura da PROEC, a Comissão de Extensão e Cultura (CEC) é o órgão máximo deliberativo. Nesses 20 anos de história o nome, a composição e as atribuições da CEC passaram por alterações em razão do aperfeiçoamento e incorporação de novas atividades e do entendimento de que a tomada de decisões necessitava de um grupo mais heterogêneo e representativo.



2. Os projetos Universidade das Crianças e Conhecendo a UFABC, que possibilitam apresentar a UFABC a diferentes públicos ao longo do ano;
3. O Evento UFABC para Todos que, anualmente, tem um dia dedicado a receber as escolas e as demais pessoas da comunidade externa;
4. A Revista Conectadas e os eventos Conexão e SACT que apoiam a divulgação científica e os resultados das ações de extensão e cultura;
5. O Coro da UFABC que oportuniza a expressão musical e o canto, para a comunidade interna e externa.

Considerando o potencial e a formação da equipe técnica da PROEC e as lacunas observadas, anualmente é destinado um valor orçamentário para o desenvolvimento de ações próprias da pró-reitoria, tais como: o Programa Ocupação Artística que envolve vários projetos de cultura, o Projeto Corredor Cultural Alpharrabio e UFABC: Política de Cultura, Memória e Territórios do ABC Paulista e o Produto UFABC Divulga Ciência - Blogs de divulgação científica.

Toda essa organização e possibilidades foram desenvolvidas ao longo desses 20 anos, por meio de uma equipe comprometida e de pessoas (docentes, discentes e TAs) apaixonadas pela extensão e cultura.

Uma das primeiras ações de extensão foi o curso de especialização “Diálogos de Saberes para ação cidadã”. No segundo semestre de 2006, o Professor Hermano Tavares, primeiro Reitor da UFABC, apresentou a ideia de se montar um curso interdisciplinar na área de educação análogo a um projeto desenvolvido na UNICAMP. Foi um desafio para uma universidade que iniciava suas atividades e com a maioria do seu corpo docente com formação em áreas diversas. Eis um trecho retirado do prefácio do livro organizado por Pinezi, Penteadó e Silva (2009, p. 7), escrito pela Professora Ana Keila Pinezi:

Éramos professores das mais diversas áreas e não sabíamos ao certo como lidar com essa diversidade para a criação e organização de um curso para educadores. Tivemos o apoio de dois docentes do departamento de Educação da Unicamp, a professora Águeda Bittencourt e o professor Wenceslao Machado de Oliveira Júnior que, durante o restante do ano de 2006, realizaram reuniões e nos provocaram a pensar um curso multidisciplinar, que oferecesse aos educadores a oportunidade de transitar pelas diversas áreas do conhecimento e das especificidades de temas de pesquisa de cada um de nós. Aos poucos, começamos a vislumbrar o nascimento de um curso nada convencional, mas que acenava para uma nova concepção pedagógica, assim como fazia o projeto da UFABC.

O curso teve início em abril de 2007 com 16 docentes da UFABC e alguns reforços da Secretaria de Educação e Formação Profissional da Prefeitura Municipal de Santo André, uma socióloga doutoranda da USP e uma pedagoga mestre em Educação pela PUC-SP. O corpo discente era formado por gerentes e diretoras da rede municipal de ensino de Santo André. Além do curso, os docentes produziram artigos referentes às disciplinas ministradas, publicados nos primeiros livros produzidos no âmbito da PROEC<sup>3</sup>. Na mesma linha, em 2008, o Professor Rodney Bassanezi implementou o curso de especialização “Modelagem Matemática em Ensino Aprendizagem”, iniciativa aplicada desde a década de 80 para professores do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino. Foram oferecidas duas turmas, uma em 2008 e outra em 2010. A turma de 2008 foi a primeira a ser certificada num curso de especialização na UFABC.

O curso “Organização, Gestão e Financiamento para a Governança Metropolitana”, realizado no primeiro semestre de 2008, foi o primeiro curso de extensão realizado pela PROEC. Proposto e coordenado pelo Professor Jeroen Klink, este curso foi uma parceria entre a UFABC, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e a University of British Columbia.

Com financiamento externo, em dezembro de 2006 a UFABC teve sua primeira ação de extensão aprovada no âmbito do Edital PROEXT 2006/SESu-MEC: o “Projeto de Assessoria e Capacitação para elaboração de diretrizes de uso e ocupação para implementação das ZEIS’s - Zonas Especiais de Interesse Ambiental previstas no Plano Diretor do Município de Santo André”, coordenado pelo Professor Francisco Comaru. Nos anos subsequentes, no âmbito deste programa, outros projetos foram aprovados nas temáticas: Gestão de Riscos Geológicos em Ambiente Urbano, Habitação, Reciclagem e Inclusão Social, Cidades e Transporte. Cabe ressaltar que o PROEXT (Programa de Extensão Universitária) foi uma iniciativa do MEC, no período de 2003 a 2011, focada em apoiar projetos de extensão em instituições públicas com ênfase em inclusão social, desenvolvimento local e regional, e implementação de políticas públicas.

A partir de 2009, a PROEC passou a selecionar as ações de extensão - projetos, cursos e eventos - por meio de um Edital de fomento. A Divisão de Cultura foi criada em 2015 e, desde então, passou-se a publicar editais distintos para ações de extensão e para ações de cultura.

Ao longo destes 16 anos, desde o primeiro edital, outras importantes ações ganharam perenidade nas áreas de: comunicação, com o fomento a produção de blogs de divulgação científica e podcasts; direitos humanos com

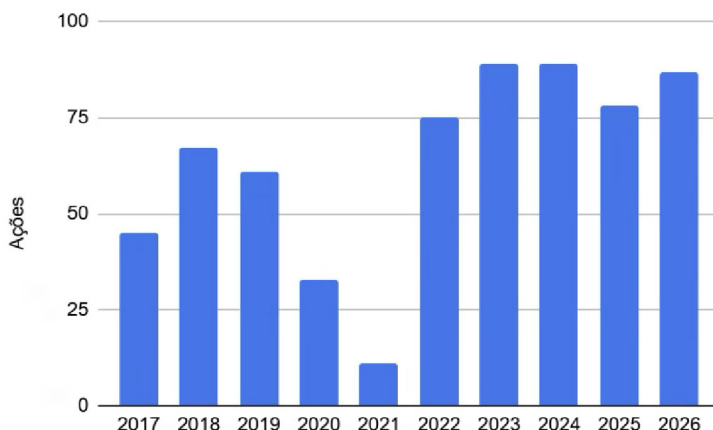
projetos nas temáticas refúgio, gênero e raça; educação com a capacitação de professores, popularização das ciências, letramento digital, desenvolvimento de jogos e materiais didáticos; meio ambiente com projetos voltados à produção de alimentos agroecológicos, reciclagem e emergência climática.

Cabe também destacar projetos desenvolvidos durante a pandemia na área da saúde. Por meio da Chamada para Prospecção de Necessidades de Apoio a Projetos e Ações Transversais de Pesquisa, Inovação, Extensão e Extensão Tecnológica com Foco no Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente da COVID-19, ocorreu desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados a: produção de insumos; mapeamento de áreas e moradias precárias; distribuição espacial; mapeamento e busca ativa dos caso de COVID-19 no Grande ABC e região metropolitana de São Paulo; transformações no ensino em virtude da pandemia; estudos sobre violências de gênero e saúde mental no período de isolamento social; desenvolvimento de plataformas com práticas de combate a doença; e monitoramento de contaminação.

A UFABC também tem sido contemplada por outras formas de financiamento como emendas parlamentares ou parcerias com ministérios ou outros organismos federais.

O Gráfico 1<sup>4</sup> mostra a evolução dos números de ações de extensão financiadas por meio do edital PAAE, a partir de 2017, após a implantação do Módulo de Extensão do sistema SIGAA.

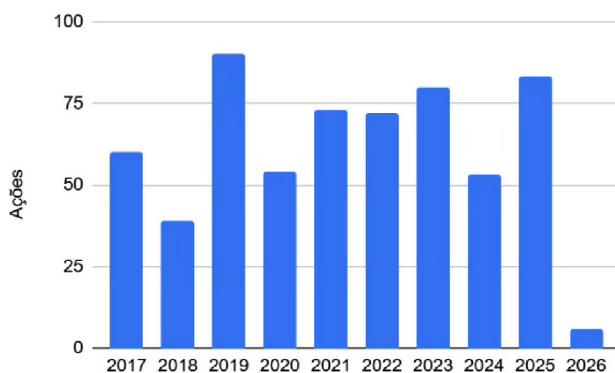
Gráfico 1. Quantidade de ações de extensão - Edital PAAE (2017-2026)



Fonte: SIGAA

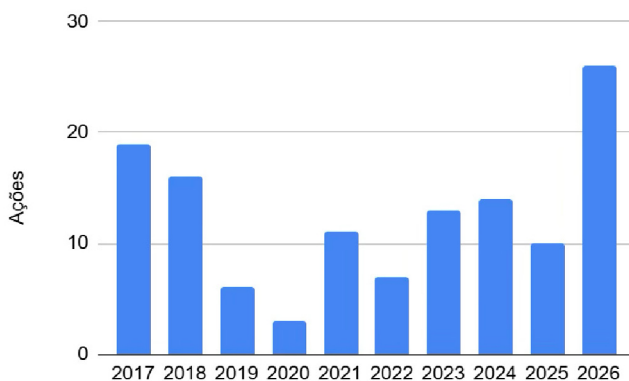
O Gráfico 2<sup>5</sup> mostra a evolução dos números de ações de extensão, com apoio PROEC, com submissão via fluxo-contínuo, a partir de 2017.

Gráfico 2. Quantidade de Ações de Extensão – Fluxo Contínuo (2017-2026)



O Gráfico 3 mostra a evolução dos números de ações de cultura, a partir de 2017.

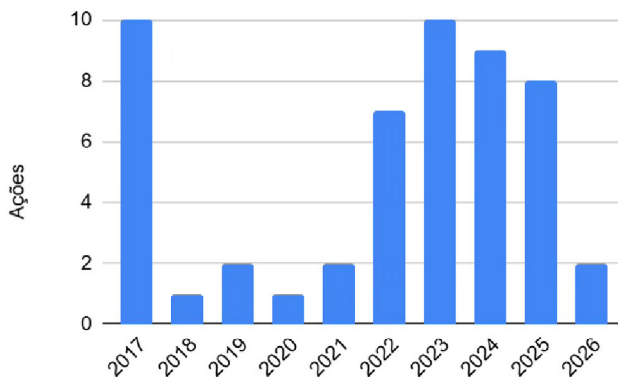
Gráfico 3. Quantidade de Ações de Cultura Financiadas pelo Edital PAAC



Fonte: SIGAA

O Gráfico 4<sup>6</sup> mostra a evolução dos números de ações de cultura, com apoio PROEC, com submissão via fluxo-contínuo, a partir de 2017.

Gráfico 4. Quantidade de Ações de Cultura – Fluxo Contínuo (2017-2016)



Fonte: SIGAA

Desde 2009, a PROEC disponibiliza bolsas para discentes de graduação e pós-graduação da UFABC. Estas bolsas são distribuídas entre ações estratégicas, próprias e de editais de fomento. As bolsas caracterizam-se como um incentivo financeiro para que as pessoas discentes dediquem parte do seu tempo a atividades extensionistas e culturais, estabelecendo uma relação de comprometimento com a coordenação da ação, ao mesmo tempo em que contribui para a sua formação social e científica. A bolsa também tem a função de reconhecimento pela dedicação de tempo e esforço, permitindo que a pessoa discente se concentre no desenvolvimento do projeto sem a necessidade de participar de outras atividades remuneradas fora da Universidade.

A Tabela 1<sup>7-8</sup>, apresenta a distribuição da quantidade de bolsistas no período de 2019 a 2025.

Tabela 1. Quantidade de bolsistas de Extensão e Cultura (2019-2025)

| Ano  | Bolsistas | Bolsistas EP | Transversais – Covid-19 | TOTAL |
|------|-----------|--------------|-------------------------|-------|
| 2019 | 168       | 56           | 0                       | 224   |
| 2020 | 159       | 61           | 112                     | 332   |
| 2021 | 216       | 50           | 0                       | 266   |
| 2022 | 175       | 46           | 0                       | 221   |
| 2023 | 237       | 49           | 0                       | 286   |
| 2024 | 212       | 50           | 0                       | 262   |
| 2025 | 174       | 46           | 0                       | 220   |

Fonte: Repositório de Dados (UFABC)

## 4. Curricularização da Extensão na UFABC

A partir de 2014, surge uma novidade na Educação Superior, chamada de “Curricularização da Extensão” ou “Inserção da Extensão no Currículo”. Apesar da aparente novidade, vale mencionar que o artigo 207 da constituição federal de 1988 estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio obrigatório nas universidades; e o Capítulo IV da LDB (1996) que versa sobre “Educação Superior” define os objetivos da educação superior, incluindo ações típicas de ensino, pesquisa e extensão. Por exemplo, no artigo 43 da LDB há diversos elementos relacionados à extensão, dentre os quais destacam-se:

- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição<sup>9</sup>.

Portanto, antes das normativas da década de 2010, duas legislações federais já abordavam a necessidade de que a Educação Superior possibilitasse essa “interação com a sociedade”. Todavia, as orientações presentes nessas legislações parecem não ter sido suficientes para uma abertura concreta da educação superior para uma relação mais intensa e produtiva com a sociedade. É claro que as universidades, até por exigência, checada nos processos de credenciamento e recredenciamento institucionais, realizavam extensão, com mais ou menos intensidade, com mais ou menos qualidade. Mas, certamente, muito menos do que o que está escrito na Constituição e como a LDB suscita.

Então, em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), na sua meta 12.7, explicitou uma métrica bem tangível: assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Em 2018, a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regulamentando, de certa forma, a Meta 12.7 do PNE 2014-2024. O seu artigo Art. 4º diz que: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”<sup>10</sup>.

Entre outras coisas, a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, instrui o INEP a considerar, para efeitos de autorização e reconhecimento de cursos: (i) o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão; (ii) a articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa; (iii) os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação; e (iv) o protagonismo do estudante no processo extensionista.

O envolvimento dos estudantes como protagonistas da ação extensionista é reconhecido como um importante processo de aprendizagem, qualificador da formação profissional, bem como da promoção da permanência discente e da redução da evasão.

A UFABC fez a sua regulamentação própria, orientada pelas legislações superiores, via resolução ConsEPE n. 253 de 2022<sup>11</sup>. Esta normativa guiou a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e apresenta a indicação de como a extensão e a cultura podem ser integradas ao currículo dos cursos de graduação. Além dos projetos e ações de extensão, vale mencionar que a extensão curricularizada nos PPCs pode se realizar via componentes curriculares (disciplinas) com metodologia didático pedagógica extensionista.

Desde 2023, todos os PPCs de graduação da UFABC contemplam as regras para a curricularização da extensão. Até o momento, há cerca de 70 disciplinas com metodologia extensionista, ofertadas pelos respectivos cursos de graduação<sup>12</sup>. Para monitorar a taxa de curricularização da extensão pelos discentes, foi criado o macroindicador “Quantidade média de Horas de Curricularização da Extensão por discente de graduação (média por ano)”, com a meta de chegar a 80 horas (média por discente). Em relação a 2024, os números são os apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Cálculo da Quantidade Média de Horas de Curricularização da Extensão (2024)

| Indicador | Descrição   | Horas   | Discentes |
|-----------|---|---------|-----------|
| (A)       | Carga horária total em ações (discentes de graduação) | 141.425 | 1624      |
| (B)       | Carga horária total em disciplinas extensionistas     | 121.944 | 3209      |
| (C)       | Total de ingressantes (2023 + 2024)                   | -       | 4016      |
| (A) + (B) | Carga horária total combinada                         | 263.369 | -         |
| Média     | Média de horas por discente $[(A + B) / C]$           | 65,58   | -         |

Fonte: SIGAA / Repositório de Dados da UFABC

A UFABC, assim como diversas instituições de ensino superior, ainda está no processo de amadurecimento em relação à oferta de oportunidades para que os discentes possam cumprir a carga horária extensionista para a integralização dos respectivos cursos. As primeiras ofertas das chamadas disciplinas extensionistas, que se somam às iniciativas de projetos e ações de extensão e cultura, têm se mostrado bastante exitosas, contribuindo sobremaneira para o amadurecimento da política de curricularização e para a interação dialógica da UFABC com a comunidade.

## 5. Considerações finais

Ao completar duas décadas de trajetória, a extensão e a cultura na UFABC consolidam-se como pilares fundamentais de uma universidade que nasceu do clamor social da região do Grande ABC. Desde a criação da PROEC, a instituição tem demonstrado um compromisso contínuo com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pautando-se por diretrizes de interação dialógica e transformação social. A evolução da Comissão de Extensão e Cultura (CEC) para uma estrutura mais heterogênea e representativa reflete o amadurecimento da gestão democrática, enquanto o fomento por meio de editais como o PAAE e o PAAC, além das ações estratégicas como a Escola Preparatória e o Coro da UFABC, garantem a perenidade de projetos que conectam o conhecimento acadêmico aos saberes populares e às demandas do território.

O percurso desses 20 anos é marcado por uma participação ativa nos fóruns nacionais, como o FORPROEX, e pela institucionalização de práticas que hoje servem de referência para a política nacional de extensão. A trajetória que se iniciou com cursos pioneiros como o “Diálogos de Saberes” expandiu-se para um ecossistema robusto de projetos em áreas transversais, incluindo educação, direitos humanos, meio ambiente e tecnologia. O expressivo número de bolsistas e a diversidade de ações financiadas ao longo dos anos evidenciam o papel da extensão não apenas como uma prestação de serviços, mas como um processo formativo essencial para o discente, que assume o protagonismo na construção de soluções para problemas sociais complexos e na promoção da cidadania em uma universidade plenamente urbana.

Olhando para o futuro, o desafio da UFABC concentra-se na consolidação da curricularização da extensão, assegurando que a interação com a sociedade permeie a formação de todos os graduandos. Com a imple-

mentação de disciplinas com metodologia extensionista e a meta de atingir indicadores sólidos de participação discente, a universidade reafirma sua natureza inovadora e seu compromisso com as legislações federais e o Plano Nacional de Educação. O amadurecimento alcançado nestas duas décadas, fruto do trabalho de uma equipe dedicada e de uma comunidade acadêmica apaixonada, projeta a extensão e a cultura como eixos vitais para que a UFABC continue a ser um espaço de produção de conhecimento compartilhado, promovendo impactos profundos e duradouros no desenvolvimento regional e nacional.

## Referências Bibliográficas

FORPROEX. *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*, v. 3. Brasília: MEC/SESu, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2026.

FORPROEX. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. 2006. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2026.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, Coleção Extensão Universitária, v. 7, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2026.

PENTEADO, Claudio; SILVA, Sidney Jard da (org.). *Diálogo de saberes para a ação cidadã: educação, cultura e trabalho*, v. 1. Santo André: UFABC/PMSA, 2007.

PINEZI, Ana Keila; PENTEADO, Claudio; SILVA, Sidney Jard da (org.). *Diálogo de saberes para a ação cidadã: práticas de pesquisa, mundo do trabalho e novas tecnologias*, v. 2. Santo André: UFABC/PMSA, 2009.

## Notas

[1] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletim-deservico/boletim\\_servico\\_ufabc\\_1099.pdf#page=61](https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletim-deservico/boletim_servico_ufabc_1099.pdf#page=61) [acesso em 30 de abril de 2026].

[2] Carta do I Encontro Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras realizado na UNB - Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987, disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> [acesso em 24 de abril de 2026].

[3] Penteado e Silva (2007); Pinezi, Penteado e Silva (2009).

[4] Os dados de 2026 contemplam até o mês de março.

[5] Os dados de 2026 contemplam até o mês de março.

[6] Os dados de 2026 contemplam até o mês de março.

[7] As bolsas concedidas às ações de extensão e cultura variam em número de meses e vagas de bolsas, com rotatividade de discentes ocupando as referidas vagas. Nesse caso, optou-se por apresentar o número total de discentes que receberam pelo menos uma bolsa no ano.

[8] Disponível em: <https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas> [acesso em 25 de abril de 2026].

[9] Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html) [acesso em 02 de maio de 2026].

[10] Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZ-C2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZ-C2Mb/content/id/55877808) [acesso em 02 de maio de 2026].

[11] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao\\_253\\_-\\_regulamenta\\_a\\_incluso\\_de\\_carga\\_horria\\_em\\_aes\\_de\\_extenso\\_e\\_de\\_cultura\\_exigida\\_na\\_graduaorevoga\\_e\\_substitui\\_a\\_resolucao\\_222\\_-\\_assinada.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_253_-_regulamenta_a_incluso_de_carga_horria_em_aes_de_extenso_e_de_cultura_exigida_na_graduaorevoga_e_substitui_a_resolucao_222_-_assinada.pdf) [acesso em 02 de maio de 2026].

[12] Para acessar as disciplinas, ver: <https://prograd.ufabc.edu.br/catalogos-de-disciplinas> [acesso em 25 de abril de 2026].

## 4. A Pesquisa na UFABC: avanços concretos, infraestrutura, apoio e perspectivas

Wagner Alves Carvalho  
Fabio Furlan Ferreira  
Fábio Danilo Ferreira

### 1. Introdução: a pesquisa como eixo estruturante - origens e fundamentos

A criação da Universidade Federal do ABC (UFABC) pela Lei nº 11.107, de abril de 2005, insere-se em um contexto de expansão e renovação do ensino superior público brasileiro. Desde sua concepção, a instituição foi estruturada com base em uma proposta inovadora, centrada na interdisciplinaridade e na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse modelo, a pesquisa não foi concebida como uma dimensão complementar, mas como um dos pilares centrais da identidade institucional. O início das atividades acadêmicas da UFABC, em 2006, marcou também o início da construção de um sistema de pesquisa que precisaria ser desenvolvido de forma concomitante à implantação dos cursos de graduação e pós-graduação bem como à constituição do corpo docente. Esse processo exigiu a criação de programas e estruturas e a definição de diretrizes capazes de orientar o crescimento da atividade científica de forma coerente com o projeto pedagógico da universidade.

Desde os primeiros anos, a UFABC adotou uma abordagem que buscava antecipar a inserção dos estudantes na pesquisa. A criação do Programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia (PDPD) é emblemática desse movimento, ao oferecer oportunidades de participação em projetos científicos a estudantes ingressantes. Essa iniciativa contribuiu para estabelecer uma cultura acadê-

mica na qual a produção de conhecimento é parte integrante da formação desde o início da trajetória universitária. Paralelamente, a universidade avançou na estruturação de seus programas de pós-graduação e na consolidação da iniciação científica como instrumento de formação. Esse conjunto de ações revela uma estratégia institucional voltada tanto à expansão quantitativa das atividades de pesquisa quanto à construção de uma base sólida, capaz de sustentar o desenvolvimento científico em diferentes níveis.

À medida que a pesquisa se expandia, tornou-se necessário organizar os espaços, os recursos e os processos institucionais associados a essa atividade. A regulamentação dos laboratórios de pesquisa, formalizada em 2012 por meio de Resolução do Consepe, representou um marco importante ao estabelecer critérios para classificação, alocação e gestão da infraestrutura científica<sup>1</sup>. Esse arcabouço normativo evoluiu ao longo dos anos, incorporando mecanismos de governança, avaliação e transparência. Outro elemento fundamental foi a construção de um sistema institucional voltado à integridade científica, que envolve comissões de ética, de biossegurança e de acompanhamento regulatório. Essas estruturas contribuíram para assegurar que a expansão da pesquisa ocorresse de forma responsável e alinhada a padrões nacionais e internacionais. A articulação com agências de fomento também desempenhou papel decisivo nesse processo, permitindo a captação de recursos e a consolidação de uma base científica competitiva. Nesse contexto, a inovação passa a emergir como dimensão estratégica, em consonância com o marco legal da ciência, tecnologia e inovação no Brasil (Brasil, 2004; 2016).

Ao completar duas décadas de existência, a trajetória da pesquisa na UFABC revela a formação de um ecossistema integrado, no qual infraestrutura, políticas institucionais, formação de recursos humanos e inovação se articulam de forma dinâmica. É nesse cenário que se insere a atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES), responsável por coordenar e orientar as políticas institucionais de pesquisa. Este capítulo apresenta um histórico dos avanços concretos alcançados nestes 20 anos, assim como a consolidação da infraestrutura e do apoio e as perspectivas para a pesquisa na UFABC.

## 2. A consolidação do apoio institucional à pesquisa: da estrutura administrativa à governança integrada

À medida que a pesquisa na UFABC se expandia e se tornava mais complexa, surgia um desafio fundamental: como sustentar esse crescimen-

to de forma organizada, eficiente e em conformidade com as exigências institucionais e das agências de fomento. A resposta a esse desafio passou pela construção de uma base administrativa sólida, capaz de apoiar o pesquisador e a pesquisadora em aspectos operacionais e estratégicos.

Nesse contexto, a estruturação do apoio institucional à pesquisa tornou-se um dos eixos centrais da atuação da PROPEs. Mais do que criar setores administrativos, tratava-se de desenvolver um sistema integrado de suporte que acompanhasse o ciclo completo da atividade científica – da concepção do projeto à sua execução e à prestação de contas.

A criação e o fortalecimento da Divisão Administrativa e de Apoio ao Pesquisador (DAAP) representam um marco nesse processo. Ao longo dos anos, a DAAP consolidou-se como uma unidade estratégica, responsável por articular diferentes dimensões da gestão da pesquisa, incluindo aspectos administrativos, orçamentários e técnicos.

Inicialmente voltada à organização da execução financeira e administrativa dos projetos, a atuação da DAAP foi progressivamente ampliada, acompanhando a própria evolução da pesquisa na universidade. Esse movimento envolveu a estruturação de fluxos institucionais mais claros para a aquisição de bens, a contratação de serviços e a gestão de recursos, contribuindo para maior segurança e eficiência na execução dos projetos.

Com o amadurecimento institucional, novas frentes de atuação foram incorporadas. A DAAP passou a atuar de forma mais próxima da comunidade acadêmica, oferecendo orientação e suporte direto aos pesquisadores em diferentes etapas de suas atividades. Esse processo resultou na consolidação de um conjunto diversificado de ações, que abrange desde o acompanhamento da submissão de projetos institucionais até o suporte à organização de informações estratégicas sobre laboratórios, grupos de pesquisa e produção científica.

Nesse percurso, a criação da Central de Apoio ao Pesquisador (CAP) e do Escritório de Apoio Institucional ao Pesquisador (EAIP) representou um avanço significativo na qualificação do atendimento prestado. Essas iniciativas contribuíram para aproximar a gestão institucional das demandas cotidianas dos pesquisadores, oferecendo um atendimento mais especializado, integrado e responsivo.

O EAIP, em particular, tornou-se uma peça-chave na relação da UFABC com agências de fomento, especialmente no contexto de projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Sua atuação envolve a conferência documental, a orientação

sobre procedimentos normativos e o acompanhamento detalhado da execução dos projetos e de suas prestações de contas.

Ao longo do tempo, o Escritório passou a oferecer suporte cada vez mais abrangente, incluindo assessoria integral em projetos institucionais estratégicos. Essa atuação tem contribuído para fortalecer a governança da pesquisa na Universidade, reduzindo riscos administrativos e ampliando a confiabilidade na gestão de recursos públicos.

Paralelamente à consolidação dessas estruturas, a UFABC avançou na incorporação de soluções tecnológicas voltadas à gestão da pesquisa. A implantação do Sistema Integrado de Gestão de Laboratórios de Pesquisa (SIG-Laboratórios), em 2017, representa um marco importante nesse processo. Experiências institucionais indicam que a adoção de sistemas integrados contribui significativamente para a transparência, o controle e a eficiência na gestão da infraestrutura científica (Silva et al., 2020). Desenvolvido em parceria com diferentes unidades da universidade, o sistema permitiu a centralização e a integração de informações sobre laboratórios, equipamentos, responsáveis e linhas de pesquisa. Essa integração com outros módulos institucionais ampliou significativamente a transparência e o controle da infraestrutura científica, além de contribuir para o uso mais eficiente dos recursos disponíveis. Mais do que uma ferramenta operacional, o SIG-Laboratórios consolidou-se como um instrumento de governança, proporcionando uma visão mais estratégica da infraestrutura de pesquisa e subsidiando a tomada de decisões institucionais.

Outro eixo relevante da atuação da DAAP refere-se à comunicação científica e à integração institucional. A criação e manutenção do informativo PesquisABC exemplificam esse movimento, ao oferecer um espaço de divulgação das atividades de pesquisa desenvolvidas na Universidade. Por meio desse canal, projetos, grupos de pesquisa e iniciativas institucionais passaram a ganhar maior visibilidade, contribuindo para a circulação de informações e para o fortalecimento da identidade científica da UFABC. A participação de representantes dos diferentes Centros e da Assessoria de Comunicação no Conselho Editorial reforça o caráter institucional e integrado dessa iniciativa.

Ao longo dos anos, a consolidação dessas ações evidencia que o apoio à pesquisa na UFABC ultrapassa a dimensão administrativa. Trata-se, na realidade, da construção de um sistema de suporte que articula gestão, tecnologia e comunicação, contribuindo para criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento científico. As perspectivas futuras apontam para o apro-

fundamento dessa integração, com a ampliação do uso de sistemas digitais, a padronização de processos e a qualificação contínua do atendimento aos pesquisadores. Nesse sentido, a experiência acumulada pela DAAP e pelas unidades a ela associadas demonstra que a excelência em pesquisa depende, de forma decisiva, da existência de uma base institucional sólida, eficiente e alinhada às necessidades da comunidade acadêmica.

### 3. A formação de pesquisadores como projeto institucional: a trajetória da Iniciação Científica na UFABC

Desde sua criação, a UFABC tem adotado como princípio a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Nesse contexto, a Iniciação Científica (IC) consolidou-se como um dos principais instrumentos para materializar essa proposta, permitindo que estudantes fossem inseridos, desde cedo, em atividades de investigação científica. Mais do que uma etapa complementar da formação acadêmica, a IC na UFABC foi concebida como parte integrante do processo formativo, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da capacidade de formular e investigar problemas complexos. Essa perspectiva está diretamente alinhada ao projeto pedagógico da universidade, que valoriza a interdisciplinaridade e a integração entre diferentes áreas do conhecimento. A estruturação dos programas de IC teve início em 2007, com a implementação das primeiras iniciativas institucionais, entre elas, o PIBIC/CNPq, o PIC/UFABC e o PIBIC-Af/CNPq. Desde então, a política de IC da universidade passou por um processo contínuo de expansão e diversificação, acompanhando o crescimento institucional e a ampliação das demandas acadêmicas.

Um dos marcos mais importantes dessa trajetória foi a criação do Programa PDPD, implantado nos primeiros anos de funcionamento da UFABC. Ao direcionar oportunidades de pesquisa a estudantes ingressantes, o PDPD introduziu uma proposta inovadora no cenário nacional, antecipando o contato com a prática científica e favorecendo a construção de trajetórias acadêmicas mais consistentes. Ao longo dos anos, o programa demonstrou impacto significativo na formação de pesquisadores, sendo comum que seus participantes dessem continuidade às atividades científicas em etapas posteriores da graduação e ingressassem na pós-graduação.

Com o amadurecimento institucional, novas modalidades de iniciação científica foram incorporadas. A criação do PIBITI/CNPq, em 2011, ampliou o escopo das atividades ao incluir projetos voltados ao desenvol-

vimento tecnológico e à inovação, aproximando a formação científica das demandas contemporâneas da sociedade. Outro movimento relevante foi a ampliação da IC para o Ensino Médio, a partir de 2014, por meio de programas como o PIBIC-EM/CNPq e o PIC-EM/UFABC. Inicialmente com um número reduzido de bolsas, essas iniciativas cresceram progressivamente, alcançando dezenas de estudantes e consolidando-se como uma importante estratégia de aproximação entre a universidade e a educação básica. Ao envolver estudantes de escolas públicas, incluindo grupos historicamente sub-representados, esses programas ampliam o alcance social da pesquisa e contribuem para despertar vocações científicas em fases mais precoces da formação (Silva et al., 2021). A Tabela 1 ilustra a evolução do número de bolsas concedidas em suas diversas modalidades.

Tabela 1. Evolução no número de bolsas concedidas com financiamento UFABC e CNPq (2018-2025)

| Modalidade         | Financiamento | Ano de início da Bolsa |            |            |            |            |            |            |            |
|--------------------|---------------|------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|                    |               | 2018                   | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       | 2023       | 2024       | 2025       |
| PIC                | UFABC         | 90                     | 90         | 140        | 91         | 91         | 94         | 90         | 90         |
| PDPD               | UFABC         | 60                     | 60         | 95         | 60         | 60         | 60         | 60         | 60         |
| PIC EM             | UFABC         | 6                      | 10         | 1          | 11         | 0          | 22         | 12         | 16         |
| PDPD AF            | UFABC         | 10                     | 20         | 36         | 10         | 10         | 18         | 13         | 13         |
| PDPD ITI           | UFABC         | 0                      | 0          | 18         | 0          | 0          | 6          | 11         | 11         |
| <b>Subtotal</b>    |               | <b>166</b>             | <b>180</b> | <b>290</b> | <b>172</b> | <b>161</b> | <b>200</b> | <b>186</b> | <b>190</b> |
| Modalidade         | Financiamento | Ano de início da Bolsa |            |            |            |            |            |            |            |
|                    |               | 2018                   | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       | 2023       | 2024       | 2025       |
| PIBIC              | CNPq          | 68                     | 68         | 78         | 78         | 81         | 100        | 100        | 100        |
| PIBITI             | CNPq          | 14                     | 14         | 19         | 19         | 20         | 24         | 30         | 30         |
| PIBIC AF           | CNPq          | 10                     | 10         | 10         | 10         | 11         | 35         | 16         | 16         |
| PIBIC AF - aditivo | CNPq          | 0                      | 0          | 0          | 0          | 0          | 15         | 15         | 15         |
| PIBIC EM           | CNPq          | 23                     | 23         | 23         | 23         | 24         | 24         | 24         | 24         |
| <b>Subtotal</b>    |               | <b>115</b>             | <b>115</b> | <b>130</b> | <b>130</b> | <b>136</b> | <b>198</b> | <b>185</b> | <b>185</b> |
| <b>Total</b>       |               | <b>281</b>             | <b>295</b> | <b>420</b> | <b>302</b> | <b>297</b> | <b>398</b> | <b>371</b> | <b>375</b> |

Fonte: DAPIC - UFABC

Ao longo dos anos, a política de IC da UFABC também passou a incorporar, de forma mais estruturada, ações voltadas à equidade e à inclusão. A

implementação de modalidades específicas vinculadas a ações afirmativas, bem como a ampliação de bolsas destinadas a estudantes negros, indígenas e de outros grupos sub-representados, reforça o compromisso institucional com a democratização do acesso à pesquisa. Nesse sentido, destaca-se a criação, em 2018, de modalidades específicas do PDPD voltadas a ações afirmativas e à inovação tecnológica, em articulação com outras pró-reitorias e com a Agência de Inovação. Mais recentemente, a incorporação de bolsas financiadas por políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial ampliou ainda mais o alcance dessas iniciativas.

Outro avanço significativo foi a implementação, em 2021, de uma política de equidade voltada a mães nos processos seletivos de IC. Ao reconhecer os impactos da maternidade na trajetória acadêmica, a universidade passou a adotar critérios que visam reduzir desigualdades estruturais, alinhando-se às práticas adotadas por agências de fomento nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a consolidação da IC na UFABC se expressa na diversidade de modalidades atualmente existentes, que incluem, além dos programas institucionais, bolsas financiadas por agências de fomento e a possibilidade de participação voluntária. Esse conjunto de opções permite atender a diferentes perfis de estudantes e ampliar o acesso à pesquisa. Apesar da oferta crescente, ainda se observa uma demanda reprimida, especialmente para as bolsas PIC/PIBIC e PDPD (Tabela 2). Para as bolsas vinculadas ao Ensino Médio, buscou-se atender a toda a demanda qualificada nos últimos anos (Tabela 3).

Tabela 2. Bolsas solicitadas e concedidas nas modalidades PIC/PIBIC e PDPD (2018-2025)

| Modalidade       | Demanda                    | Ano  |      |      |      |      |      |      |      |
|------------------|----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|                  |                            | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| PIC/PIBIC e PDPD | Projetos Submetidos        | 773  | 826  | 768  | 614  | 491  | 695  | 827  | 807  |
|                  | Bolsas Solicitadas         | 644  | 668  | 534  | 434  | 381  | 568  | 678  | 631  |
|                  | Bolsas Concedidas          | 281  | 295  | 420  | 302  | 287  | 383  | 371  | 382  |
|                  | Inscritos como voluntários | 129  | 158  | 234  | 180  | 110  | 125  | 149  | 176  |
|                  | Não contemplados com bolsa | 363  | 373  | 114  | 132  | 97   | 185  | 307  | 249  |

Fonte: DAPIC - UFABC

Tabela 3. Bolsas solicitadas e concedidas nas modalidades vinculadas ao Ensino Médio (2018-2025)

| Modalidade           | Demanda                    |              | Ano       |           |           |           |           |           |           |           |
|----------------------|----------------------------|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|                      |                            |              | 2018      | 2019      | 2020      | 2021      | 2022      | 2023      | 2024      | 2025      |
| PIBIC EM e<br>PIC EM | Projetos Submetidos        |              | 32        | 58        | 36        | 41        | 26        | 58        | 50        | 49        |
|                      | Bolsas<br>Concedidas       | UFABC        | 6         | 10        | 1         | 11        | 0         | 22        | 12        | 16        |
|                      |                            | CNPq         | 23        | 23        | 23        | 23        | 24        | 24        | 24        | 24        |
|                      |                            | <b>Total</b> | <b>29</b> | <b>33</b> | <b>24</b> | <b>34</b> | <b>24</b> | <b>46</b> | <b>36</b> | <b>40</b> |
|                      | Bolsas Solicitadas         |              | 32        | 38        | 26        | 34        | 21        | 46        | 36        | 40        |
|                      | Inscritos como voluntários |              | 0         | 20        | 10        | 7         | 5         | 10        | 14        | 9         |
|                      | Não contemplados com bolsa |              | 3         | 5         | 2         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         |

Fonte: DAPIC - UFABC

Do ponto de vista da governança, a criação, em 2010, do Comitê dos Programas de Iniciação Científica (CPIC) representou um marco importante na institucionalização das políticas de IC. Composto por representantes docentes e discentes, o Comitê atua na definição de diretrizes, na avaliação dos programas e na garantia de critérios de seleção transparentes. A gestão administrativa e operacional desses programas é realizada pela Divisão de Administração dos Programas de Iniciação Científica (DAPIC), vinculada à PROPES. Ao longo dos anos, a atuação da DAPIC foi fundamental para assegurar a continuidade e a qualidade das ações de IC, envolvendo a elaboração de editais, a concessão de bolsas, o acompanhamento de projetos e a organização de eventos acadêmicos.

A dimensão formativa da IC também se manifesta nos espaços de socialização e de divulgação da produção acadêmica. O Simpósio de Iniciação Científica, realizado anualmente desde 2008, consolidou-se como um dos principais eventos institucionais da UFABC, reunindo centenas de trabalhos e promovendo o intercâmbio de experiências entre estudantes e pesquisadores (Tabela 4)<sup>2</sup>. A partir de 2011, a articulação com instituições da região do Grande ABC ampliou o alcance dessas iniciativas, dando origem a Simpósios conjuntos que fortalecem a integração regional e a difusão do conhecimento científico. Esses espaços contri-

buem para a visibilidade da produção acadêmica e para a formação de redes de colaboração.

Tabela 4. Quantitativo de trabalhos nos Encontros de IC (2015-2025)

| Instituição de Origem  | Ano        |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|  | 2015       | 2016       | 2017       | 2018       | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       | 2023       | 2024       | 2025       |
| UFABC  | 279        | 271        | 404        | 377        | 440        | 517        | 538        | 367        | 365        | 437        | 510        |
| Instituições Parceiras (USCS, FEL, Mauá, Metodista, FMABC e FSA) | 53         | 50         | 40         | 45         | 65         | 78         | 110        | 72         | 68         | 39         | 38         |
| <b>Total</b>   | <b>332</b> | <b>321</b> | <b>444</b> | <b>422</b> | <b>505</b> | <b>595</b> | <b>648</b> | <b>439</b> | <b>433</b> | <b>476</b> | <b>548</b> |

Fonte: DAPIC - UFABC

A inserção internacional dos estudantes de Iniciação Científica representa outro avanço relevante. Desde 2019, a participação em eventos organizados por Redes universitárias latino-americanas, em especial aqueles vinculados à Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), tem proporcionado experiências acadêmicas ampliadas, permitindo o contato com diferentes contextos de produção científica e fortalecendo a dimensão global da formação.

#### 4. Infraestrutura de pesquisa como estratégia institucional: a construção de um modelo multiusuário

Desde sua criação, a UFABC enfrentou um desafio central para qualquer universidade intensiva em pesquisa: como estruturar, a curto prazo, uma infraestrutura científica capaz de sustentar atividades experimentais, tecnológicas e computacionais de alta complexidade. A resposta a esse desafio foi marcada por uma escolha estratégica que se tornaria uma das características mais distintivas da instituição: a adoção de um modelo de compartilhamento de recursos. Em vez de replicar estruturas isoladas por grupos ou áreas, a universidade optou por investir na criação de laboratórios multiusuários, capazes de atender a diferentes linhas de pesquisa, promover a interdisciplinaridade e otimizar o uso de equipamentos de alto custo. Essa decisão, inicialmente orientada por limitações orçamentárias e

pela própria proposta interdisciplinar da UFABC, consolidou-se ao longo do tempo como um diferencial institucional.

A regulamentação dos laboratórios de pesquisa, iniciada ainda na primeira década da universidade, estabeleceu as bases para esse modelo. Já em 2012, a Resolução ConsEPE nº 127 regulamentou a classificação e as normas para alocação dos laboratórios de pesquisa da UFABC, classificando os laboratórios de pesquisa da UFABC em três categorias: laboratórios dos grupos de pesquisa (LGP), laboratórios multicentro (LMC) e laboratórios multiusuário (LMU)<sup>3</sup>. Além disso, definiu critérios para a alocação de Projetos de Pesquisa e para o acesso aos Laboratórios de Pesquisa. Ao definir critérios para a classificação, o uso e a gestão dos espaços, a UFABC criou condições para um funcionamento mais integrado e eficiente da infraestrutura científica. Esse arcabouço normativo evoluiu ao longo dos anos, incorporando mecanismos de governança, avaliação e transparência, e acompanhando a crescente complexidade das atividades de pesquisa, culminando na elaboração e publicação da Resolução ConsEPE nº 278/2026<sup>4</sup>. Como resultado desse processo, consolidou-se um conjunto de estruturas multiusuárias que hoje constitui o núcleo da infraestrutura de pesquisa da UFABC. Essas unidades representam a materialização de uma estratégia institucional voltada à colaboração, à eficiência e à ampliação do acesso a recursos científicos de ponta.

#### 4.1 A Central Experimental Multiusuário (CEM): consolidando a capacidade experimental

A criação da Central Experimental Multiusuário (CEM), com início de suas atividades em 2009, representa um dos marcos mais importantes na trajetória da infraestrutura científica da UFABC. Em um momento em que a universidade ainda consolidava suas bases institucionais, a implantação de uma estrutura experimental compartilhada ampliou significativamente as possibilidades de pesquisa. Ao longo dos anos, a CEM passou por um processo contínuo de expansão e qualificação, acompanhando o crescimento da comunidade acadêmica e a diversificação das áreas de pesquisa. A organização em duas unidades – nos campi de Santo André e São Bernardo do Campo – reflete tanto a expansão física da universidade quanto a necessidade de atender a demandas específicas de diferentes áreas do conhecimento.

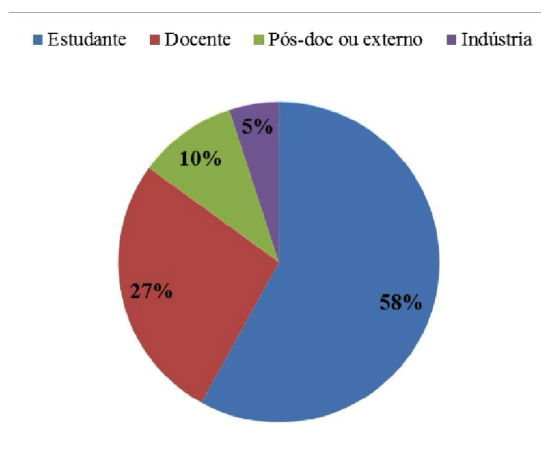
A unidade de Santo André concentra a maior parte do parque instru-

mental, reunindo equipamentos voltados à caracterização de materiais, análises químicas e propriedades físicas e técnicas por espectroscopia. A incorporação progressiva de novos instrumentos, viabilizada por recursos de agências de fomento e investimentos institucionais, permitiu a atualização contínua da infraestrutura e a ampliação da capacidade analítica. Já a unidade de São Bernardo do Campo consolidou-se como um polo voltado às áreas biológicas e biomédicas, com destaque para técnicas de bioimageamento e de análise morfológica. A integração entre as duas unidades, tanto em termos operacionais quanto de governança, contribui para a padronização de procedimentos e para o compartilhamento de boas práticas.

O modelo de funcionamento da CEM, baseado no uso compartilhado e na gestão por comitês, tem se mostrado fundamental para garantir o acesso equitativo, a eficiência operacional e a qualidade técnica, atendendo centenas de usuários, internos e externos.

As CEMs são utilizadas por estudantes de iniciação científica e pós-graduação, pesquisadores e docentes conforme mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição do perfil dos usuários das CEMs (2025)



Fonte: CEM - UFABC

Estes usuários desenvolvem seus projetos e realizam experimentos em colaboração com importantes instituições nacionais e internacionais, tais como: as paulistas, UNESP, UFSCar, USP, UNICAMP, UNIFESP, IPEN-C-

NEN/SP, LNLS, UNIVAP e UNINOVE; FIOCRUZ (Rio de Janeiro); Universidade Caxias do Sul (Rio Grande do Sul); Universidad de Lima (Peru); Laboratoire Réactions et Génie des Procédés, CNRS (França); Faculty of Science, Ibaraki University (Japão); e National Institute of Environmental Health Science (Estados Unidos).

Além destas instituições, são parceiros na busca por soluções tecnológicas e desenvolvimento de novos produtos as empresas: Petrobras, Mercedes-Benz, Braskem, ThyssenKrupp, STC Silicone Técnico Composto, Embrapa e General Motors do Brasil Ltda.

#### 4.2 Expansão temática: a Central Multiusuário de Biodiversidade e Conservação (CMBC)

A criação, em 2022, da Central Multiusuário de Biodiversidade e Conservação (CMBC) representou um movimento de expansão e diversificação da infraestrutura de pesquisa da UFABC. Ao estruturar uma unidade dedicada especificamente à biodiversidade, a universidade ampliou seu escopo de atuação e reforçou seu compromisso com temas estratégicos para o país.

A CMBC integra diferentes laboratórios e infraestruturas já existentes, organizando-os em uma estrutura institucional mais coesa e orientada ao uso compartilhado. Entre seus componentes, destacam-se o herbário, a casa de vegetação e o laboratório de processamento de amostras, que atuam de forma complementar no apoio a pesquisas em botânica, ecologia e áreas afins.

A criação da Central representou a consolidação de uma agenda científica voltada à conservação ambiental e ao estudo da biodiversidade. Ao viabilizar pesquisas de longa duração, a manutenção de coleções biológicas e o desenvolvimento de experimentos em condições controladas, a CMBC amplia as possibilidades de investigação científica e fortalece a inserção da UFABC em temas de relevância nacional e global.

#### 4.3 Computação científica e interdisciplinaridade: a Central Computacional Multiusuário (CCM)

A evolução da infraestrutura computacional na UFABC acompanhou as transformações da própria ciência contemporânea, cada vez mais dependente de grandes volumes de dados e de capacidade de processamento avançado. Desde os primeiros anos da universidade, com a implantação de clusters iniciais, a computação científica foi gradualmente incorpo-

rada como elemento essencial da pesquisa. Esse processo culminou na formalização da Central Computacional Multiusuário (CCM), em 2022. A evolução dos clusters reflete avanços tecnológicos e o crescimento das demandas de pesquisa em áreas como física, ciência dos materiais, biociências, engenharia e inteligência artificial.

A CCM atua como uma infraestrutura estratégica, oferecendo acesso a recursos de computação de alto desempenho a pesquisas da comunidade interna e externa que demandam acesso ao datacenter da instituição ou instalação de softwares e equipamentos em suas dependências, visando a utilização de processamento computacional. A governança da CCM, baseada em um comitê gestor com representação institucional de diversos setores, garante alinhamento às necessidades da comunidade acadêmica e sustentabilidade na gestão dos recursos. Ao mesmo tempo, a exigência de capacitação prévia dos usuários contribui para o uso responsável e eficiente da infraestrutura.

#### 4.4 A Central Multiusuário de Criação e Experimentação em Biomodelos (CMCEB) e a consolidação da pesquisa com modelos animais

A CMCEB possui estruturas de biotérios de criação, experimentação e manutenção nos dois campi da universidade. A especialização das unidades permitiu atender às crescentes demandas de pesquisa nas áreas biológicas e biomédicas. A introdução de novas espécies, como o zebrafish, e o avanço na criação de modelos transgênicos representam marcos importantes nessa trajetória, ampliando as possibilidades experimentais e alinhando a UFABC a práticas contemporâneas de pesquisa.

Outro aspecto fundamental refere-se à qualificação da equipe técnica e ao rigoroso cumprimento das normas éticas e sanitárias. A atuação integrada com a Comissão de Ética no Uso de Animais e a adoção de protocolos padronizados asseguram a qualidade dos experimentos e a confiabilidade dos resultados científicos.

Ao longo de duas décadas, a construção da infraestrutura de pesquisa na UFABC evidencia um processo contínuo de planejamento, expansão e adaptação. A consolidação do modelo multiusuário permitiu otimizar recursos e contribuiu para a formação de um ambiente colaborativo, interdisciplinar e alinhado às demandas da ciência contemporânea. Essa trajetória demonstra que a infraestrutura não é um elemento acessório, mas um componente estratégico da pesquisa. Ao investir na criação e na

qualificação de suas centrais multiusuárias, a UFABC construiu as bases materiais que sustentam sua produção científica e ampliam sua capacidade de gerar conhecimento com impacto social.

## 5. Da produção de conhecimento à geração de impacto: a trajetória da InovaUFABC

A consolidação da pesquisa na UFABC, ao longo de suas duas primeiras décadas, trouxe consigo um desdobramento natural: a necessidade de estruturar mecanismos institucionais capazes de ampliar o impacto do conhecimento produzido. Nesse contexto, a inovação emerge não como um elemento externo à pesquisa, mas como uma de suas extensões, articulando produção científica, desenvolvimento tecnológico e interação com a sociedade.

A criação da Agência de Inovação da UFABC (InovaUFABC) deve ser compreendida à luz desse movimento mais amplo. Inserida no contexto do fortalecimento das políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, e em consonância com o marco legal da inovação no Brasil, a Agência foi concebida como uma estrutura dedicada à gestão da propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e à promoção do empreendedorismo acadêmico (Brasil, 2004; 2016). Em seus primeiros anos, a atuação da InovaUFABC esteve fortemente orientada pelas demandas normativas. A necessidade de estabelecer fluxos institucionais, regulamentar procedimentos e garantir conformidade com a legislação vigente exigiu a construção de uma base organizacional sólida. Esse período inicial foi marcado pela definição de rotinas, pela elaboração de instrumentos jurídicos e pela criação de canais de interlocução com a comunidade acadêmica.

À medida que a Universidade amadurecia, a atuação da Agência passou por transformações. De uma estrutura predominantemente reativa, voltada ao atendimento de demandas pontuais, a InovaUFABC evoluiu para um modelo mais estratégico e propositivo. Esse movimento refletiu tanto a crescente complexidade da produção científica quanto a ampliação das expectativas quanto ao papel das universidades públicas no desenvolvimento tecnológico e social. Ao longo desse percurso, consolidaram-se três eixos principais de atuação. O primeiro refere-se à gestão da propriedade intelectual, envolvendo o suporte à identificação, à proteção e ao acompanhamento de ativos gerados no âmbito da Universidade. Esse trabalho, muitas vezes invisível, é fundamental para garantir que os re-

sultados da pesquisa sejam adequadamente protegidos e valorizados. O segundo eixo diz respeito à transferência de tecnologia e à interação com atores externos. Nesse campo, a InovaUFABC atua na mediação de parcerias, na negociação de contratos e na construção de pontes entre a universidade, o setor produtivo e o poder público. Trata-se de um processo que exige conhecimento técnico e jurídico, além de capacidade de articulação entre diferentes interesses e lógicas institucionais. O terceiro eixo envolve o fomento à cultura da inovação e ao empreendedorismo acadêmico. Por meio de ações formativas, eventos e programas institucionais, a Agência contribui para disseminar práticas e valores associados à inovação, estimulando estudantes, docentes e pesquisadores a explorar novas formas de aplicação do conhecimento.

A relação entre a InovaUFABC e a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPS) constitui um elemento central dessa trajetória. A pesquisa desenvolvida na Universidade – desde a iniciação científica até a pós-graduação – forma a base sobre a qual se estruturam as ações de inovação. Nesse sentido, a atuação integrada entre as duas instâncias tem permitido ampliar o alcance da produção científica, sem comprometer sua diversidade e autonomia. Essa articulação torna-se particularmente evidente na integração entre programas de formação e iniciativas de inovação. A participação da InovaUFABC em chamadas voltadas à iniciação tecnológica e à inovação exemplifica esse movimento, ao introduzir a dimensão da aplicação prática do conhecimento já nas etapas iniciais da formação acadêmica. Com isso, a Universidade contribui para a construção de trajetórias formativas mais completas, nas quais os estudantes têm a oportunidade de compreender diferentes caminhos possíveis para o desenvolvimento científico.

Apesar dos avanços, a trajetória da InovaUFABC também é marcada por desafios significativos. A complexidade do ambiente regulatório, as limitações de recursos humanos especializados e a necessidade de alinhar expectativas entre diferentes atores – acadêmicos, administrativos e externos – constituem obstáculos recorrentes à gestão da inovação em universidades públicas. A experiência acumulada ao longo dos anos, no entanto, demonstra que esses desafios têm funcionado como catalisadores de aprendizado institucional. A construção de rotinas mais estáveis, o aprimoramento dos processos internos e a reflexão contínua sobre práticas e resultados contribuíram para o fortalecimento da identidade da Agência.

As perspectivas futuras da InovaUFABC estão diretamente relacionadas às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

2024–2033<sup>5</sup>. Nesse novo ciclo, a integração entre pesquisa e inovação assume um papel ainda mais estratégico, sendo compreendida como elemento fundamental para ampliar o impacto social da Universidade. Entre os principais vetores de desenvolvimento, destacam-se a consolidação de indicadores de inovação, a ampliação de parcerias com o setor produtivo e com organizações da sociedade civil e o fortalecimento da inserção internacional da Universidade em redes de inovação e transferência de tecnologia. Outro aspecto relevante refere-se à ampliação da formação em inovação, com a incorporação mais sistemática dessa dimensão nos diferentes níveis de ensino. Nesse sentido, a InovaUFABC tende a desempenhar um papel cada vez mais ativo na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de profissionais capazes de atuar em contextos complexos e dinâmicos.

Ao longo de sua trajetória, a InovaUFABC evidencia que a inovação, na universidade pública, não se limita à geração de produtos ou tecnologias, mas também envolve a construção de processos, redes e capacidades institucionais. Trata-se de um movimento contínuo, que acompanha a evolução da própria pesquisa e amplia seu potencial de transformação social.

Assim, a história da Agência de Inovação da UFABC não pode ser compreendida de forma isolada, mas como parte integrante do processo mais amplo de consolidação da pesquisa na Universidade. Ao articular conhecimento, aplicação e impacto, a InovaUFABC contribui para reforçar o papel da UFABC como instituição comprometida com a produção científica e com sua relevância social.

## 6. Desafios institucionais e perspectivas futuras: consolidar, integrar e projetar

A trajetória da pesquisa na UFABC, marcada por avanços significativos na formação científica, na consolidação da infraestrutura e na institucionalização da inovação, também revela um conjunto de desafios que acompanham o amadurecimento de uma universidade jovem e intensiva em pesquisa. Um dos principais desafios refere-se à sustentabilidade da infraestrutura científica construída ao longo das últimas duas décadas. O modelo multiusuário, que se consolidou como uma das marcas institucionais da Universidade, exige investimentos contínuos para manutenção, atualização tecnológica e reposição de equipamentos. A dependência de editais competitivos e de recursos vinculados a projetos específicos,

embora tenha viabilizado a expansão da infraestrutura, impõe limites à previsibilidade e à estabilidade de longo prazo.

Esse cenário torna ainda mais relevante o aprimoramento dos mecanismos institucionais de planejamento e gestão, de modo a garantir a continuidade das atividades de pesquisa e o uso eficiente dos recursos disponíveis. A consolidação de estratégias que articulem financiamento interno e externo, bem como a definição de prioridades institucionais claras, constituem elementos centrais para enfrentar esse desafio. Outro eixo crítico diz respeito à governança da infraestrutura multiusuária. Embora a UFABC tenha avançado na normatização e na implementação de sistemas de gestão, a ampliação do uso compartilhado exige o fortalecimento contínuo de uma cultura institucional orientada à colaboração. Nesse contexto, a integração entre diferentes áreas, a definição de métricas de uso e de impacto e a transparência na alocação de recursos tornam-se aspectos fundamentais.

No campo da inovação, os desafios estão associados, em grande medida, à complexidade do ambiente regulatório e à necessidade de ampliar a articulação com o setor produtivo e com o poder público. A consolidação de uma atuação mais estratégica e proativa depende do fortalecimento das capacidades institucionais, da ampliação de equipes especializadas e da construção de processos mais ágeis e integrados.

A internacionalização da pesquisa constitui outro vetor estratégico que exige atenção contínua. Embora a UFABC apresente avanços importantes nesse campo, o desafio reside em transformar diretrizes institucionais em colaborações científicas estruturantes, capazes de gerar impacto duradouro. Isso envolve a participação em redes internacionais, a consolidação de projetos conjuntos, a mobilidade acadêmica qualificada e a captação de recursos em âmbito global.

À luz do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2033, as perspectivas futuras apontam para o fortalecimento da integração entre pesquisa, inovação e formação, bem como para a ampliação do impacto social da produção científica (UFABC, 2025). A consolidação de indicadores institucionais, a ampliação de parcerias e o fortalecimento da inserção internacional configuram-se como eixos centrais do próximo ciclo de desenvolvimento. Mais do que metas isoladas, esses desafios e perspectivas refletem o estágio de maturidade alcançado pela Universidade. A complexidade crescente das atividades de pesquisa exige expansão, qualificação e integração das estruturas existentes.

## 7. Considerações finais: uma trajetória em construção

Ao completar duas décadas de existência, a Universidade Federal do ABC apresenta uma trajetória singular no sistema brasileiro de ensino superior. Desde sua criação, a instituição construiu, de forma deliberada, um modelo no qual a pesquisa desempenha papel central, articulando-se de maneira indissociável ao ensino, à inovação e ao compromisso social. A atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES) ao longo desse período evidencia que a consolidação de um sistema de pesquisa não se dá apenas pela criação de programas ou pela aquisição de infraestrutura, mas sim pela construção contínua de capacidades institucionais. Esse processo envolveu a organização de estruturas de apoio, a formação de recursos humanos, a definição de marcos normativos e a criação de condições para o desenvolvimento de uma cultura científica integrada e colaborativa.

A trajetória da iniciação científica, a consolidação do modelo multiusuário de infraestrutura, a estruturação do apoio institucional ao pesquisador e a integração com a agenda de inovação demonstram que a pesquisa na UFABC foi sendo construída a partir de múltiplas dimensões, articuladas ao longo do tempo. Essa experiência também evidencia que a excelência científica não é resultado apenas da produção individual, mas depende de um ecossistema institucional capaz de sustentar e potencializar o trabalho dos pesquisadores. Nesse sentido, a PROPES desempenha um papel fundamental ao articular políticas, estruturas e processos que viabilizam a produção de conhecimento.

Os desafios que se colocam para o futuro – relacionados à sustentabilidade da infraestrutura, à governança, à inovação e à internacionalização – não diminuem os avanços alcançados. Ao contrário, refletem o nível de complexidade alcançado pela Universidade e indicam a necessidade de aprofundar o processo de consolidação institucional. O futuro da pesquisa na UFABC dependerá, em grande medida, da capacidade de manter coerência entre planejamento e execução, de fortalecer a integração entre diferentes áreas e de ampliar sua inserção em contextos nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, será fundamental preservar os princípios que orientaram sua criação: interdisciplinaridade, inclusão e compromisso com a transformação social.

A trajetória construída até aqui demonstra que a UFABC dispõe de bases sólidas para enfrentar esses desafios. Mais do que um percurso concluído, trata-se de uma história em contínua construção, na qual a

pesquisa segue como eixo estruturante e como expressão do papel da universidade pública na produção de conhecimento e na construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Atualizada pelo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2018. Disponível em: [https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM\\_PUBLICACOES/marco\\_legal\\_de\\_cti.pdf](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/marco_legal_de_cti.pdf). Acesso em: 11 de dez. de 2025.

SILVA, Artur Leonardo Imamura Ferreira da; OLIVEIRA, Keilla Dayane da Silva; MANTOAN, Alyne; SANTOS, Isabel Cristina dos. Implantação do sistema integrado de gestão de laboratórios de pesquisa: um relato da experiência na UFABC. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 20, n. 2, p. 255-278, 2020.

SILVA, Franciely Alves da; FREIRE, Lorena Silva; MOREIRA, Caroline; LOPES, Jean de Oliveira; LOPES, Priscila Karla Fernandes; OLIVEIRA, Liandra de Souza; INOCÊNCIO, Higo Oliveira; MOURA, Jéssica Priscila Frago de. A importância da inserção da iniciação científica no ensino médio: revisão de literatura. *Scientia Generalis*, v. 2, supl. 1, 2021.

UFABC. *InovaUFABC: sobre a Agência de Inovação*. Santo André: UFABC, s.d. Disponível em: <https://inova.ufabc.edu.br/sobre/sobre-a-inova>. Acesso em: 11 dez. 2025.

UFABC. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2033*. Santo André: UFABC, 2024. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro-pdi\\_2025.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro-pdi_2025.pdf). Acesso em: 11 dez. 2025.

## Notas

[1] Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-no-127-030412-regulamenta-a-classificacao-e-as-normas-para-a-locacao-dos-laboratorios-de-pesquisa-da-ufabc> [acesso em 04 de maio de 2026].

[2] Em 2020 e 2021 o evento foi realizado em formato virtual.

[3] Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-no-127-030412-regulamenta-a-classificacao-e-as-normas-para-a-locacao-dos-laboratorios-de-pesquisa-da-ufabc> [acesso em 04 de maio de 2026].

[4] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao\\_278\\_-\\_regulamenta\\_as\\_normas\\_para\\_alocacao\\_nos\\_laboratorios\\_de\\_pesquisa\\_-\\_bs.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_278_-_regulamenta_as_normas_para_alocacao_nos_laboratorios_de_pesquisa_-_bs.pdf) [acesso em 04 de maio de 2026].

[5] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro-pdi\\_2025.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro-pdi_2025.pdf) [acesso em 04 de maio de 2026].

## 5. A evolução da política de permanência na UFABC: duas décadas de compromisso com a inclusão

Carolina Moutinho Duque de Pinho  
Rosana de Carvalho Dias

### Introdução

A missão central da UFABC, segundo o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), é promover o avanço do conhecimento a partir de três pilares indissociáveis: interdisciplinaridade, excelência e inclusão social. Nesta tríade fundante da universidade, a inclusão social tem por objetivo a superação de desigualdades como meio de identificação de talentos no corpo discente. As ações de inclusão social no PPI abrangem o acesso democrático à universidade, com o estabelecimento de políticas de reserva de vagas desde sua fundação, a oferta de cursos noturnos para atender estudantes que trabalham e uma política de permanência estudantil que deve oferecer meios para que os discentes concluam seus cursos.

A política de permanência estudantil também aparece como estruturante no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2033 da UFABC, que a define como um de seus seis eixos fundamentais, caracterizando-a como uma ferramenta para minimizar desigualdades sociais, étnico-raciais e regionais. O objetivo central da política é reduzir taxas de retenção e evasão, garantindo que estudantes, principalmente em situação de vulnerabilidade, consigam concluir o ensino superior com qualidade.

A política definida no PDI vai além do suporte financeiro, dividindo-se em duas dimensões essenciais: a permanência material, que se refere aos auxílios pecuniários e à infraestrutura física, como bolsas acadêmicas, os auxílios socioeconômicos, alimentação subsidiada e transporte. A segunda

dimensão é a permanência simbólica, que envolve a criação de um ambiente acolhedor e de pertencimento. A construção deste ambiente inclui ações de combate ao racismo, ao capacitismo e às violências de gênero, além do reconhecimento de identidades (como o uso do nome social), o apoio de núcleos como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e o Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG), e a atuação dos coletivos estudantis.

O modelo da política de permanência da UFABC, quanto à abrangência do público atendido, é misto, contando com ações de permanência universais que atendem a todo o corpo discente e ações de assistência estudantil focadas em estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, segundo parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei nº 14.914/2024)<sup>1</sup>. O transporte interunidades e o subsídio do restaurante universitário são exemplos de ações de permanência universais, enquanto o auxílio-moradia e o auxílio-creche exemplificam ações de assistência estudantil direta aos mais vulneráveis.

Este capítulo propõe uma análise da evolução da política de permanência estudantil na UFABC, a partir de suas bases normativas, do caráter prioritário no orçamento e de sua trajetória histórica. Além desta introdução, o texto está organizado em mais quatro seções. A seção dois refere-se à organização normativa da política, destacando as resoluções que estruturaram os programas e ações. Em seguida, a seção três apresenta como a assistência estudantil é priorizada no orçamento. A penúltima seção faz uma análise histórica da evolução da política relacionando-a com as mudanças na legislação brasileira. Por fim, a última seção faz uma síntese das limitações e possibilidades da política de permanência.

## 2. Organização normativa da política de Permanência Estudantil da UFABC

Além de mista, a política de permanência estudantil da UFABC é complexa e foi construída ao longo de seus 20 anos de existência com diferentes normativos. Não há uma única resolução que centralize toda a normatização; pelo contrário, a regulamentação é composta por aproximadamente 51 resoluções do Conselho Universitário (ConsUni) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE). Embora não haja um documento único, a universidade possui resoluções estruturantes que organizam programas e ações por níveis de ensino e eixos temáticos.

O Quadro 1 foi organizado em cinco eixos: segurança alimentar, as-

sistência estudantil, ações afirmativas e inclusão, e planejamento orçamentário. Em relação à segurança alimentar, a estratégia escolhida foi oferecer refeições subsidiadas nos restaurantes universitários (RUs) por meio das Resoluções ConsUni nº 30 e nº 31<sup>2</sup>. Isto porque, ao oferecer refeições subsidiadas, a universidade assegura que o estudante terá uma refeição equilibrada diariamente, sob controle de qualidade nutricional e sanitária .

No eixo de assistência estudantil, a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP) em 2010 foi um marco importante, pois centralizou as ações do PNAES que eram executadas de forma dispersa. A Resolução ConsUni nº 50<sup>3</sup> atribui à PROAP a competência de planejar e aplicar os recursos do PNAES em áreas como moradia, alimentação, transporte, saúde e inclusão digital .

**Quadro 1 – Resoluções estruturantes que organizam a política de permanência estudantil da UFABC**

| Ano  | Eixo                                       | Identificação                | Descrição do Normativo   |
|------|--|------------------------------|--|
| 2009 | Segurança Alimentar                        | Resolução ConsUni nº 30 e 31 | Estabeleceram subsídio de 60% sobre o valor da alimentação no restaurante universitário para discentes de graduação e pós-graduação.                 |
| 2010 | Assistência Estudantil e Ações Afirmativas | Resolução ConsUni nº 50      | Cria a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da UFABC (PROAP).   |
| 2011 | Ações Afirmativas e Inclusão               | Resolução ConsEPE nº 105     | Dispôs sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos documentos acadêmicos.   |
| 2013 | Ações Afirmativas e Inclusão               | Resolução ConsUni nº 121     | Cria a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência e define condições de permanência.  |
| 2017 | Planejamento Orçamentário                  | Resolução ConsUni nº 176     | Institui normas para a criação da Resolução de Diretrizes Orçamentárias anuais (RDO) com priorização de bolsa acadêmicas e Auxílios socioeconômicos. |
| 2018 | Ações Afirmativas e Inclusão               | Resolução ConsUni nº 190     | Estabeleceu reservas de vagas para pessoas Transgêneras nos cursos interdisciplinares.   |
| 2021 | Graduação                                  | Resolução ConsUni nº 208     | Normatizou os Programas de Apoio ao estudante de graduação. Ampliou e diversificou os tipos de auxílios socioeconômicos.                             |
| 2023 | Pós-Graduação                              | Resolução ConsUni nº 233     | Instituiu a Política de Permanência da Pós-Graduação stricto sensu da UFABC.   |
| 2025 | Planejamento Orçamentário                  | Resolução ConsUni nº 250     | Instituiu as Diretrizes Orçamentárias para 2026, com priorização de auxílios para renda de até 1,0 SM.   |

Em termos do eixo de assistência estudantil, a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP) em 2010 foi um marco importante, pois centralizou em uma única pró-reitoria as ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)<sup>4</sup> que estavam sendo executadas de forma dispersa na universidade desde sua fundação. No inciso VIII do Artigo 2º da Resolução ConsUni nº 50 de 2010<sup>5</sup> é atribuída à PROAP a competência de:

planejar e aplicar, com a participação da comunidade universitária, os recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que prevê a assistência estudantil nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transportes, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e Superdotação.

No Eixo de Ações Afirmativas destaca-se a atuação da PROAP como área promotora de Políticas afirmativas, as ações afirmativas de inclusão e permanência para pessoas com Deficiência (PcD) e para pessoas travestis e transexuais.

A Resolução ConsUni nº 50 atribuiu à PROAP a responsabilidade de formular, implementar, coordenar e avaliar políticas afirmativas no âmbito de toda a comunidade universitária, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade. Esta Resolução ainda incumbe a PROAP de atuar em assuntos comunitários, promovendo iniciativas que favoreçam a convivência, o bem-estar e a integração da comunidade universitária. Isso inclui o desenvolvimento de ações nas áreas de saúde, apoio psicossocial, esporte, cultura e qualidade de vida, entendidas como fundamentais para a permanência estudantil e o desempenho acadêmico.

As ações afirmativas de inclusão e permanência para PcD foram estabelecidas pela resolução ConsUni nº 121 de 2013, que entre outras determinações criou a reserva de 5% das vagas de ampla concorrência para o ingresso na graduação de PcD já no ano de 2013, três anos antes da Lei Federal nº 13.409 de dezembro de 2016. Além da reserva de vagas, a Resolução ConsUni nº 121 também estabeleceu um conjunto de apoios institucionais para assegurar que estudantes PcD não apenas entrem na universidade, mas consigam permanecer, aprender e concluir seus cursos com equidade, como por exemplo: adaptação de provas e atividades acadêmicas, com tempo adicional quando necessário; uso de tecnologias assistivas para facilitar o aprendizado; atendimento a Necessidades

Educacionais Especiais (NEE) por meio de apoio pedagógico e técnico; criação do Auxílio Monitoria Inclusiva e de Ação Afirmativa destinada à subvenção financeira a estudantes que devem acompanhar e desenvolver atividades referentes aos estudantes com deficiência; e prioridade em matrícula e organização acadêmica, quando necessário para acessibilidade.

Em relação às Ações Afirmativas de Inclusão e Permanência para pessoas estudantes travestis e transexuais, tivemos duas importantes resoluções. Primeiramente a Resolução ConsEPE nº 105 de 10 de maio de 2011, que regulamentou a inclusão do nome social de pessoas transgêneras, travestis e transexuais nos documentos acadêmicos da UFABC. Ao garantir que estudantes sejam identificados conforme sua identidade de gênero, a aplicação da resolução reduz constrangimentos, discriminações e situações de violência simbólica no cotidiano universitário. Isso tem impacto direto na permanência, pois evita a evasão causada pelo desrespeito ao nome social, reconhecendo a dignidade e identidade das pessoas trans.

O segundo marco importante para estudantes travestis e transexuais foi a Resolução ConsUni nº 190 de 221 de novembro de 2018 que estabeleceu 1,5% das vagas de cada curso de ingresso para pessoas transgêneras, travestis e transexuais. Além do acesso, a resolução também instituiu o acompanhamento e a implementação de políticas com os objetivos de avaliar resultados e propor ações voltadas à inclusão e permanência.

No eixo Planejamento Orçamentário, o primeiro marco institucional foi dado pela Resolução ConsUni nº 176 de 3 de maio de 2017 que institui as normas para a criação das Resoluções de Diretriz Orçamentária anual (RDO) como parâmetro para o planejamento e execução orçamentária da UFABC. Este instrumento foi importante para a Permanência Estudantil, pois desde a primeira RDO, a Resolução ConsUni nº 184 de dezembro de 2017 até a última vigente, Resolução ConsUni nº 250 de 19 de novembro de 2025, o pagamento das bolsas acadêmicas de graduação, pós-graduação e extensão, assim como os auxílios socioeconômicos, foi estabelecido como prioridade máxima das RDOs.

O segundo marco institucional no eixo Planejamento Orçamentário foi a priorização do pagamento de auxílios socioeconômicos de graduação a todas as pessoas discentes que se enquadrem no critério de renda mensal familiar per capita de até um salário mínimo. Esta novidade institucional foi introduzida com o objetivo de adequar a política de Assistência Estudantil da UFABC à Lei Federal nº 14.914 de 3 de julho de 2024<sup>6</sup>, que na definição da nova Política de Assistência Estudantil já

apontou, em seu inciso IV do artigo 6º, a prioridade de atendimento a estudantes com renda familiar per capita de até 1 salário mínimo.

No nível de graduação, a resolução central atual é a Resolução ConsUni nº 208, de 21 de janeiro de 2021, que normatizou os Programas de Apoio ao estudante de graduação e substituiu regulamentações anteriores. A resolução organizou e atualizou a política de assistência estudantil da universidade, ao substituir normas anteriores. A resolução definiu diferentes modalidades de auxílios socioeconômicos, como auxílio permanência, moradia, alimentação, creche, emergencial, inclusão digital, monitoria inclusiva, acessibilidade, entre outros, que buscam atender necessidades básicas dos estudantes atendidos pela assistência estudantil.

Nesta mesma resolução, também foram estabelecidos critérios de elegibilidade e acompanhamento, priorizando estudantes com menor renda e prevendo mecanismos de avaliação contínua dos beneficiários e dos programas. Além disso, a resolução atribui à universidade, especialmente à PROAP, a responsabilidade de planejar, executar e avaliar a efetividade dos auxílios concedidos, articulando assistência estudantil com inclusão social e redução da evasão.

No nível de pós-graduação, foi criada em 2023 a Política de Permanência da Pós-Graduação *stricto sensu*, definida pela Resolução ConsUni nº 233, de 23 de novembro de 2023. A resolução estabelece uma política institucional de permanência para estudantes da pós-graduação *stricto sensu*, com o objetivo de garantir condições acadêmicas, sociais e econômicas para a continuidade dos estudos. Ela articula diferentes ações já existentes e as organiza em uma política integrada. Entre as principais ações de permanência, a resolução prevê: concessão de bolsas de mestrado e doutorado, com critérios que consideram tanto mérito quanto vulnerabilidade; subsídios para alimentação nos restaurantes universitários, podendo chegar à gratuidade para estudantes em situação de vulnerabilidade; auxílio permanência e inclusão para apoio financeiro direto; apoio à participação acadêmica (eventos e pesquisa); e outras ações de acolhimento institucional.

Atualmente, a estrutura normativa interna da UFABC dialoga com a legislação federal recente, como a Lei nº 14.914/2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O desafio da instituição hoje é executar a sua política local de Assistência Estudantil em um ambiente regulatório de incerteza e dúvidas, pois os decretos e portarias que regulamentarão a PNAES estão ainda em fase de elabora-

ção. Em 2025 foi instituído um Grupo de Trabalho<sup>7</sup> para produzir um relatório que subsidiasse a regulamentação da PNAES. O relatório já foi finalizado, mas as peças regulatórias ainda não foram promulgadas. Um exemplo concreto dos efeitos da não regulamentação da PNAES é a questão da moradia estudantil. A UFABC não tem moradia estudantil; discentes em situação de vulnerabilidade, que precisam de moradia, recebem o auxílio moradia. Apesar do atendimento realizado, a moradia estudantil própria da instituição é uma demanda histórica do movimento estudantil da UFABC. A nova lei propõe o Programa Estudantil de Moradia (PEM) apenas definindo os seus objetivos e o público ao qual se destina, mas não as condições específicas referentes à sua implementação, apenas apontando que esta definição será realizada na regulamentação póstuma do programa.

### 3. Permanência Estudantil no âmbito do Orçamento da UFABC

A priorização da permanência estudantil no orçamento da UFABC pode ser comprovada por meio da avaliação da distribuição das despesas de custeio da universidade. Em 2024<sup>8</sup>, a despesa de custeio da UFABC foi de R\$ 60.440.303,63. Organizando a distribuição deste valor colocando a Política de Assistência Estudantil como protagonista, pode-se dividir o custeio da UFABC em quatro grandes blocos de despesas: 1) manutenção, funcionamento dos campi, 2) permanência estudantil, 3) atividades-fim e de operacionalização, 4) pessoal, estagiários e tributos. Em manutenção e funcionamento dos campi, estão despesas com os contratos de prestação de serviços continuados (limpeza, segurança, portaria, manutenção e outros) e despesas de água, luz, esgoto e afins. O grupo permanência estudantil reúne as despesas com as ações universais de permanência (transporte interunidades, subsídio do RU e bolsas acadêmicas) e com as ações de assistência estudantil (auxílios socioeconômicos). As atividades-fim e de operacionalização englobam as despesas que sustentam a manutenção do ensino, pesquisa e extensão (compra de insumos para experimentos em laboratórios de pesquisa, transporte e auxílios para atividades de campo de disciplinas e projetos de extensão, entre outros). Por fim, o grupo pessoal, estagiários e tributos agrega as despesas como o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) de servidores, bolsas de estágio (para pessoas que fazem estágio na UFABC) e alguns tributos.

Na tabela 1 observa-se que o total da despesa com a permanência estudantil é o segundo maior volume de gastos da universidade representando aproximadamente 37% do custeio total, o que se traduz em um valor de R\$ 22.699.442,80. Deste valor, a permanência universal (que atende a todo corpo estudantil, inclusive a parcela de maior vulnerabilidade econômica) concentra a maior parte com R\$ 15.623.966,22, representando 25,1% do custeio total; e a assistência estudantil representa a menor parte, com R\$ 7.075.476,58, o que representa 11,9% do total.

Tabela 1 - Despesas de custeio divididas em grandes grupos da UFABC (2024)

| Classificação do Custeio                   | Totais (R\$)         | Percentual do custeio total |
|--|----------------------|-----------------------------|
| <b>Manutenção, Funcionamento dos campi</b> | <b>27.423.409,42</b> | <b>45,40%</b>               |
| <b>Permanência Estudantil</b>              | <b>22.699.442,80</b> | <b>37,00%</b>               |
| Assistência Estudantil                     | 7.075.476,58         | 11,90%                      |
| Permanência Universal                      | 15.623.966,22        | 25,10%                      |
| <b>Atividades-fim e operacionalização</b>  | <b>7.145.121,98</b>  | <b>12,40%</b>               |
| <b>Pessoal, estagiários e tributos</b>     | <b>3.172.329,43</b>  | <b>5,20%</b>                |
| <b>Total</b>                               | <b>60.440.303,63</b> | <b>100,00%</b>              |

Fonte: Relatório de Gestão da UFABC de 2024.

Detalhando as despesas da permanência estudantil (Tabela 2), o grupo da assistência estudantil (auxílios socioeconômicos) é composto pelos auxílios permanência, alimentação, moradia, creche, acessibilidade, monitoria inclusiva e os projetos de ação afirmativa (financiamento de bolsas Pesquisando Desde de Primeiro Dia - Ações Afirmativas e Programa de Educação Tutorial Ações Afirmativas), representando 31,2% do total gasto com a permanência estudantil. A assistência universal, que reúne as despesas com bolsas e auxílios acadêmicos adicionados aos valores gastos com o transporte interunidades e o subsídio do RU, representa 68,8% das despesas da permanência estudantil com um valor de R\$ 15.623.966,22.

Mesmo com um cenário orçamentário que se caracteriza por uma forte concentração de recursos para as ações de abrangência universal em detrimento das ações de assistência estudantil, até o presente momento, toda a demanda de auxílios socioeconômicos a estudantes em situação de vulnerabilidade foi atendida ao longo da história da UFABC.

Tabela 2 – Despesas detalhadas da Permanência Estudantil (2024)

| Despesas com Permanência Estudantil |   | Valores em R\$       | %              |
|-------------------------------------|---|----------------------|----------------|
| Assistência Estudantil              | Auxílio Permanência   | 4.873.400,00         | 21,50%         |
|                                     | Auxílio Alimentação   | 578.733,17           | 2,50%          |
|                                     | Auxílio Moradia   | 1.057.875,00         | 4,70%          |
|                                     | Auxílio Acessibilidade e Monitoria Inclusiva                      | 415.616,41           | 1,80%          |
|                                     | Projetos de Ação Afirmativa                                       | 95.900,00            | 0,40%          |
|                                     | Auxílio Creche  | 53.952,00            | 0,20%          |
|                                     | <b>Total da Assistência Estudantil (Auxílios socioeconômicos)</b> | <b>7.075.476,58</b>  | <b>31,20%</b>  |
| Assistência Universal               | Bolsas e Auxílios Pesquisa  | 1.790.192,40         | 7,90%          |
|                                     | Bolsas e Auxílios Extensão  | 1.463.700,00         | 6,40%          |
|                                     | Bolsas e Auxílios Graduação                                       | 925.713,19           | 4,10%          |
|                                     | Bolsas e Auxílios Pós-graduação                                   | 3.684.600,00         | 16,20%         |
|                                     | <b>Total de Bolsas e Auxílios Acadêmicos</b>                      | <b>7.864.205,59</b>  | <b>34,60%</b>  |
|                                     | Subsídio - Restaurante universitário                              | 3.777.933,97         | 16,60%         |
|                                     | Transporte Interunidades  | 3.981.826,66         | 17,50%         |
|                                     | <b>Total da Assistência Universal</b>                             | <b>15.623.966,22</b> | <b>68,80%</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                  |   | <b>22.699.442,80</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão da UFABC de 2024.

## 4. A evolução da política de permanência na UFABC

### 4.1. Evolução do PNAES e reflexos na Política de Assistência Estudantil

A história da política de assistência estudantil na UFABC é marcada por um processo contínuo de institucionalização e ampliação de direitos como pode ser observado na Figura 1. Nesta história, as transformações na regulamentação da assistência estudantil pelo governo federal, foi o principal indutor da estruturação e do amadurecimento das políticas de permanência na UFABC, fornecendo tanto a base normativa quanto parte do financiamento necessário para as ações de assistência. A Criação do PNAES e a posterior publicação do Decreto Federal nº 7.234/2010 (Brasil, 2010) foi um fato que se constituiu como o divisor de águas que deu segurança jurídica para a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas

Afirmativas (PROAP) e para a formalização dos Programas de Apoio ao Estudante de Graduação na UFABC.

O PNAES instituído pelo Decreto de 2010 ditou os critérios de renda que a UFABC adotou até 2025 para priorizar o atendimento das pessoas estudantes vulneráveis, tendo como referência de renda per capita familiar de 1,5 salários mínimos. Seguindo a atualização da Lei de Cotas, Lei Federal nº 14.723 de 13 novembro de 2023 e as novas diretrizes da Lei PNAES, a UFABC alterou sua Resolução de Diretrizes Orçamentárias (RDO) em 2025 para estabelecer a prioridade de atendimento a estudantes com renda per capita familiar até 1,0 salário mínimo.

A influência do PNAES também se reflete na diversificação dos benefícios. Em conformidade com os objetivos de permanência do programa federal, a UFABC evoluiu de auxílios pontuais para um sistema complexo que inclui auxílios de permanência, moradia, alimentação, creche e acessibilidade. Em 2025, novas modalidades de auxílios como o Auxílio Instalação e o Auxílio Alimentação Infantil foram criadas para reforçar o suporte aos ingressantes e discentes com filhos, alinhando-se aos objetivos de inclusão da nova Política Nacional.

## 4.2 Periodização da evolução da política de permanência estudantil da UFABC

A evolução da política de assistência estudantil da UFABC pode ser dividida em cinco fases: Fundação e Primeiros passos (2005-2009); Institucionalização e Expansão de Direitos (2010-2015); Expansão da Diversidade e Acessibilidade (2013 – 2021); Consolidação Normativa e Diversidade (2017-2021) e por último a fase de Fortalecimento e Novos Horizontes (2023-2025).

### 4.2.1. Fundação e Primeiros Passos (2005-2009)

Este período inicial compreende a criação das bases normativas e administrativas que permitiram o nascimento da universidade já com um forte viés inclusivo. Em 2005, a UFABC foi criada pela Lei Federal nº 11.145 e, em seu primeiro ingresso em 2006, já adotou a reserva de vagas para alunos de escola pública, pretos, pardos e indígenas, antes mesmo da obrigatoriedade que foi estabelecida mais adiante em 2012 pela Lei Federal nº 12.711.

Entre 2007 e 2008 surge a primeira ação de fomento à permanência, como o lançamento do Auxílio Moradia para a graduação em 2008. No âmbito federal, a Portaria Normativa nº 39/2007 instituiu o PNAES. No ano de 2009

ocorreu o primeiro grande marco na permanência estudantil da UFABC com a implementação do subsídio de 60% no Restaurante Universitário (RU) para todos os alunos de graduação e de pós-graduação. No mesmo ano é lançado o primeiro Edital PIBIC-Ações Afirmativas, com reserva de vagas de iniciação científica para discentes que ingressaram por cotas na universidade.

#### 4.2.2 Institucionalização e Expansão de Direitos (2010-2015)

Em 2010, é criada a PROAP (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas) e o Decreto Federal nº 7.234 oficializa o PNAES, estabelecendo a referência de renda per capita familiar de 1,5 salários mínimos.

Em 2011 a UFABC garantiu a inclusão do nome social para travestis e transexuais por meio da Resolução CONSEPE nº 105, de 10 de maio de 2011, importante conquista para fortalecer a permanência destes discentes. No ano de 2012 no âmbito nacional é lançada a Lei de Cotas para ingresso nas IFES, a Lei Federal nº 12.711 e a universidade institucionaliza bolsas de pós-graduação com recursos próprios, como estratégia de favorecer a permanência de discentes pós-graduandos.

Em 2013 a UFABC criou a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD) e, na mesma resolução (Resolução ConsUni nº 121), definem-se as condições da permanência de discentes PcD. Logo em seguida, são lançados os primeiros editais de Monitoria Inclusiva e de Auxílio Acessibilidade.

#### 4.2.3 Consolidação Normativa e Diversidade (2017-2021)

Nesta fase, a universidade expande seu conceito de permanência estudantil para incluir a diversidade de gênero de forma pioneira (Figura 1). No ano de 2017, a UFABC garante o uso de banheiros conforme a identidade de gênero por meio da Portaria nº 262 da Reitoria, esta ação se constituiu em um importante que impulsionou e mobilizou os coletivos estudantis em propor a reserva de vagas para pessoas travestis e transexuais. Neste processo a Comissão de Políticas Afirmativas da PROAP teve um importante papel, sendo o espaço que proporcionou a apresentação da proposta, sua discussão e amadurecimento antes desta ser avaliada e aprovada no ConsUni no ano seguinte sob o número de Resolução ConsUni nº 190. Ainda em 2017, a UFABC aprova a sua primeira RDO, que já priorizou formalmente o pagamento de bolsas acadêmicas e auxílios socioeconômicos em relação a de qualquer outra despesa no orçamento institucional.

Nos anos de 2018 e 2019 consolidam-se mais estratégias de permanência e inclusão para estudantes cotistas o lançamento de editais de pesquisa e extensão focados em ações afirmativas, como o Pesquisando Desde de Primeiro Dia - Ações Afirmativas (PDPD-AF) em 2018 e o Programa de Educação Tutorial Ações Afirmativas(PET-AF) em 2019.

Em 2021 ocorre uma nova normatização dos programas de apoio ao estudante de graduação (Resolução ConsUni nº 208), que diversifica os auxílios socioeconômicos da assistência estudantil em uma grande gama de modalidades, destacando os auxílios permanência, moradia, alimentação e creche.

#### 4.2.4 Fortalecimento e Novos Horizontes (2023-2026)

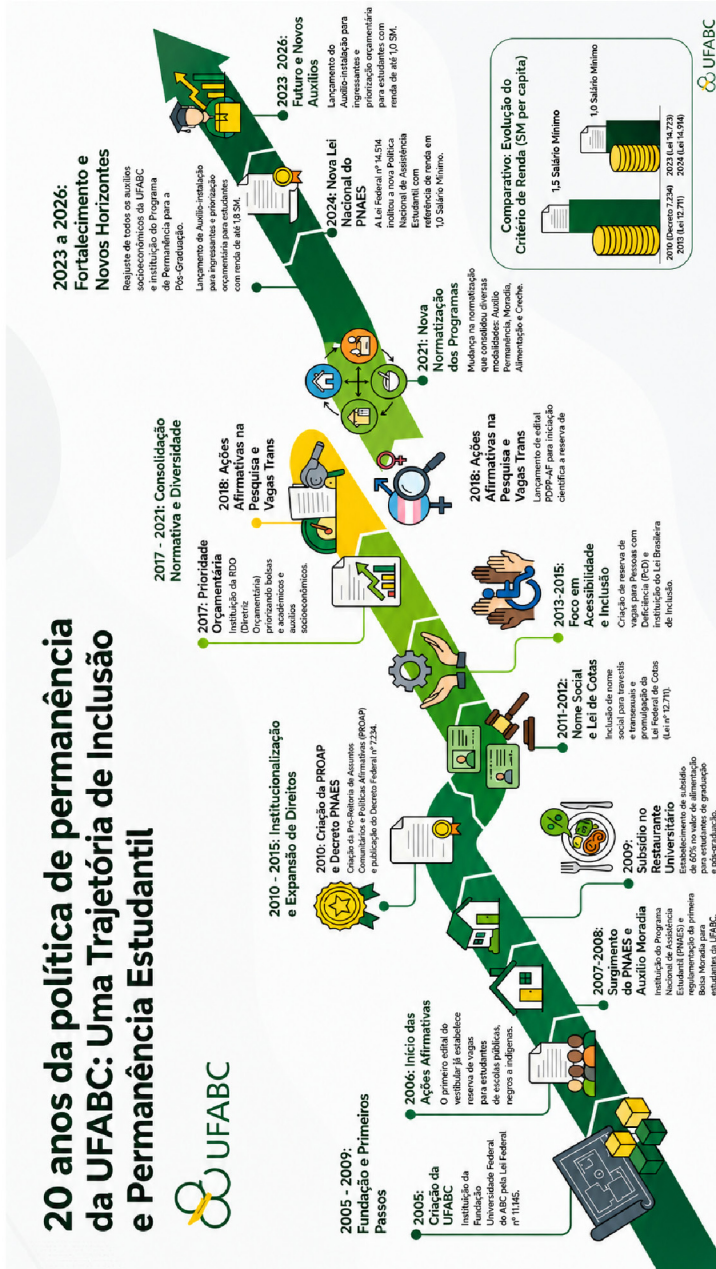
O período atual reflete o amadurecimento das políticas frente a um cenário de restrição orçamentária, mas com reajustes históricos e novas referências legais (Figura 1). Em 2023, a Lei Federal nº 14.723 atualiza a Lei de Cotas, incluindo reserva de vagas para quilombolas e reduzindo o teto de renda per capita familiar de ingressantes de baixa renda para 1,0 salário mínimo. Internamente, a UFABC aplica um reajuste histórico de 75% nas bolsas acadêmicas de graduação e nos auxílios socioeconômicos da permanência estudantil. No mesmo ano é instituída a Política de Permanência para a Pós-Graduação.

Em 2024, o governo federal promulgou a Lei nº 14.914 que institui o PNAES, transformando o até então Programa Nacional de Assistência Estudantil em Política de Estado. Além de a nova lei trazer um conjunto de inovações quanto à criação de diferentes programas de assistência estudantil, ela consolida a nova referência de renda per capita familiar para 1,0 salário mínimo em consonância com a Nova Lei de Cotas, atualizada no ano anterior.

Em 2025, a UFABC estabelece em sua RDO a prioridade de discentes vulneráveis com renda per capita familiar de até 1,0 salário mínimo. Neste mesmo ano, a PROAP lança duas modalidades novas de auxílio. O Auxílio Instalação, em edital específico, com objetivo de oferecer um apoio aos estudantes ingressantes por cotas de baixa renda no seu primeiro quadrimestre, fornecendo um auxílio mensal de R\$700,00 no período de quatro meses. As pessoas discentes beneficiadas por este auxílio são elegíveis aos demais auxílios da assistência estudantil e podem se inscrever no edital anual do programa de apoio ao estudante de graduação. O segundo auxílio lançado pela PROAP foi o Auxílio Alimentação Infantil destinado a discentes com filhos de até 11 anos. Este auxílio foi oferecido no âmbito do edital do programa de apoio ao estudante de graduação.

Em nível federal, o ano de 2026 deve ser um ano de afirmação da nova referência de renda, com a universidade buscando equilibrar a oferta universal de serviços (como o transporte fretado e o subsídio do RU) com o suporte financeiro direto cada vez mais focalizado na extrema vulnerabilidade (renda familiar per capita de até 1,0 salário mínimo).

Figura 1 - Linha do tempo com o histórico de permanência da UFABC



## 5. Considerações finais

A política de permanência estudantil da UFABC consolidou-se como um dos pilares fundamentais da instituição, evoluindo de auxílios pontuais para uma estrutura complexa e interligada à sua missão de inclusão social. O modelo “Universal com Foco” define a estratégia atual, buscando equilibrar o suporte a toda a comunidade discente com o atendimento prioritário àqueles em extrema vulnerabilidade socioeconômica.

Atualmente, a UFABC realiza um grande esforço orçamentário para manter sua política de assistência. Em 2024, o investimento total na área foi de R\$ 22,3 milhões, representando 37% de todo o orçamento de custeio da universidade. Deste montante, 68% destinam-se às estratégias universais, como o subsídio de 60% no Restaurante Universitário (RU), o transporte fretado intercampi e as bolsas acadêmicas, enquanto 32% são focados nos auxílios socioeconômicos diretos para estudantes com renda familiar de até um salário mínimo per capita.

A universidade avançou significativamente, ao longo dos últimos 20 anos, na integração entre permanência material (bolsas e auxílios) e permanência simbólica. Isso se reflete no pioneirismo de ações afirmativas, como a reserva de vagas para pessoas trans e o uso do nome social, além da criação da oferta de serviços de Necessidades Educacionais Especiais para discentes PcD e neurodivergentes. O principal desafio reside na insuficiência e instabilidade do financiamento federal. Em conclusão, a política de permanência na UFABC enfrenta um cenário de escassez de recursos que contrasta com a ousadia de suas metas de inclusão. O sucesso da próxima década dependerá da capacidade da instituição em captar mais recursos orçamentários, redesenhar a distribuição dos recursos orçamentários da permanência estudantil para continuar atendendo o público mais vulnerável sem abrir mão das estratégias de permanência universais.

## Referências Bibliográficas

UFABC. Relatório de Gestão da UFABC – 2024 . Santo André: UFABC, 2024. Disponível em: [https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPO/relatorio\\_de\\_gestao/relatorio\\_gestao\\_2024.pdf](https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPO/relatorio_de_gestao/relatorio_gestao_2024.pdf). Acesso em: 3 de maio de 2026.

UFABC. Plano de Desenvolvimento Institucional - 2024-2033. Santo André: UFABC, 2024. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro-pdi\\_2025.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/docs/livro-pdi_2025.pdf). Acesso em: 3 de maio de 2026.

UFABC. **Projeto Pedagógico Institucional de 2017**. Santo André: UFABC, 2007b. Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/imagens\\_a\\_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf). Acesso em: 3 de maio de 2026.

## Notas:

[1] Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm) [acesso em 05 de maio de 2026].

[2] As resoluções do ConsUni estão disponíveis em: <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consuni/resolucoes> [acesso em 05 de maio de 2026].

[3] As resoluções do ConsUni estão disponíveis em: <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consuni/resolucoes> [acesso em 05 de maio de 2026].

[4] O PNAES, Programa Nacional de Assistência Estudantil foi criado pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, detalhado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e transformado em Política pela Lei Federal nº 14.914, de 3 de julho de 2024.

[5] Disponível em: [https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao\\_consuni\\_50\\_-\\_criacao\\_proap.pdf](https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao_consuni_50_-_criacao_proap.pdf) [acesso em 05 de maio de 2026].

[6] Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm) [acesso em 05 de maio de 2026].

[7] A Portaria nº 244 de 14 de ABRIL de 2025 instituiu o Grupo de Trabalho - GT, de caráter consultivo, com a finalidade de elaborar subsídios e recomendações para a regulamentação de programas e ações de assistência estudantil, destinados ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio, de instituições federais de ensino superior e de instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito da Política Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes, instituída pela Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-244-de-14-de-abril-de-2025-624207383>. Acesso em 3 de maio de 2026.

[8] Os dados apresentados nesta seção são provenientes do relatório de gestão de 2024. Apesar da versão preliminar do relatório de gestão de 2025 já estar pronta, optou-se por utilizar os dados de 2024, pois o relatório de 2025 ainda tinha sido apresentado e aprovado pelo ConsUni no momento de redação do presente texto. O relatório de 2024 está disponível em: [https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPO/relatorio\\_de\\_gestao/relatorio\\_gestao\\_2024.pdf](https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPO/relatorio_de_gestao/relatorio_gestao_2024.pdf) [acesso em 05 de maio de 2026].

## 6. Políticas afirmativas, trajetórias estudantis, inclusão e formação interdisciplinar sob a ótica do egresso

Danilo Silvério

### 1. Introdução: trajetórias estudantis e experiência institucional

**T**oda universidade é, em alguma medida, fruto de um processo histórico que está expresso e sedimentado na forma que a instituição acaba tomando. Não só porque surge em determinado momento político ou institucional, mas também porque condensa, em sua própria estrutura, as tensões sociais do tempo em que foi criada. As universidades produzem conhecimento, formam profissionais e organizam sistemas de saber; contudo, também participam da distribuição social de oportunidades e da definição de quem pode ocupar determinados espaços simbólicos da sociedade. Nesse sentido, compreender uma universidade implica, sobretudo, compreender as trajetórias daqueles que a atravessam.

A Universidade Federal do ABC (UFABC), fundada em 2005, emerge em um momento particular da história recente do ensino superior brasileiro. Nas primeiras décadas do século XXI, o país assistiu a um processo significativo de expansão das universidades federais e de ampliação do acesso ao ensino superior público. Novas instituições foram criadas em regiões metropolitanas e cidades médias, alterando a geografia tradicional da universidade pública, historicamente concentrada em capitais e centros acadêmicos consolidados.

Para além de ampliar o número de vagas, esse processo produziu transformações importantes no perfil social dos estudantes universitários. Jovens provenientes de famílias de baixa renda, de escolas públicas

e de territórios anteriormente afastados dos grandes centros universitários passaram a ocupar um espaço que, por muito tempo, foi pouco acessível a eles.

É nesse cenário que se insere a criação da UFABC. Localizada em uma região marcada por forte tradição industrial e sindical, a universidade nasce em um território cuja história social está profundamente ligada às transformações do mundo do trabalho brasileiro. A presença de uma universidade federal nesse contexto estabelece um diálogo direto entre formação acadêmica e realidade social local.

Esse processo de expansão das universidades federais ocorreu em um contexto mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais brasileiras. A partir dos anos 2000, diferentes iniciativas governamentais buscaram ampliar o acesso ao ensino superior, tanto por meio da criação de novas instituições quanto pela interiorização de universidades já existentes. Programas como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) incentivaram a abertura de novos campi, a ampliação de vagas e a reorganização de estruturas curriculares.

Esse movimento pode ser compreendido não só como uma expansão quantitativa, mas também como um vetor de transformações qualitativas no perfil social do corpo discente das universidades públicas. Estudantes provenientes de famílias de baixa renda, de escolas públicas e de regiões anteriormente afastadas dos grandes centros universitários passaram a ocupar um espaço que historicamente foi pouco acessível a eles.

A criação da UFABC, nesse contexto, representa um episódio significativo nesse processo de expansão institucional e de mudança da clientela atendida. A universidade, com evidente ineditismo, incorporou uma proposta pedagógica que provoca certa tensão com o modelo tradicional de formação universitária. Em vez de organizar o ingresso dos estudantes diretamente em cursos profissionais, a instituição adotou bacharelados interdisciplinares como etapa inicial da formação acadêmica. Nesse modelo, os estudantes ingressam em ciclos formativos mais amplos (seja nos Bacharelados em Ciência e Tecnologia ou em Ciências e Humanidades; seja nas Licenciaturas em Ciências Naturais e Exatas, em Ciências Humanas ou em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes)<sup>1</sup> e apenas posteriormente definem suas trajetórias profissionais específicas.

Essa estrutura curricular parte de um diagnóstico relativamente simples: a escolha profissional exigida pelos sistemas tradicionais de vestibular ocorre em um momento da vida no qual os estudantes ainda possuem

experiências limitadas para decidir de maneira definitiva sobre seu futuro profissional. Ao permitir um período inicial de exploração intelectual, o modelo interdisciplinar procura reorganizar a relação entre formação universitária e escolha vocacional.

No entanto, compreender os efeitos concretos dessa proposta exige observar a universidade não apenas do ponto de vista institucional, mas também a partir da experiência daqueles que atravessam seus corredores. É nesse ponto que as entrevistas realizadas com estudantes e egressos da UFABC se tornam particularmente reveladoras.

Ao narrar suas histórias de ingresso e permanência na universidade, esses estudantes descrevem muito mais do que percursos individuais. Suas narrativas desvelam transformações mais amplas que atravessam o ensino superior brasileiro: a ampliação do acesso, a diversidade crescente do corpo discente, as tensões entre desigualdade educacional e exigência acadêmica e os processos de formação intelectual que emergem no interior da universidade pública contemporânea.

## 2. A universidade como ruptura biográfica

Dentre as entrevistas realizadas, o ingresso na universidade raramente aparece como continuidade natural de uma trajetória escolar bem-sucedida. Na maioria dos relatos o ingresso será, sobretudo, um acontecimento que reorganiza profundamente a experiência familiar. Para diversos estudantes, a universidade pública não fazia parte do horizonte cotidiano de suas famílias. A entrada nesse espaço representa, portanto, algo que ultrapassa a dimensão individual da conquista acadêmica e assume o caráter de uma ruptura biográfica.

Juliana, por exemplo, descreve de maneira bastante clara o impacto desse momento em sua família. Ao lembrar-se da reação de seu pai, ao saber que havia sido aprovada em uma universidade federal, ela conta: “Eles ficaram muito felizes. Porque pensa... alguém acessar uma faculdade federal. Meu pai ficou muito orgulhoso, porque ele nunca tinha entrado em uma universidade.” A frase sintetiza um fenômeno recorrente nas trajetórias educacionais brasileiras contemporâneas: o surgimento de uma geração de estudantes que se torna a primeira de suas famílias a ingressar no ensino superior.

Esse tipo de trajetória ilustra um fenômeno amplamente discutido na sociologia da educação: o ingresso de estudantes de primeira geração

universitária em instituições historicamente frequentadas por grupos com maior capital cultural. Como observa Pierre Bourdieu (1998), a escola e a universidade tendem a reproduzir desigualdades sociais não só por meio do acesso desigual aos recursos educacionais, mas também pela distribuição desigual das disposições culturais que tornam possível navegar com familiaridade nesses espaços. Assim, quando estudantes provenientes de famílias sem tradição universitária ingressam no ensino superior, eles atravessam, além de uma barreira institucional, um conjunto de códigos culturais que precisam ser gradualmente aprendidos.

Flávia, por exemplo, bem como outros dois entrevistados, citam de forma recorrente o sentimento de solidão na maior parte do curso, justamente por conta das diferenças sociais e, conseqüentemente, pela falta de acesso a esses novos códigos. Ela se lembra de colegas que, de modo frequente, conversavam sobre suas respectivas viagens internacionais nas férias, algo totalmente fora de sua realidade, o que gerava, a princípio, desconforto, deslocamento e dificultava sua integração e identificação com o espaço universitário. Não à toa, para Flávia, uma viagem sua, para a Argentina, ao final do curso, para apresentar uma pesquisa de iniciação científica, totalmente custeada pela universidade, representou o ápice de sua trajetória na graduação. Foi sua primeira viagem internacional, resultado de uma premiação pelo seu alto desempenho no trabalho de pesquisa realizado.

Esses fatos, num contexto mais amplo, produzem efeitos simbólicos importantes. A universidade deixa de ser percebida como uma instituição distante, pertencente a um universo social externo à experiência familiar, e passa a ser incorporada ao horizonte de possibilidades das gerações mais jovens. Ao mesmo tempo, essa conquista carrega consigo um conjunto de expectativas e pressões. O estudante passa a ocupar uma posição inédita dentro de sua rede familiar, frequentemente tornando-se referência educacional para irmãos, primos e outros parentes.

Em muitos relatos, esse processo aparece acompanhado por sentimentos ambíguos. Por um lado, há orgulho e entusiasmo diante da oportunidade de frequentar uma universidade pública. Por outro, surgem também incertezas e receios relacionados à experiência de entrar em um ambiente social pouco familiar. A universidade pode ser percebida, inicialmente, como um espaço marcado por códigos culturais e expectativas acadêmicas que não fazem parte da experiência cotidiana da família.

Nesse sentido, ingressar na universidade implica também aprender a

habitar um novo universo social. O estudante precisa desenvolver estratégias para lidar com exigências acadêmicas desconhecidas, novas formas de sociabilidade e um conjunto de referências culturais que nem sempre estavam presentes em sua trajetória anterior. Esse processo de adaptação envolve tanto desafios, quanto descobertas, configurando aquilo que muitos entrevistados descrevem como uma transformação profunda em sua maneira de ver o mundo.

Ao mesmo tempo, essas trajetórias revelam que a universidade não transforma apenas os estudantes. Ao receber indivíduos provenientes de contextos sociais diversos, a própria instituição também se transforma. As experiências trazidas por esses estudantes introduzem novas perspectivas no interior da universidade, ampliando o repertório de debates e questões que atravessam a vida acadêmica.

Assim, a ruptura biográfica que marca a entrada na universidade é muito mais do que um evento individual. Trata-se de um processo social mais amplo, no qual a universidade pública passa a incorporar trajetórias que anteriormente permaneciam à margem do ensino superior.

### 3. Descobrir a universidade

Se para algumas famílias a universidade já fazia parte do horizonte de expectativas educacionais, para muitos dos estudantes entrevistados essa descoberta ocorreu de maneira gradual e frequentemente mediada por professores ou familiares. A universidade quase nunca aparece nas narrativas como um destino previamente planejado desde a infância, mas como uma possibilidade que se torna visível ao longo da trajetória escolar, muitas vezes de maneira quase contingente.

Flávia lembra que seus professores tiveram papel decisivo nesse processo. Ao recordar os últimos anos do ensino médio, ela descreve uma relação próxima com alguns docentes que acompanhavam seu desempenho escolar e procuravam ampliar suas perspectivas educacionais. “Eu sempre fui muito próxima dos meus professores na escola. Eles viam potencial em mim e falavam: você precisa estudar mais, você precisa tentar uma universidade pública.” O incentivo aparece na narrativa como algo que, inicialmente, parecia distante de sua própria experiência familiar. A universidade existia como instituição abstrata, mas o caminho concreto até ela ainda não estava claro.

Esse tipo de mediação escolar revela uma dimensão frequentemente

invisível das trajetórias educacionais. Em contextos nos quais o capital cultural familiar é limitado, ou seja, quando a família não possui experiência direta com a universidade, professores da educação básica podem desempenhar um papel fundamental na ampliação das expectativas educacionais dos estudantes. São eles que, muitas vezes, traduzem as regras implícitas do sistema educacional, explicam possibilidades de ingresso e encorajam trajetórias que não estavam inicialmente previstas.

Em outras narrativas, essa mediação ocorre dentro da própria família. Adriano, por exemplo, conta que tomou conhecimento da possibilidade de ingressar em uma universidade pública por causa da experiência do irmão. “Eu descobri que dava para fazer universidade pública por causa do meu irmão. Ele passou na universidade e aí eu comecei a pesquisar [sobre isso] também.” Nesse caso, a trajetória de um membro da família funciona como referência concreta para os demais. A universidade gradualmente vai deixando de ser uma instituição distante, para ser finalmente percebida como um caminho possível.

Esses relatos sugerem que o acesso ao ensino superior de primeira geração, por assim dizer, dificilmente será resultado de uma trajetória linear ou de um planejamento educacional cuidadosamente estruturado desde os primeiros anos escolares. Na maioria dos casos narrados, esse acesso emerge da combinação de diferentes fatores: incentivos escolares, experiências familiares, curiosidade individual e encontros contingentes com pessoas que apresentam novas possibilidades.

Nesse sentido, descobrir a universidade significa não só tomar conhecimento de sua existência institucional, mas também, e sobretudo, aprender a imaginá-la como parte possível da própria trajetória de vida.

#### 4. Escolher depois de entrar

Uma das características mais marcantes das entrevistas é a presença constante da dúvida vocacional. Diferentemente da narrativa idealizada do estudante que ingressa na universidade com um projeto profissional claramente definido, muitos entrevistados relatam trajetórias marcadas por incerteza e reorientação.

Flávia descreve esse processo com franqueza: “Eu estava em dúvida entre física, química e engenharia. Eu não tinha certeza nenhuma.” Bruna, por sua vez, diante da dificuldade em escolher, sentiu-se atraída, justamente, pela proposta de um curso interdisciplinar (o BC&T), com a flexibili-

dade de poder optar por uma engenharia depois da conclusão do curso de ingresso. Para ilustrar essa angústia da escolha, vale pontuar que a mesma Bruna, além de cursar a UFABC, ainda cursou, simultaneamente, o Bacharelado em Química, em outra instituição privada. Esse tipo de relato revela algo fundamental sobre a experiência universitária. A escolha profissional não é necessariamente um ponto de partida; muitas vezes essa escolha será o resultado de um processo de exploração intelectual que ocorre ao longo da própria graduação.

Nesse contexto, o modelo interdisciplinar da UFABC assume um papel particularmente interessante. Ao permitir que os estudantes ingressem em cursos interdisciplinares antes de escolher um curso de formação específica, a universidade reconhece que a formação intelectual é também um processo de descoberta. Os estudantes entram em contato com diferentes áreas do conhecimento, experimentam disciplinas variadas e, gradualmente, constroem suas próprias trajetórias acadêmicas.

A proposta dos cursos interdisciplinares insere-se em um debate mais amplo sobre o papel da universidade contemporânea. Desde o final do século XX, diferentes instituições acadêmicas têm buscado responder à crescente complexidade dos problemas sociais, científicos e tecnológicos por meio de abordagens que ultrapassem as fronteiras rígidas entre disciplinas.

No caso da UFABC, essa proposta se traduz em uma estrutura curricular que estimula o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Disciplinas de matemática, física, filosofia, sociologia e computação convivem no interior de um mesmo percurso formativo, permitindo que os estudantes desenvolvam uma visão mais ampla sobre os problemas que estudam.

Essa organização curricular também tem implicações importantes para a experiência estudantil. Ao invés de seguir um caminho previamente definido, os estudantes são incentivados a explorar diferentes possibilidades acadêmicas antes de tomar decisões mais específicas sobre sua formação profissional.

Para muitos entrevistados, esse modelo representou uma oportunidade de descobrir interesses intelectuais que não estavam claros no momento do ingresso na universidade. Assim, a graduação transcende a especialização técnica para se consolidar como um espaço de experimentação intelectual.

Entretanto, essa estrutura também expõe desigualdades educacionais acumuladas ao longo da trajetória escolar. Nicole, por exemplo, descreve seu primeiro contato com o currículo do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) como uma experiência particularmente difícil. “Eu vinha

de muitas aulas vagas na escola, principalmente em matemática e física. Quando cheguei na universidade parecia impossível acompanhar.” O relato evidencia uma tensão estrutural da democratização do ensino superior. A ampliação do acesso traz para dentro da universidade estudantes com formações escolares profundamente desiguais.

Ainda assim, a própria flexibilidade do modelo interdisciplinar permite reorganizações de percurso. A mesma Nicole lembra que sua trajetória mudou completamente quando teve a oportunidade de migrar do BC&T para uma licenciatura interdisciplinar. “Quando abriu a licenciatura foi um alívio enorme. Parecia que as nuvens tinham sumido.” Seu relato expressa a sensação de reencontro com um caminho acadêmico possível, graças a uma forma flexível de construção da própria trajetória dentro da universidade.

## 5. Experiências da diferença

Entre as trajetórias analisadas, algumas revelam experiências particularmente marcadas pela desigualdade social e pela dificuldade de pertencimento em espaços educacionais. Essas histórias tornam palpáveis dimensões da vida escolar que frequentemente permanecem invisíveis nas narrativas institucionais sobre o acesso à universidade. Nicole, estudante trans, descreve sua relação com a escola, antes da universidade, de maneira direta e contundente: “Frequentar a escola nunca foi fácil para uma pessoa trans.” A frase, aparentemente singela, condensa uma experiência prolongada de tensões cotidianas, em que o ambiente escolar, que deveria ser um espaço de aprendizado e acolhimento, passa a funcionar como um lugar de exposição, vigilância e conflito.

Ao recordar sua trajetória, Nicole sugere que a escola foi marcada menos por experiências de reconhecimento e mais por situações em que sua presença era constantemente colocada em questão. A dificuldade não estava limitada só a episódios isolados de preconceito; mas também se manifestava em formas mais sutis de exclusão, como a sensação persistente de não pertencimento e a ausência de referências que tornassem possível imaginar uma trajetória educacional mais longa. Em contextos como esse, permanecer na escola já representa, por si só, um esforço significativo.

Nesse sentido, a chegada à universidade aparece, em muitas dessas narrativas, como um momento de reconfiguração das experiências anteriores. A universidade não elimina automaticamente as desigualdades que atravessam as trajetórias dos estudantes, mas pode oferecer condições ins-

titucionais e sociais que tornam possível reconstruir relações com o conhecimento e com o próprio ambiente educacional. Para estudantes como Nicole, a universidade surge não apenas como espaço de formação profissional, mas também como um lugar no qual novas formas de pertencimento podem ser construídas. É a própria Nicole quem afirma: “não é só acesso - é um convite para existir”.

Ao mesmo tempo, a presença de estudantes com trajetórias diversas transforma a própria instituição. A universidade, que ao longo de nossa história se manteve como um espaço relativamente homogêneo, passou a incorporar, mais recentemente, histórias marcadas por diferentes formas de desigualdade social, racial, de gênero e de origem territorial. Esse processo introduz novas demandas institucionais e amplia o repertório de debates que atravessam a vida universitária. A diversidade das experiências estudantis passa, assim, a fazer parte da própria dinâmica da instituição, redefinindo continuamente o significado do que é viver e estudar na universidade pública.

## 6. A universidade como encontro de mundos sociais

Se muitas das trajetórias narradas pelos estudantes revelam processos de mobilidade social vinculados à expansão recente do ensino superior brasileiro, algumas histórias introduzem no interior da universidade experiências atravessadas por processos históricos ainda mais complexos. Em certos momentos das entrevistas, a universidade aparece como ponto de encontro entre mundos sociais profundamente diferentes, conectando trajetórias locais a processos globais.

A história de Nor é um exemplo particularmente marcante dessa dimensão. Ao narrar sua infância, ela recorda que nasceu em um contexto marcado pela guerra. “Eu já nasci na guerra”, explica. “Eu via muita brutalidade desde pequena. Eu nunca tinha visto um lugar calmo até sair de lá [do Iraque].” O relato surge de maneira quase casual durante a entrevista, mas revela uma experiência histórica que ultrapassa completamente o cotidiano de muitos de seus colegas de universidade.

Para Nor, a trajetória educacional começa em um cenário de instabilidade e deslocamento. Ainda criança, ela deixou o Iraque com a família e passou um período vivendo na Síria. Cada uma dessas mudanças implicou uma reorganização completa da vida cotidiana: novas línguas, novos sistemas escolares, novas referências culturais. O processo de migração significou

não só uma mudança geográfica, mas também uma sucessão de recomeços.

Quando finalmente chegou ao Brasil, Nor precisou reconstruir sua trajetória educacional praticamente do zero. Aprender uma nova língua, adaptar-se a um novo sistema escolar e compreender um ambiente social completamente diferente tornaram-se parte de sua experiência cotidiana. Nesse contexto, a universidade aparece como um ponto de estabilização possível - um espaço no qual uma trajetória marcada por deslocamentos sucessivos pode finalmente adquirir alguma continuidade.

A presença de estudantes com histórias como a de Nor revela uma dimensão frequentemente invisível da universidade contemporânea. Instituições de ensino superior tornam-se cada vez mais espaços onde trajetórias globais entram em contato com contextos locais. Estudantes que atravessaram guerras, migrações ou deslocamentos geopolíticos passam a compartilhar o mesmo ambiente acadêmico com colegas cujas trajetórias, ainda que distintas em suas respectivas vicissitudes, foram inteiramente construídas dentro do território nacional.

Esse encontro entre experiências distintas produz efeitos que ultrapassam o plano individual. Ao compartilhar o mesmo espaço universitário, estudantes passam a confrontar perspectivas muito diferentes sobre o mundo social. Histórias de vida que antes circulavam em contextos separados passam a coexistir no cotidiano da universidade, gerando, por exemplo, um potencial de diversidade significativo em novas formas de abordagem sobre questões recorrentes no ambiente acadêmico.

Nesse sentido, a universidade torna-se não só um espaço de formação profissional, mas também um lugar de encontro entre histórias sociais diversas. Ao reunir trajetórias tão distintas em um mesmo ambiente institucional, ela amplia o horizonte de experiências e contribui para a construção de uma comunidade acadêmica marcada pela pluralidade.

## 7. Diversidade estudantil e transformação da experiência universitária

A presença de estudantes com trajetórias tão diversas, além de transformar a experiência individual daqueles que ingressam na universidade, altera, conforme a percepção dos entrevistados, a própria instituição. À medida que o perfil social do corpo discente se diversifica, novas demandas passam a surgir no interior da universidade.

Essa transformação aparece de maneira indireta nas entrevistas. Em

diferentes momentos, os estudantes mencionam dificuldades relacionadas à adaptação acadêmica, à permanência estudantil ou à conciliação entre trabalho e estudo. Essas dificuldades, para além de constituírem desafios individuais, revelam tensões estruturais que acompanham os processos de democratização do ensino superior.

Nicole, por exemplo, descreve como sua experiência universitária esteve constantemente atravessada pela necessidade de trabalhar. “Eu nunca vivi a universidade sem trabalhar”, afirma. A frase resume uma condição compartilhada por muitos estudantes das universidades públicas brasileiras. Para aqueles que não possuem recursos familiares suficientes para se dedicar exclusivamente aos estudos, a graduação ocorre simultaneamente ao trabalho remunerado.

Essa condição produz efeitos diretos sobre a experiência universitária. O tempo dedicado ao estudo precisa ser negociado com as exigências do trabalho, o que frequentemente implica jornadas mais longas e maior desgaste físico e emocional. Ao mesmo tempo, a presença desses estudantes na universidade revela algo importante sobre o próprio processo de democratização do ensino superior: a ampliação do acesso traz para dentro da instituição trajetórias sociais que anteriormente permaneciam à margem.

A necessidade de conciliar trabalho e estudo constitui uma dimensão central da experiência universitária de muitos estudantes brasileiros. Embora o acesso ao ensino superior público tenha se ampliado significativamente nas últimas décadas, as condições materiais de permanência na universidade continuam sendo um desafio importante.

Programas de assistência estudantil (como bolsas, auxílios alimentação e moradia) desempenham papel fundamental na tentativa de reduzir essas desigualdades, como atestam os próprios entrevistados que, muitas vezes, não hesitam em afirmar que esse tipo de ajuda financeira foi determinante para possibilitar a permanência na universidade. Ainda assim, para muitos estudantes, essas políticas não são suficientes para eliminar completamente a necessidade de trabalho remunerado durante a graduação.

Essa realidade cria uma experiência universitária profundamente distinta daquela vivida por estudantes que podem dedicar-se integralmente aos estudos. O tempo disponível para leitura, participação em atividades acadêmicas e envolvimento em projetos de pesquisa ou extensão torna-se mais restrito, exigindo dos estudantes estratégias constantes de organização e adaptação. Como lembra Thiago, para ele só foi possível deixar um emprego fixo na indústria, para se dedicar inteira-

mente à universidade, como faziam seus colegas que gozavam de uma posição social privilegiada, graças às bolsas de permanência estudantil com que foi agraciado.

Ao mesmo tempo, essa condição da diversidade também contribui para aproximar a universidade de realidades sociais mais amplas. A presença de estudantes que transitam diariamente entre o ambiente acadêmico e o mundo do trabalho introduz na universidade experiências e perspectivas que enriquecem o debate intelectual.

A universidade, nesse contexto, deixa de ser um espaço ocupado predominantemente por estudantes provenientes de classes médias e altas e passa a incorporar experiências sociais muito mais variadas. Essa diversidade altera não só o perfil do corpo discente, mas também o tipo de debate que ocorre no interior da instituição.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas é a percepção de que a universidade é muito mais do que um espaço de formação profissional. Para muitos estudantes, a experiência universitária envolve, sobretudo, um processo de formação cidadã e política.

Esse processo ocorre de diferentes maneiras. Em alguns casos, ele se manifesta por meio da participação em projetos de extensão ou atividades acadêmicas que conectam a universidade com a sociedade. Em outros, surge a partir do contato com colegas cujas trajetórias sociais e culturais são diferentes das suas próprias.

A convivência cotidiana no ambiente universitário cria oportunidades de diálogo e reflexão que muitas vezes não estavam presentes em experiências educacionais anteriores. Ao compartilhar o espaço universitário com colegas de diferentes origens sociais, culturais e geográficas, os estudantes passam a confrontar perspectivas diversas sobre o mundo.

Esse processo contribui para a formação de uma consciência crítica mais ampla. Nesse sentido, a universidade torna-se um espaço no qual os estudantes podem se apropriar de conteúdos específicos de suas áreas de estudo, mas, ao estabelecerem as devidas relações entre esses saberes e suas respectivas realidades materiais, desenvolvem, além de tudo, ferramentas intelectuais complexas para interpretar a realidade social.

## 8. A experiência universitária e a construção da autonomia intelectual

Se o ingresso na universidade representa um momento de ruptura em

muitas trajetórias, a permanência no ambiente universitário inaugura um processo igualmente significativo: a construção gradual de uma autonomia intelectual. Ao longo das entrevistas, diversos estudantes descrevem a experiência universitária como um período de transformação na forma como compreendem o conhecimento, o mundo social e suas próprias possibilidades de atuação.

Essa transformação não ocorre de maneira imediata. Para muitos estudantes, os primeiros quadrimestres da graduação são marcados por dúvidas e incertezas. O contato com disciplinas novas, métodos de estudo mais exigentes e formas diferentes de organização do conhecimento pode gerar inicialmente um sentimento de deslocamento. Nicole recorda que, nos primeiros quadrimestres do curso, chegou a questionar se conseguiria continuar na universidade. As dificuldades com disciplinas de matemática e física pareciam, naquele momento, quase insuperáveis. Muito lembrados, como tábua de salvação, por diversos alunos, nesse contexto, são os projetos desenvolvidos no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), como o curso de revisão de matemática e física, que oferece aos ingressantes uma oportunidade de acesso aos conteúdos do ensino médio, a fim de que possam acompanhar algumas das disciplinas de seus respectivos cursos.

Esse tipo de experiência revela uma dimensão importante da formação universitária. A universidade, além de transmitir conteúdos específicos, também introduz os estudantes em novas formas de pensar e de organizar o conhecimento. Aprender a estudar de maneira mais autônoma, a formular perguntas próprias e a dialogar criticamente com diferentes perspectivas teóricas torna-se parte central da experiência acadêmica.

Essa dimensão formativa da experiência universitária remete à ideia, presente em diferentes reflexões sobre a vida intelectual brasileira, de que a universidade não é só um espaço de especialização técnica, mas também um lugar de formação cultural mais ampla. Antonio Candido (2006), por exemplo, ao refletir sobre a vida universitária, observava que a passagem pela universidade frequentemente produz uma ampliação do horizonte intelectual dos estudantes, permitindo que eles estabeleçam novas relações com o conhecimento, com a leitura e com o debate público. Nesse sentido, a formação universitária não se reduz ao domínio de competências profissionais; ela envolve também a construção de uma sensibilidade intelectual capaz de interpretar criticamente o mundo social.

Com o passar do tempo, muitos estudantes relatam que essa adaptação

começa a produzir efeitos positivos. Aquilo que inicialmente parecia um ambiente estranho ou excessivamente exigente passa, gradualmente, a se tornar um espaço de descoberta intelectual. A universidade oferece acesso a bibliotecas, laboratórios, grupos de pesquisa e discussões acadêmicas que ampliam o horizonte de interesses dos estudantes.

Flávia descreve esse processo como uma espécie de expansão gradual de perspectivas. Ao entrar em contato com diferentes áreas do conhecimento ao longo da graduação, ela passou a perceber que suas possibilidades acadêmicas eram mais amplas do que imaginava inicialmente. A experiência universitária, nesse caso, não estaria limitada à aquisição de conhecimentos técnicos. Ela envolve, sobretudo, a construção de uma nova relação com o saber.

Esse processo de formação intelectual está intimamente ligado ao modelo interdisciplinar da UFABC. Ao permitir que os estudantes circulem por diferentes áreas do conhecimento, antes de definir sua especialização, a universidade cria condições para que a escolha profissional seja resultado de um percurso de exploração intelectual. A formação acadêmica deixa de ser um processo de especialização precoce e passa a envolver, antes de tudo, experimentação, descoberta e reflexão crítica.

Nesse sentido, a autonomia intelectual construída ao longo da graduação suplanta o domínio de conteúdos específicos, envolvendo a capacidade de formular perguntas próprias, de estabelecer conexões entre diferentes áreas do conhecimento e de interpretar criticamente a realidade social. Para muitos estudantes, essa é talvez uma das transformações mais profundas proporcionadas pela experiência universitária.

## 9. A universidade como experiência coletiva

As narrativas analisadas ao longo deste capítulo sugerem que a universidade deve ser compreendida para muito além de uma instituição com unidade administrativa ou como um espaço abstrato de produção de conhecimento. A universidade é, antes de tudo, uma experiência coletiva.

Nesse sentido, Mariana, aluna trans, relata sua dificuldade nos anos iniciais do curso em lidar com a solidão. Ela atribuía isso não só à sua insegurança durante o processo de transição de gênero, pelo qual passava naquele momento, mas também à dinâmica de grupos aleatórios nas disciplinas básicas do BC&H. Embora tenha participado de algumas rodas de conversas e atividades diversas promovidas pelos servidores do servi-

ção social da Proap, na busca por maior integração, Mariana acabou não buscando apoio psicossocial formal da universidade, pois julgava os programas ainda pouco adequados às suas necessidades como pessoa trans. Reconhece, todavia, que a superação da fase de solidão foi um processo “natural”, propiciado, sobretudo, pelo engajamento em disciplinas do curso específico de Bacharelado em Planejamento Territorial, que, ao contrário do que ocorre no bacharelado interdisciplinar, colocaram-na em turmas menores e mais coesas.

Evidente, portanto, em seu relato, que estudantes, professores e técnicos participam diariamente da construção da vida universitária. Suas interações, conflitos e colaborações contribuem para definir o ambiente institucional no qual a formação acadêmica ocorre. Ao longo do tempo, essas experiências acumuladas passam a compor, de certa forma, a própria história da universidade na busca pelo desenvolvimento de estratégias que possam promover o acolhimento de todos.

No caso da UFABC, essa história é relativamente recente. Ao chegar a duas décadas de existência, a universidade ainda está em processo de consolidação institucional. Ao mesmo tempo, essa relativa juventude permite observar de maneira particularmente clara os efeitos das transformações recentes no ensino superior brasileiro.

Assim, a diversidade de trajetórias estudantis, a presença de estudantes provenientes de diferentes contextos sociais e a adoção de modelos pedagógicos inovadores fazem da UFABC um laboratório privilegiado para observar as mudanças em curso na universidade pública contemporânea.

## 10. UFABC, território e universidade pública no ABC paulista

A criação da Universidade Federal do ABC, além de constituir uma das experiências mais exitosas como parte do processo de expansão das universidades federais brasileiras nas primeiras décadas do século XXI, deve ser situada no contexto histórico e social da região em que se insere. O Grande ABC paulista ocupa um lugar singular na história recente do Brasil. Desde meados do século XX, a região consolidou-se como um dos principais polos industriais do país, concentrando importantes setores da indústria automobilística e metalúrgica. Ao longo das décadas, esse processo de industrialização moldou não apenas a economia local, mas também a vida social, política e cultural das cidades que compõem a região.

A formação do ABC industrial esteve profundamente associada ao

crescimento do trabalho urbano e à constituição de uma classe trabalhadora organizada. As grandes greves do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que tiveram epicentro em cidades como São Bernardo do Campo e Santo André, tornaram-se marcos fundamentais da história política brasileira. A região passou a ser reconhecida como um território no qual o mundo do trabalho desempenhava papel central na construção da vida social e das identidades coletivas.

Durante muito tempo, entretanto, o desenvolvimento econômico da região não foi acompanhado pela presença de instituições públicas de ensino superior de grande porte. Muitos jovens que desejavam cursar uma universidade precisavam deslocar-se para a capital paulista ou para outras cidades. A ausência de qualquer universidade pública no ABC contrastava com a densidade populacional e a relevância econômica da região.

Nesse contexto, a criação da UFABC representou um momento importante na reconfiguração do mapa do ensino superior público no estado de São Paulo. Ao instalar-se em Santo André e posteriormente em São Bernardo do Campo, a universidade passou a integrar o cotidiano de uma região historicamente marcada pelo trabalho industrial, pela organização sindical e por fortes redes comunitárias.

Essa inserção territorial produz efeitos que podem ser observados nas próprias trajetórias estudantis. Para muitos dos entrevistados, a proximidade geográfica da universidade foi um fator crucial na decisão de ingressar no ensino superior público. A possibilidade de estudar em uma instituição federal sem precisar deixar a região onde cresceram tornou o projeto universitário mais viável do ponto de vista material e emocional. É o caso de Ester, que sempre desejou cursar Humanidades em uma universidade federal. A UFABC foi escolhida, primordialmente, pela proximidade do campus de São Bernardo do Campo com a casa de seu pai, que morava em Diadema à época. Acrescente-se a esse apelo geográfico, o interesse de Ester pelo curso de Políticas Públicas e a escolha estava definida.

Em diversas narrativas, a universidade aparece como uma presença concreta no cotidiano da cidade. Estudantes que cresceram no ABC relatam terem visto os prédios da UFABC ainda durante o ensino médio, muitas vezes sem compreender exatamente o que acontecia dentro deles, mas percebendo que algo importante estava sendo construído naquele espaço. A universidade passa a fazer parte da paisagem urbana e, com o tempo, começa a integrar também o imaginário educacional das famílias.

Esse processo contribui para aproximar a universidade pública de

segmentos da população que historicamente tiveram acesso limitado ao ensino superior. A presença de uma instituição federal no território altera gradualmente as expectativas educacionais de jovens que talvez não se imaginassem frequentando uma universidade.

Essa relação entre instituições modernas e contextos sociais marcados por profundas desigualdades possui longa tradição na reflexão social brasileira. Roberto Schwarz (2000), por exemplo, chamou atenção para a maneira como formas institucionais modernas frequentemente se desenvolvem em contextos sociais que não correspondem plenamente às condições históricas que lhes deram origem. No caso das universidades públicas brasileiras, essa tensão aparece de forma particularmente clara: instituições concebidas como espaços de universalização do conhecimento convivem com uma sociedade marcada por fortes desigualdades educacionais. A expansão recente do ensino superior público pode ser interpretada, em parte, como uma tentativa de reduzir essa distância histórica entre o ideal de universalização da educação e as condições sociais concretas de acesso ao conhecimento.

Ao mesmo tempo, a universidade também é transformada pelo território em que se insere. Toda essa tradição regional de organização social e agência política cria um contexto que contribui para a formação de um ambiente acadêmico no qual o debate sobre desigualdade social, trabalho, desenvolvimento e democracia aparece com frequência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A relação entre universidade e território torna-se particularmente visível nas atividades de extensão universitária, que frequentemente estabelecem diálogo com escolas públicas, organizações sociais e movimentos locais. Essas iniciativas aproximam a produção acadêmica das demandas sociais da região, reforçando a ideia de que a universidade pública desempenha um papel importante no desenvolvimento social e cultural do território em que está inserida.

Nesse sentido, a UFABC pode ser compreendida não só como uma instituição acadêmica, mas também como parte de um processo mais amplo de transformação social. Ao oferecer acesso ao ensino superior público em uma região historicamente associada ao trabalho industrial, a universidade contribui para ampliar as possibilidades de formação educacional e mobilidade social das novas gerações.

As trajetórias estudantis analisadas neste capítulo revelam, justamente, esse movimento. Muitos dos estudantes entrevistados cresceram em famílias que possuem forte vínculo com o mundo do trabalho na região - na in-

dústria, no comércio ou mesmo em diferentes formas de trabalho urbano. O ingresso na universidade representa, para esses estudantes, a abertura de novos horizontes profissionais e intelectuais.

Ao mesmo tempo, a presença desses estudantes transforma a própria universidade. Suas experiências, expectativas e desafios introduzem novas questões no interior da vida acadêmica, ampliando o repertório de debates que atravessam a instituição. A universidade, ao mesmo tempo em que se torna um espaço de produção de conhecimento especializado, se constitui, sobretudo, como lugar de encontro entre diferentes trajetórias sociais.

Dessa forma, compreender a UFABC implica considerar não só a forma de seu projeto institucional, mas também a dimensão histórica do território no qual ela se desenvolve. A universidade e a região do ABC paulista estabelecem uma relação de influência mútua: a presença da instituição altera as dinâmicas educacionais e culturais da região, enquanto as características sociais e históricas do território contribuem para moldar a própria identidade da universidade.

## 11. Considerações finais

As trajetórias apresentadas neste capítulo sugerem que a universidade pública contemporânea pode ser compreendida, num primeiro momento, a partir de seus projetos institucionais e de seus indicadores acadêmicos. Mas é mister reconhecer que ela é constituída também pelas experiências concretas daqueles que a atravessam.

As histórias narradas por estudantes como Juliana, Flávia, Nicole, Adriano, Bruna, Thiago, Ester, Mariane e Nor revelam uma universidade marcada por encontros improváveis. Trajetórias de mobilidade social, experiências de migração, histórias de enfrentamento de desigualdades e processos de descoberta intelectual coexistem no interior da instituição.

Ao completar vinte anos de existência, a Universidade Federal do ABC apresenta-se como um espaço no qual essas experiências se cruzam e se transformam mutuamente. Seu modelo interdisciplinar, sua inserção territorial e a diversidade de seu corpo discente produzem um ambiente acadêmico singular no panorama do ensino superior brasileiro.

Mais do que celebrar uma trajetória institucional, olhar para a universidade a partir das histórias de seus estudantes permite compreender algo fundamental: a universidade é uma instituição que, ao mesmo tempo em que forma pessoas, acaba também sendo formada por elas. Cada trajetória

que atravessa seus corredores, com suas expectativas, dificuldades e descobertas, contribui, de maneira direta ou indireta, para redefinir o significado da experiência universitária.

Nesse sentido, a história da UFABC precisa ser contada não só por meio de seus projetos acadêmicos ou de seus indicadores institucionais, mas ela precisa, também, ser narrada a partir das vidas que passaram por ela - vidas que, ao mesmo tempo em que foram transformadas pela universidade, também contribuíram para transformá-la.

### Quem são as pessoas entrevistadas?

**Adriano**, ingressante via modalidade de de escola pública e vulnerabilidade socioeconômica, egresso da LCNE;

**Bruna**, ingressante via modalidade de ampla concorrência, egressa do BC&T;

**Ester**, ingressante via modalidade de ampla concorrência, egressa do BC&H;

**Flávia**, ingressante via reserva de vagas para PPI, egressa da LCH;

**Juliana**, ingressante via modalidade de escola pública, egressa da LCNE;

**Nicole**, ingressante via reserva de vagas para pessoas trans e vulnerabilidade socioeconômica, egressa da LCH;

**Nor**, ingressante via reserva de vagas para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, egressa do BC&T;

**Thiago**, ingressante via modalidade de escola pública, egresso do BC&T;

**Mariana**, ingressante via reserva de vagas para pessoas trans, egressa do BC&H.

### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2000.

### Notas

[1] Por se tratar de Curso de Ingresso recentemente criado (em 2026), não há neste texto relatos de egressos deste curso.

## Sobre as autoras e os autores dos capítulos

**Carolina Moutinho Duque de Pinho**, Professora do CECS-UFABC desde 2015, vinculada ao Bacharelado em Ciências e Humanidades, ao Bacharelado em Planejamento Territorial e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial. Foi Secretária Geral da UFABC de 2022 a 2024 e Pró-Reitora de Ações Comunitárias e Políticas Afirmativas de 2025 a 2026. É doutora em Sensoriamento Remoto (INPE).

**Cesar Monzu Freire**, Professor do CECS-UFABC desde 2016, vinculado ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia e ao Bacharelado em Engenharia Aeroespacial. Foi Pró-Reitor Adjunto de Graduação em 2026. É doutor em Engenharia Mecânica de Energia de Flúídos (USP).

**Charles Morphy Dias dos Santos**, Professor do CCNH-UFABC desde 2009, vinculado ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia, ao Bacharelado em Ciências Biológicas e ao Programa de Pós-Graduação em Evolução e Diversidade. Foi Pró-Reitor de Pós-Graduação de 2018 a 2026. É Mestre e Doutor em Entomologia (USP).

**Danilo Silvério**, Técnico em Assuntos Educacionais (Letras) na UFABC desde 2011. É doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (USP).

**Edson Pinheiro Pimentel**, Professor do CMCC-UFABC desde 2009, vinculado ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia, ao Bacharelado em Ciência da Computação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Com-

putação. Foi Pró-Reitor de Extensão e Cultura de 2022 a 2026. É doutor em Engenharia Eletrônica e Computação (ITA).

**Fábio Danilo Ferreira**, Administrador na UFABC desde 2014. Diretor da Agência de Inovação (InovaUFABC) desde 2023. Mestre em Biotecnologia (UFABC).

**Fabio Furlan Ferreira**, Professor do CCNH-UFABC desde 2009, vinculado ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia, ao Bacharelado em Física e aos Programas de Pós-Graduação em Nanociências e Materiais Avançados e em Física. Foi Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa de 2022 a 2026. É doutor em Física (USP).

**Fernanda Graziella Cardoso**, Professora do CECS-UFABC desde 2014, vinculada ao Bacharelado em Ciências e Humanidades, ao Bacharelado em Ciências Econômicas e ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial. Foi Pró-Reitora de Graduação de 2021 a 2026. É doutora em Economia das Instituições e do Desenvolvimento (USP).

**João Paulo Gois**, Professor do CMCC-UFABC desde 2009, vinculado ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia, ao Bacharelado em Ciência da Computação, ao Bacharelado em Ciência de Dados e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação. Foi Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação de 2018 a 2026. É doutor em Ciência da Computação e Matemática Computacional (USP).

**Lidia Pancev Daniel Pereira**, Assistente em Administração na UFABC desde 2006. Foi Pró-Reitora Adjunta de Extensão e Cultura de 2022 a 2026. É graduada em Pedagogia e Especialista em Direitos Humanos, Diversidade e Violência (UFABC).

**Marcelo Salvador Caetano**, Professor do CMCC-UFABC desde 2012, vinculado ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia, ao Bacharelado em Neurociência e ao Programa de Pós-Graduação em Neurociência e Cognição. Foi Pró-Reitor Adjunto de Graduação de 2022 a 2025. É doutor em Psicologia Experimental (Brown University).

**Rail Ribeiro Filho**, Administrador na UFABC desde 2009. É graduado em Administração de Empresas (USP) e Especialista em Gestão Pública (UFABC).

**Rosana de Carvalho Dias**, Auditora na UFABC desde 2008. Foi Pró-Reitora Adjunta de Ações Comunitárias e Políticas Afirmativas de 2025 a 2026. É graduada em Direito, Especialista em Gestão Pública (UFABC) e Mestranda em Políticas Públicas (UFABC).

**Wagner Alves Carvalho**, Professor do CCNH-UFABC desde 2008, vinculado ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia, ao Bacharelado em Química e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia-Química. Foi Pró-Reitor de Pesquisa de 2022 a 2026 e Vice-Reitor de 2018 a 2022. É doutor em Química (UNICAMP).

Esta obra foi composta em Minion Pro e Avenir  
para a Métis Editorial.



